

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 29, DE 2023**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 750/2022**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.339, de 04 de agosto de 2022, que autoriza a Associação Aurora de Comunicação a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piraquara, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 750

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Portarias que outorgam autorização, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 2.225, de 5 de junho de 2015 - Associação Radiodifusão do Polvilho (ADIPO), no município de Cajamar - SP;
2. Portaria nº 52, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro), no município de Campo Magro - PR;
3. Portaria nº 887, de 10 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária Rio Vermelho FM, no município de Lagoa Grande - PE;
4. Portaria nº 1.794, de 10 de maio de 2016 - Instituto Técnico de Capacitação Humana - INTECH, no município de Paço do Lumiar - MA;
5. Portaria nº 1.871, de 7 de junho de 2017 - Associação Moria de Radiodifusão Comunitária de Macaraú - Santa Quitéria, no município de Santa Quitéria - CE;
6. Portaria nº 6.157, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Arte Cultura Unidos de Guaraqueçaba, no município de Guaraqueçaba - PR;
7. Portaria nº 1.694, de 4 de abril de 2018 - CEDESCOM - Centro de desenvolvimento Social Comunitário de Nova Campinas, no município de Duque de Caxias - RJ;
8. Portaria nº 3.973, de 28 de setembro de 2018 - Associação Tapurahense de Radiodifusão Comunitária, no município de Tapurah - MT;
9. Portaria nº 4.178, de 28 de setembro de 2018 - Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Lagoa Grande, no município de Lagoa Grande - PE;



10. Portaria nº 4.743, de 8 de novembro de 2018 - Associação Rádio Comunitária do Trairão, no município de Trairão - PA;
11. Portaria nº 4.746, de 8 de novembro de 2018 - Associação Rádio Comunitária Hipolitana FM, no município de Monsenhor Hipólito - PI;
12. Portaria nº 6.569, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Santanense, no município de Santana do Livramento - RS;
13. Portaria nº 4.983, de 24 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Tamoios, no município de Cabo Frio - RJ;
14. Portaria nº 5.880, de 7 de novembro de 2019 - Associação União de Radiodifusão Comunitária, no município de Zé Doca - MA;
15. Portaria nº 2.105, de 2 de março de 2021 - Associação Rádio Comunitária Interativa FM, no município de Betânia do Piauí - PI;
16. Portaria nº 5.484, de 4 de maio de 2022 - Associação de Comunicação Alto Astral FM, no município de Belo Horizonte - MG;
17. Portaria nº 6.081, de 29 de junho de 2022 - Associação de Cultura e Comunicação de Muriaé - ASCCOM, no município de Muriaé - MG;
18. Portaria nº 6.154, de 11 de julho de 2022 - Associação Comunitária e Cultural Amigos de Marcelino Ramos - ACCAMAR, no município de Marcelino Ramos - RS;
19. Portaria nº 6.232, de 20 de julho de 2022 - Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Ibitingense, no município de Ibitinga - SP;
20. Portaria nº 6.335, de 3 de agosto de 2022 - Associação Comunitária e Cultural de Caxambu do Sul-Acocas, no município de Caxambu do Sul - SC;
21. Portaria nº 6.338, de 4 de agosto de 2022 - Associação Santa Luzia de Difusão Cultural, no município de Capão do Leão - RS;
22. Portaria nº 6.339, de 4 de agosto de 2022 - Associação Aurora de Comunicação, no município de Piraquara - PR;
23. Portaria nº 6.347, de 5 de agosto de 2022 - Associação Baiana de Ensino e Cultura, no município de Salvador - BA;
24. Portaria nº 6.357, de 8 de agosto de 2022 - Associação Comunitária de Comunicação de São José dos Pinhais, no município de São José dos Pinhais - PR;
25. Portaria nº 6.406, de 12 de agosto de 2022 - Associação Livre de Radiodifusão Comunitária de Teixeira de Freitas - ALRCTF, no município de Teixeira de Freitas - BA;

26. Portaria nº 6.432, de 17 de agosto de 2022 - Associação dos Moradores das Comunidades do Município de Aguiar - ASSOMAR, no município de Aguiar - PB;

27. Portaria nº 6.622, de 5 de setembro de 2022 - Associação Comunitária dos Amigos de União do Norte, no município de Peixoto de Azevedo - MT;

28. Portaria nº 6.623, de 5 de setembro de 2022 - Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Piauí, no município de São Francisco do Piauí - PI; e

29. Portaria nº 6.777, de 14 de setembro de 2022 - Associação Comunitária, Artística e Educativa de Inhamorá - ACAEI, no município de Inhamorá - RS.

Brasília, 29 de dezembro de 2022.



Brasília, 30 de Setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.041589/2019-35, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Piraquara/PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5.470/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual expediu a Portaria MCOM nº 6.339, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 02/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/09/2022 | Edição: 168 | Seção: 1 | Página: 18

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.339, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.041589/2019-35, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, cuja sede se situa na Rua Maria Lobato Amaral, nº 10 - Guarituba, na localidade de Piraquara, Estado do Paraná, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

## ANEXO 2

### REQUERIMENTO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO				
Nome Fantasia:	“AURORA FM”	CNPJ:	26.053.559/0001-73		
Endereço de Sede:	RUA MARIA LOBATO AMARAL, 10, BAIRRO GUARITUBA				
Município:	PIRAQUARA	UF:	PR	CEP:	83310-450
Nome do representante legal:	JOSCELINO BORGES DOS SANTOS				
Endereço eletrônico (e-mail):	joscelino4470@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	RUA MARIA LOBATO AMARAL, 10, BAIRRO GUARITUBA				
Município:	PIRAQUARA	UF:	PR	CEP:	83310-450

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	RUA MARIA LOBATO AMARAL, N.49, CASA A, BAIRRO GUARITUBA				
Município:	PIRAQUARA	UF:	PR	CEP:	83310-450
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude: 25°27'15" S			
		Longitude: 49°08'47" W			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 82, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;

VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;

VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

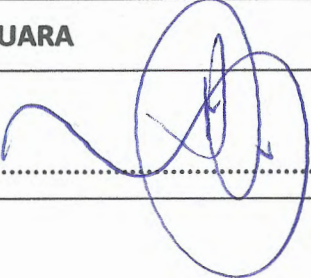
X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

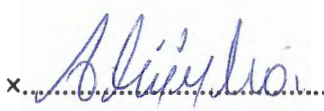
XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

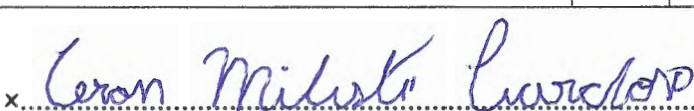
XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	<b>JOSCELINO BORGES DOS SANTOS</b>					
Cargo:	<b>Presidente</b>			Tit. Eleitor:	<b>048383270698</b>	
RG:	<b>5177212-1</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP/PR</b>	CPF:	<b>724.330.199-15</b>	
Endereço:	<b>RUA MARIA LOBATO AMARAL, N.49, CASA A, BAIRRO GUARITUBA</b>					
Município:	<b>PIRAQUARA</b>	UF:	<b>PR</b>	CEP:	<b>83310-450</b>	
Assinatura:	 x.....					



Nome do dirigente:	<b>ALCIMAR LEITE DA CUNHA</b>				
Cargo:	<b>Secretário</b>			Tit. Eleitor:	<b>049045500647</b>
RG:	<b>5.307.736-6</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP/PR</b>	CPF:	<b>873.229.439-53</b>
Endereço:	<b>RUA MARIA LOBATO AMARAL, N.10, CASA 01, BAIRRO GUARITUBA</b>				
Município:	<b>PIRAQUARA</b>	UF:	<b>PR</b>	CEP:	<b>83310-450</b>
Assinatura:	x. 				

Nome do dirigente:	<b>ERON MILESKI CARDOSO</b>				
Cargo:	<b>Tesoureiro</b>			Tit. Eleitor:	<b>072358190604</b>
RG:	<b>7.404.548-0</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP/PR</b>	CPF:	<b>029.874.669-78</b>
Endereço:	<b>RUA MARIA LOBATO AMARAL, N.49, CASA C, BAIRRO GUARITUBA</b>				
Município:	<b>PIRAQUARA</b>	UF:	<b>PR</b>	CEP:	<b>83310-450</b>
Assinatura:	x. 				

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



**ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**  
Rua Maria Lobato Amaral, n.10, Casa 01, Bairro Guarituba  
CEP 83310-450 - Piraquara - Paraná

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

Art.1º - A **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, com sede e Foro no Município de Piraquara, Estado do Paraná, sita à Rua Maria Lobato Amaral, n.10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, fundada em 30 de setembro de dois mil e quinze (30/09/2015).

Parágrafo Único - A Entidade reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO** tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória à pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

§ 1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa domiciliada na área de prestação de Serviço.

§ 2º - É assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativos existentes.

Art. 6º - A Entidade será composta pelas seguintes categorias de associados:

- a) **Fundadores**, formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- b) **Contribuintes ou Efetivos**, os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia; e,
- c) **Honorários**, cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado.

§1º - O quadro de pessoal será constituído de, ao menos, dois terços de trabalhadores brasileiros.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos dos associados:

- a) O direito de todo associado, a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, em todas as suas instancias, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 13;
- b) Utilizar-se de todos os serviços da associação e participar de suas atividades e promoções;
- c) Propor por escrito ou verbalmente à Diretoria, quaisquer medidas de provento para a Associação;
- d) Recorrer dos atos da diretoria, quando os julgar prejudiciais aos seus direitos; e,

- e) Requerer informações sobre os assuntos que lhe digam respeito e solicitar esclarecimento sobre as atividades da Associação.
- f) Demitir-se voluntariamente do quadro social, protocolando seu pedido na Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- a) Acatar os atos da Assembléia Geral e da diretoria;
- b) Obedecer ao estatuto da entidade;
- c) Participar e colaborar nas iniciativas da entidade;
- d) Desenvolver o espírito de cooperação e unidade no seio da Associação;
- e) Reembolsar a Associação dos prejuízos causados aos seus pertences patrimoniais;
- f) Comparecer em reuniões, quando convidado pela diretoria e Assembléias convocadas, acatando suas determinações, quando das mesmas forem aprovadas pela maioria absoluta dos associados presentes;
- g) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembléia Geral;
- h) Desenvolver qualquer tipo de trabalho comunitário, de forma voluntária; e,
- i) Colaborar com fins de angariar fundos para a Associação.

Art. 10º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringir este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Parágrafo único - O Associado que manifestar interesse em demitir-se ou excluir-se de algum dos cargos que ocupa, ou mesmo da qualidade Associado, este deve formalizar por escrito a sua solicitação dirigida à diretoria da Entidade.

### III - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 11º - A Associação exercerá suas funções através dos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria; e,
- c) Conselho Comunitário.

Art. 12º - A ASSEMBLEIA GERAL, órgão máximo de deliberação da Associação será composto por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no último sábado do mês de novembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A ASSEMBLEIA GERAL poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.



Certifico que o selo de autenticidade de atos foi afixado na última folha do documento principal

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A ASSEMBLEIA GERAL deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições do §1º, Art. 12º.

§4º - A ASSEMBLEIA GERAL convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições do §1º, Art. 12º.

§5º - As decisões da ASSEMBLEIA GERAL obrigam todos os Associados, mesmo os discordantes ou ausentes.

Art. 13º - A Diretoria da Associação, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, Secretário, Tesoureiro eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 4 anos, sendo admitida uma recondução.

§1º - A Diretoria da Associação poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições do §1º, Art. 12º.

§2º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 14º - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a Associação em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação.
- e) Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) **Compete ao Presidente:** Administrar e representar ativa ou passivamente, judicialmente ou extrajudicialmente a Associação; Movimentar conta bancária conjunta da entidade, assinar juntamente com o tesoureiro as obrigações financeiras, cheques, balanços, contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação; Convocar e Presidir reuniões

ordinárias e extraordinárias da diretoria e Assembleia Geral; Contratar e demitir funcionários, após, parecer e aprovação da Diretoria; Realizar todos os atos atinentes ao seu cargo e ao fiel cumprimento dos objetivos da Associação; Cumprir e divulgar todos os objetivos da Associação; Votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; Praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; e, Participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário.

- b) **Compete ao Secretário:** Realizar todos os serviços atinentes ao funcionamento da secretaria, organizando fichários, cadastramento de associados, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a secretaria; e, Organizar relatório anual das atividades e encaminhar toda a correspondência da entidade e associados.
- c) **Compete ao Tesoureiro:** Assinar, juntamente com o Presidente, as obrigações mercantis, cheques, balanços e documentos que importem em responsabilidade financeira ou patrimonial da associação; Promover a arrecadação e contabilização das contribuições dos associados e demais receitas; e, Controlar os recursos, receitas e despesas da Associação, prestando contas das atividades financeiras na Assembléia Geral Anual.

Art. 15º - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

§1º - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

§2º - O Conselho Comunitário será constituído somente após a outorga dada pelo Ministério das Comunicações para exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

#### IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 16º - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da ASSEMBLEIA GERAL.

## V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 17º - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

## VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 18º - O Patrimônio e Receita da Associação será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

§1º - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

b

§2º - A prestação de contas deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. Adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório, dando-se publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, apresentação do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, sendo levados, ao término da gestão, à Assembleia Geral para aprovação.

§3º - A data de fechamento do exercício fiscal se dá no dia trinta e um do mês de dezembro de cada ano (31/12).

## VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 19º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 20º - A dissolução da Associação ocorrerá segundo decisão da Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembleia, obedecendo à votação os mesmos critérios estabelecidos no artigo anterior.



### VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

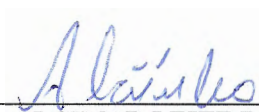
Art. 21º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a ASSEMBLEIA GERAL, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 22º - O presente estatuto foi aprovado na ASSEMBLEIA GERAL de 30/09/2015 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

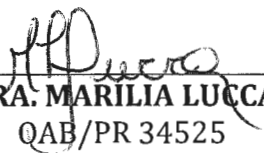
Piraquara (PR), 30 de setembro de 2015.



**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**  
Presidente



**ALCIMAR LEITE DA CUNHA**  
Secretário



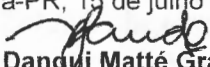
**DRA. MARILIA LUCCA**  
OAB/PR 34525

Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas  
Jurídicas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba  
**FORO REGIONAL DE PIRAQUARA**  
**Terezinna de Jesus Dangui Matté**  
Titular  
**Rita Dangui Matté Grando**  
Substituta  
**Aline Matté Grando**  
Escrivente Juramentada  
ONE (41) 3673-1273 CX. POSTAL 83  
Rua Barão do Cerro Azul, 1120  
CEP 83301-000 Piraquara-PR

**CARTÓRIO DANGUI MATTÉ**

**PROTOCOLO Nº 0013278**  
**REGISTRO Nº 0000725**  
**LIVRO Nº A-012**  
**AVERBAÇÃO Nº 00**

Piraquara-PR, 15 de julho de 2016.

  
**Rita Dangui Matté Grando**  
**Oficial Substituta**

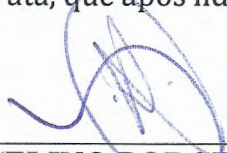
Selo Digital Nº 33m3E.DFend.zUeMz,  
Controle: MorDK.2xOF



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA, REALIZADA EM TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE (30/09/2015).**

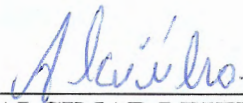
Aos Trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (30/09/2015) por volta das nove horas e trinta minutos, em segunda convocação, nesta Cidade e Comarca de Piraquara, Estado do Paraná, reuniram-se em assembleia geral as seguintes pessoas, **JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, vendedor autônomo, residente e domiciliado à Rua Maria Lobato Amaral, n.49, Casa A, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade, RG n.5177212-1 SSP/PR e do CPF n.724.330.199-15; **ALCIMAR LEITE DA CUNHA**, brasileiro, solteiro, de maior, vendedor, residente e domiciliado à Rua Maria Lobato Amaral, n.10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade, RG n.5.307.736-6 SSP/PR e do CPF n.873.229.439-53; e, **ERON MILESKI CARDOSO**, brasileiro, casado, vendedor autônomo, residente e domiciliado à Rua Maria Lobato Amaral, n.49, Casa C, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de Identidade, RG n.7.404.548-0 SSP/PR e do CPF n.029.874.669-78, com o propósito de constituição de uma Associação Comunitária. Assumiu a presidência da Assembleia por aclamação de todos o Senhor **JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**, que convidou a mim, **ALCIMAR LEITE DA CUNHA**, para secretariá-lo o que aceitei. Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente explicou que os motivos desta Assembleia é a constituição de uma associação, a ser designada de **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, a qual será uma entidade sem fins lucrativos e exclusivamente educativos, culturais e artísticos, com o objetivo de propagar os valores da nossa comunidade. Após a explanação do Senhor Presidente, ele propôs que, quem quisesse fazer parte da associação poderia fazê-lo. Logo em seguida foi distribuída aos presentes uma cópia do estatuto, que se encontrava previamente pronto, que foi lido artigo por artigo, pausadamente, e após exaustivos debates foi aprovada, por unanimidade, a constituição da associação e o seu referido estatuto. O Estatuto Social anexo é parte integrante da ATA. Em seguida o Senhor Presidente falou sobre a importância de estar elegendo um corpo diretivo para a entidade, sendo que a única chapa inscrita foi eleita por unanimidade, ficando o referido órgão constituído da seguinte maneira: **Presidente: JOSCELINO BORGES DOS SANTOS; Secretário: ALCIMAR LEITE DA CUNHA; e, Tesoureiro: ERON MILESKI CARDOSO**. Após a eleição da diretoria os mesmos foram empossados, tendo início imediato o seu mandato, ficando assim constituída a

**ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO.** Ato contínuo o Senhor Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém se manifestando, deu por encerrada esta assembléia. E para constar. Eu **ALCIMAR LEITE DA CUNHA**, secretário da Assembleia, lavrei esta ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.



**JOSCELINO BORGES DOS  
SANTOS**

Presidente da Assembleia



**ALCIMAR LEITE DA CUNHA**

Secretário da Assembleia



**ERON MILESKI CARDOSO**

Visto



**DRA. MARÍLIA LUCCA**  
OAB/PR 34525

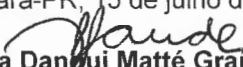


Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas  
Jurídicas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba  
FORO REGIONAL DE PIRAQUARA  
Terezinha de Jesus Dangui Matté  
Titular  
Rita Dangui Matté Grando  
Substituta  
Aline Matté Grando  
Escrivente Juramentada  
FONE (41) 3673-1273 CX. POSTAL 83  
Rua Barão do Cerro Azul, 1120  
CEP 83301-000 Piraquara-PR

**CARTÓRIO DANGUI MATTÉ**

**PROTOCOLO Nº 0013278**  
**REGISTRO Nº 0000725**  
**LIVRO Nº A-012**  
**AVERBAÇÃO Nº 00**

Piraquara-PR, 15 de julho de 2016.

  
**Rita Dangui Matté Grando**  
**Oficial Substituta**

Selo Digital Nº 33m3E.DFend.zUeMz,  
Controle: MorDK.2xOF





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5.177.242-1 16/12/1987

JOSCELINO BORGES DOS SANTOS

FRANCISCO BORGES DOS SANTOS

AURORA VELHO DOS SANTOS

CAP. LEON. MARQUES/PR 02/12/1969

COMARCA=CASCADEL/PR, C. L. MARQUES

C. MAGG 1375, LIVRO=2A, FOLHA=045

LEI N° 7.119 DE 29/09/65



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número

**724.330.199-15**

Nome

**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**

Nascimento

**02/12/1969**

**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO**  
**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO**

**NOME**  
**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**

**DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF**  
**5177212-1 SESP PR**

**CIF**  
**724.330.199-15**

**DATA NASCIMENTO**  
**02/12/1969**

**FILIAÇÃO**  
**FRANCISCO BORGES DOS SANTOS**  
**AURORA VELUR DOS SANTOS**

**PERMISSÃO** **NCC** **CAT. HAB.**  
**JUR**

**1º REGISTRO** **VALIDADE** **1ª HABILITAÇÃO**  
**00503138020** **24/09/2019** **12/01/1994**

**VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**  
**995066573**

PROIBIDO PLASTIFICAR

995066573

DETRAN - PR (PARANÁ)

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

51



LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ASSINATURA DO TITULAR

CURMBA/PR

DOC. ORIGEM: COMARCA=PINHAIS/PR, DA SEDE

C.CAS=7925, L.V/RO=38B, FOLHA=100

NATURAIDADE: CURMBA/PR

FILIAÇÃO: OTACILIO NUNES CARDOSO

VERA LUIZA MILESKI CARDOSO

REGISTRO GERAL: 7.404.548-0

DATA DE EXPEDIÇÃO: 23/01/2014

REGISTRO GERAL: 7.404.548-0

DATA DE NASCIMENTO: 25/08/1980

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 7.404.548-0

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: ERON MILESKI CARDOSO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 7404548-0 SESP PR

CPF: 029.874.669-78 DATA NASCIMENTO: 25/08/1980

FILIAÇÃO: OTACILIO NUNES CARDOSO

VERA LUIZA MILESKI CARDOSO

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: AE

Nº REGISTRO: 00410395173 VALIDADE: 30/09/2019 1ª HABILITAÇÃO: 21/10/1998

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO TITULAR

LOCAL: PINHAIS, PR DATA EMISSÃO: 09/12/2014

ASSINATURA DO EMISSOR

43370565114 PR908092226

DETRAN-PR (PARANÁ)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1041231456

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número: 029.874.669-78

Nome: ERON MILESKI CARDOSO

Nascimento: 25/08/1980

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



5.307.736-6

12/04/1995

ALCINAR LEITE DA CUNHA

ELIZEU JACOB DA CUNHA  
MAURA LEITE DA CUNHA

IVAIPORÃ/PR

10/09/1970

COMARCA=IVAIPORÃ/PR, DA SEDE  
C.NASC 28366, LIVRO=25, FOLHA=2904

*Renato Souza Lobo*  
E. L. Renato Souza Lobo



*Alcinar Leite da Cunha*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5.307.736-6 12/04/1995

R LEITE DA CUNHA

JACOB DA CUNHA  
LEITE DA CUNHA

R\$ / PR 10/09/1970

COMARCA=IVAIPORÃ/PR, DA SEDE  
28366, LIVRO=25, FOLHA=2594

*Renato Souza Lobo*

E. L. Renato Souza Lobo

101 N° 7 116 DE 2010-03

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTERIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

ALCIMAR LEITE DA CUNHA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTERIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
ALCIMAR LEITE DA CUNHA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
5307736-6 SESP PR

CPF  
873.229.439-53 DATA NASCIMENTO  
10/09/1970

FILIAÇÃO  
ELIZEU JACOB DA CUNHA  
MAURA LEITE DA CUNHA

PERMISSÃO  
ACC CAT. HAR  
AD

Nº REGISTRO  
02261821787 VALIDADE  
23/11/2017 1ª HABILITACAO  
04/04/1997

RESERVAÇÃO

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
PIRAQUARA, PR DATA EMISSÃO  
23/11/2012

ASSINATURA DO EMISSOR  
36702542323  
PR904963406

DETRAN-PR (PAPAIVA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
666992527

PROIBIDO PLASTIFICAR  
666992527



**Ministério da Fazenda  
Receita Federal**



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF**

**Número  
873.229.439-53**

**Nome  
ALCIMAR LEITE DA CUNHA**

**Nascimento  
10/09/1970**

**CÓDIGO DE CONTROLE**

**E641.37DF.FF49.B10E**



**Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 08:48:22 do dia 16/08/2019 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00**

**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
Guia de Recolhimento da União - GRU

Nome do Contribuinte / Recolhedor <b>Associação Aurora de Comunicação</b>	Código de Recolhimento	<b>18822-0</b>
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome da Unidade Favorecida <b>COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	<b>26.053.559/0001-73</b>
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	UG / Gestão	<b>240101 / 00001</b>
	(=) Valor do Principal	<b>100,00</b>
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN193B39448A8CB7AF8B86C290C6757E5E]	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	<b>100,00</b>

8585000001-0 0000254188-2 22042122260-0 53559000173-0



05/08/2019 - BANCO DO BRASIL - 12:56:02  
834219267 0208

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO  
Codigo de Barras 8585000001-0 0000254188-2  
22042122260-0 53559000173-0  
Data do pagamento 05/08/2019  
Valor em Dinheiro 100,00  
Valor em Cheque 0,00  
Valor Total 100,00

NR.AUTENTICACAO 6,4A1,F84,00B,6CB,AC5



## **SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS**

Ao

**MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretária de Radiodifusão

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: **Manifestação de apoio**

Processo: **01250.041589/2019-35**

Referente: **Edital n. 82 de 19/06/2019**

Prezado Senhor

**ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n. 26.053.559/0001-73, situada na Rua Maria Lobato Amaral, n.10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, por seu representante legal, em atendimento ao edital de seleção acima descrito, bem como para instrução do processo em epígrafe, requer a juntada das Manifestações de Apoio a iniciativa da Entidade.

Nestes termos,  
pede e espera deferimento.

Piraquara (PR), 16 de agosto de 2019

.....  
**ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**  
CNPJ n. 26.053.559/0001-73

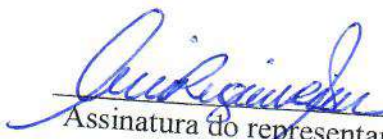
# MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	CÉLIA REGINA DA SILVA - VIDRASARIA TEIXEIRA		
Endereço:	RUA PASTOR ADOLFO WEIDMANN 3980	CNPJ:	26600715/000179
Município:	PIRAQUARA	UF:	PR. CEP: 83312000
Nome do representante legal:	x CÉLIA REGINA DA SILVA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 18 de Julho de 2019

  
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## **ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no caso de empresa Ltda cópia contrato social/no caso de empresa individual Eireli contrato social e Mei declaração de Associações Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante, e comprovante de endereço da entidade ou empresa apoiadora.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.600.715/0001-79</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>24/11/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CELIA REGINA DA SILVA 05137589926</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>VIDRACARIA TEIXEIRA</b>			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R PASTOR ADOLFO WEIDMANN</b>	NÚMERO <b>3980</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>83.312-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>celiaregina2004@hotmail.com</b>		TELEFONE <b>(41) 8904-0197</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>24/11/2016</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2019** às **11:10:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



## Identificação

### Nome Empresarial

CELIA REGINA DA SILVA 05137589926

### Nome do Empresário

CELIA REGINA DA SILVA

### Nome Fantasia

VIDRACARIA TEIXEIRA

### Capital Social

12.500,00

### Número Identidade

85156560

### Órgão Emissor

SESP

### UF Emissor

PR

### CPF

051.375.899-26

## Condição de Microempreendedor Individual

### Situação Cadastral Vigente

ATIVO

### Data de Início da Situação Cadastral Vigente

24/11/2016

## Números de Registro

### CNPJ

26.600.715/0001-79

### NIRE

41-8-0477738-5

## Endereço Comercial

### CEP

83312-000

### Bairro

GUARITUBA

### Logradouro

RUA PASTOR ADOLFO WEIDMANN

### Município

PIRAQUARA

### Número

3980

### UF

PR

## Atividades

### Data de Início de Atividades

24/11/2016

### Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

### Ocupação Principal

Comerciante independente de vidros

### Atividade Principal (CNAE)

47.43-1/00 - Comércio varejista de vidros

### Ocupações Secundárias

Vidraceiro de edificações,  
independente

### Atividades Secundárias (CNAE)

43.30-4/99 - Outras obras de acabamento da construção

## Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> Certificado emitido com base na Resolução no 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM. ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>



**Número do Recibo**  
ME02023978

**Número do Identificador**  
00005137589926

**Data de Emissão**  
15/08/2019



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

CELIA REGINA DA SILVA



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

8515656-0

SESP

PR

CPF

051.375.899-26

DATA NASCIMENTO

26/07/1983

FILIAÇÃO

GILMARA GONCALVES DA  
SILVA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO

05558471190

VALIDADE

22/07/2021

1ª HABILITAÇÃO

06/08/2012

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

PINHAIS, PR

DATA EMISSÃO

22/07/2016

ASSINATURA DO EMISSOR

82647645158

PR911277550

DETRAN-PR (PARANA)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

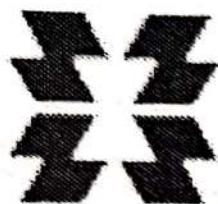
VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL

1325760399

PROIBIDO PLASTIFICAR

1325760399





**COPEL**

**Companhia Paranaense de Energia**

Unidade Consumidora: 103641378

Nome: CELIA REGINA DA SILVA

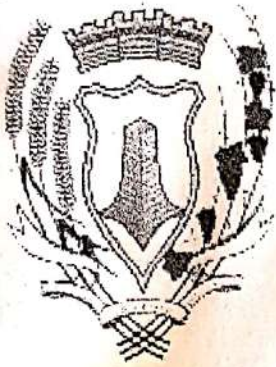
Endereço: R PST ADOLFO WEIDMANN, 3980 - MD2

Data de vencimento: 21/07/2019

Valor: R\$ 16,37

Documento para pagamento impresso pelo site da Copel.  
Utilize os Serviços Online - <http://www.copel.com/Agencia>  
Atendimento Copel - 0800 51 00 116





# MUNICIPIO DE PIRAQUARA

Estado do Paraná

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## ALVARÁ DE LICENÇA (FUNCIONAMENTO E LOCALIZAÇÃO)

2017

RAZÃO SOCIAL:

CELIA REGINA DA SILVA 05137589926

Insc. Municipal

17049

NOME FANTASIA:

VIDRACARIA TEIXEIRA

CNPJ/CPF: 26.600.715/0001-79

INÍCIO DE ATIVIDADE: 24/11/2016

ENDEREÇO: RUA - PASTOR ADOLFO WEIDMANN, 3980

CEP.: 83312-000

BAIRRO: JAD GUARITUBA

### ATIVIDADES

47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros

43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção

CONTADOR/CONTABILIDADE RESPONSÁVEL

PROT. INICIAL/ANO

PROT. ALTERAÇÃO/ANO

NO CASO DE ENCERRAMENTO, PARALISAÇÃO, MUDANÇA DE ENDEREÇO, RAMO DE ATIVIDADE OU QUALQUER OUTRA ALTERAÇÃO, O CONTRIBUINTE SERÁ OBRIGADO COMUNICAR A PREFEITURA NO PRAZO DE 30 (TRINTA DIAS, CONFORME CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL)

DATA DE EXPEDIÇÃO: 06/12/2017

DATA DE VALIDADE: 31/03/2018.

Visto do Funcionário

Secretária de Desenvolvimento Econômico  
ADRIANO RODRIGO CORDEIRO

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COLOCAR ESTE DOCUMENTO EM LUGAR VISÍVEL - ART. 1º § 2º - LEI 2162/2004



### MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	D.C.KING - MERCADORIA TROPICAL ME			
Endereço:	R. JOAQUIM SIMÕES 339	CNPJ	:	20113956000104
Município:	PIRAQUARA	UF	:	PR. CEP : 83314010
Nome do representante legal:	DANIELE CRISTINA KING.			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 02 de AGOSTO de 2019.

  
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

#### **ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no caso de empresa Ltda cópia contrato social/no caso de empresa individual Eireli contrato social e Mei declaração de Associações Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante, e comprovante de endereço da entidade ou empresa apoiadora.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>20.113.956/0001-07</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>22/04/2014</b>
NOME EMPRESARIAL <b>D. C. KING - MERCEARIA TROPICAL</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>MERCEARIA E ACOUGUE TROPICAL</b>			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R JOAQUIM SIMOES</b>	NÚMERO <b>339</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>83.314-010</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>RICK.ARRUDA08@YAHOO.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(41) 3668-1327</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>22/04/2014</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2019** às **11:09:22** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

## CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

**126.79256.52-4**

NÚMERO

**4804576**

SÉRIE

**001-0**

UF

**PR**

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



CORONARIO



NOME: DANIELE CRISTINA KING

LOC. DE NASC.: CURITIBA - PR

15/12/1981  
NASCIMENTO

FILIAÇÃO: VALDENIR KING

MARIA DA APARECIDA KING

DOC. APRESENTADO: RG 80018061 SESP PR

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995.

RG: 80018061

CPF: 030.756.459-23

T. ELEITOR: 75602650620

SEÇÃO: 217

ZONA: 188

LOCAL DA EMISSÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS  
EMIÇÃO: 06/08/2003

*Roginaldo Cordeiro*

ASSINATURA DO EMISSOR

**BRASILEIRO**

02  
QUALIFICAÇÃO CIVIL





**Copel Distribuição S.A.**  
Rua José Izidoro Blazetto, 158  
81200-240 Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.898/0001-06  
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4



**www.copel.com**  
**0800 51 00 116**

**Unidade Consumidora**

**DANIELE CRISTINA KING**

R JOAQUIM SIMOES, 339 - MD1

CEP: 83314010

PIRAQUARA - PR

CPF: 03075645923

**6767508**

**Vencimento**

**21/07/2019**

**Valor a Pagar**

**R\$ 16,71**

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica: Municipio 08006001428

## Reaviso de Vencimento

## Informações Técnicas

No. Medidor: 0334102180 - MONOFASICO

Mes Referencia: 07/2019

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
04/06/2019 6502	03/07/2019 6503	29 dias 1 kWh	1,00	30 kWh	0,03 kWh	03/07/2019

Proxima Leitura Prevista: 02/08/2019

RESIDE/RESIDENCIAL

## Indicadores de Qualidade

AS [15 88.2]

Conjunto: PINHAIS

Mes 05/2019

Tensao Contratada:

127 volts

	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)
Realizado Mensal:	0,00 h	0,00	0,00 h	
Limite Mensal:	4,71 h	3,17	2,60 h	6,57
Limite Trimestral:	9,43 h	6,35		
Limite Anual:	18,86 h	12,70		

Limite faixa adequada de Tensao:  
117 - 133 / 117 - 133 volts

## Historico de Consumo e Pagamento

Media 3 meses: 30 kWh

MES	06/19	05/19	04/19	03/19	02/19	01/19	12/18
CONS	30	30	30	30	30	30	30
PGTO	24/06	22/05	23/04	11/04	26/02	21/01	21/01

## Valores Faturados

**NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 85316631 Serie B**  
Emitida em 03/07/2019

Produto Descricao	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 CUSTO DISP SISTEMA	kWh	30	0,544333	16,33	16,33	0,00%
02 ENERGIA CONS. B. AMARELA	kWh			0,04	0,04	0,00%
03 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				0,33		



SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA PARA EMPRESÁRIO ENQUADRADO COMO  
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**

Página: 001/ 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e/ou de arquivos eletrônicos recebidos do Portal do Empreendedor e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: D. C. KING - MERCEARIA TROPICAL - ME

Nome de Fantasia : MERCEARIA TROPICAL

Natureza Jurídica : EMPRESÁRIO

Número de Identificação do Registro de  
Empresas - NIRE (Sede)

41 8 0238651-6

CNPJ

20.113.956/0001-07

Data de Arquivamento do  
Ato Constitutivo

22/04/2014

Data de Início  
de Atividade

22/04/2014

Endereço Comercial Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)

JOAQUIM SIMOES, 339, GUARITUBA, PIRAQUARA, PR, 83.314-010

Ocupações:

Principal: COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS

Secundárias: ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS

COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOGUES

Objeto:

COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM  
PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS,  
MERCEARIAS E ARMAZÉNS; COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES -  
AÇOGUES

**Microempreendedor Individual - MEI**

**SIM**

O empresário será desenquadrado da condição  
de MEI a partir de \_\_/\_\_/\_\_

(Lei complementar nº 123/06)

Capital: R\$ 50.000,00

(CINQUENTA MIL REAIS)

**Microempresa**

**SIM**

(Lei Complementar nº 123/06)

Último Arquivamento:

Data: 02/02/2015

Número: 20150857306

Ato: ALTERAÇÃO

Evento (s): ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL

Data Efeito: XX/XX/XXXX (1)

(1) Data a partir da qual o evento produz efeito.

Forma de Atuação:

Estabelecimento Fixo

Situação  
REGISTRO ATIVO

Status  
XXXXXXXXXX

CURITIBA - PR, 28 de outubro de 2015

15/037570-2



*Libertad Bogus*

LIBERTAD BOGUS  
SECRETARIA GERAL

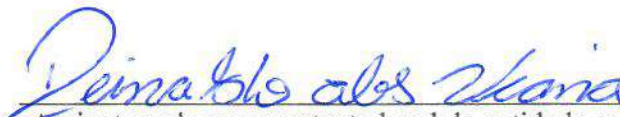
## MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	REINALDO ALVES VIANA		
Endereço:	R. PEDRO FRANCISCO RAMOS	CNPJ :	31245803/000130
Município:	PIRAQUARA	UF : P:R	CEP : 83310453
Nome do representante legal:	x		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 06 de Agosto de 2019

  
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no caso de empresa Ltda cópia contrato social/no caso de empresa individual Eireli contrato social e Mei declaração de Associações Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante, e comprovante de endereço da entidade ou empresa apoiadora.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>31.245.803/0001-30</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>16/08/2018</b>
NOME EMPRESARIAL <b>REINALDO ALVES VIANA 00963850903</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>MORIA</b>			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>73.19-0-02 - Promoção de vendas</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios</b> <b>73.19-0-03 - Marketing direto</b> <b>47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R PEDRO FRANCISCO RAMOS</b>	NÚMERO <b>27</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>83.310-453</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>reinaldorei74@gmail.com</b>		TELEFONE <b>(41) 8521-1447</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>16/08/2018</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2019** às **11:07:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



## Identificação

### Nome Empresarial

REINALDO ALVES VIANA 00963850903

### Nome do Empresário

REINALDO ALVES VIANA

### Nome Fantasia

MORTA

### Capital Social

1.500,00

### Número Identidade

81808058

### Órgão Emissor

SESP

### UF Emissor

PR

### CPF

009.638.509-03

## Condição de Microempreendedor Individual

### Situação Cadastral Vigente

ATIVO

### Data de Início da Situação Cadastral Vigente

16/08/2018

## Números de Registro

### CNPJ

31.245.803/0001-30

### NIRE

41-8-0686242-7

## Endereço Comercial

### CEP

83310-453

### Bairro

GUARITUBA

### Logradouro

RUA PEDRO FRANCISCO RAMOS

### Município

PIRAQUARA

### Número

27

### UF

PR

## Atividades

### Data de Início de Atividades

16/08/2018

### Forma de Atuação

Internet, Em local fixo fora da loja, Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

### Ocupação Principal

Promotor(a) de vendas, independente

### Atividade Principal (CNAE)

73.19-0/02 - Promoção de vendas

### Ocupações Secundárias

Comerciante independente de artigos do vestuário e acessórios

Comerciante independente de cosméticos e artigos de perfumaria

Operador(a) de marketing direto, independente

### Atividades Secundárias (CNAE)

47.81-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

47.72-5/00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

73.19-0/03 - Marketing direto

## Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licença e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br> Certificado emitido com base na Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM. ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisas a inscrição estadual ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional) informe os elementos abaixo no endereço eletrônico



**COPEL**

Copel Distribuição S.A.  
 João Lindoro Baerbach, 156 - B.C. - Niterói/RJ - CEP 24.090-240  
 CNPJ: 04.368.836/0001-06 - IE: 90.233.073.99 - IM: 423.992.4

www.copel.com  
 0800 51 00 116

JOSIANE APARECIDA ROSA  
 R PEDRO FRANCISCO RAMOS, 27 - A  
 GUARITUBA - PIRAQUARA - PR - CEP: 83310-453  
 CPF 044.463.899-71

Mês de referência

Junho/2019

Vencimento

27/06/2019

Unidade Consumidora

100205615

VALOR A PAGAR

R\$ 152,21

FAT-01-20197779510035-26

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Município 08006001428

**Informações Técnicas**

N° Medidor: MD 0353730981 - BIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Apresentação	Próxima Leitura Prevista
08/05/2019 4796	08/06/2019 4937	31 dias 141 kWh	1	141 kWh	4,54 kWh	19/06/2019	09/07/2019

**Histórico de Consumo e Pagamento**

Mês	kWh	DT.Pgto.	Valor
05/2019	156	01/07/2019	149,77
04/2019	170	03/06/2019	185,91
03/2019	179	10/05/2019	168,01
02/2019	146	08/03/2019	150,32
01/2019	124	08/03/2019	133,88
12/2018	177	08/03/2019	179,66
11/2018	194	14/01/2019	204,50
10/2018	165	24/12/2018	173,40
09/2018	182	22/11/2018	183,69
08/2018	148	30/10/2018	153,80
07/2018	126	26/09/2018	128,41
06/2018	127	27/08/2018	116,30

**Valores Faturados**

**NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA N° 082.557.294 - SÉRIE B**  
 Emitida em 11/06/2019

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Calc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	141	0,785816	110,80	110,80	29,00%
ENERGIA CONS. B AMARELA	kWh			1,61	1,61	29,00%
				2,82		
				3,80		
				5,73		
				1,04		
				26,41		

**Indicadores de Qualidade**

Conjunto PINHAIS

Mes Ref: 04/2019

	DIC	FIC	DMIC	DICRI	EUSO (RS)
Realizado	0,00	0,00	0,00	-	37,28
Limite Mensal	4,71	3,17	2,60	12,22	
Limite Trimestral	9,43	6,35	-	-	
Limite Anual	18,86	12,70	-	-	

Limite Contratado: 127.220 volt  
 Limite Adequado (Tensão): 111 a 133.202 a 237 volt

O não cumprimento dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI definidos pela ANEEL, resulta em compensação financeira ao consumidor pela concessionária no valor previsto. É direito do consumidor solicitar a apuração destes indicadores a qualquer tempo.

**Reaviso de Vencimento**

Consideramos débitos que podem resultar no corte de energia e, após este, em 3 meses no enquadramento contratual da unidade com a Copel. Neste período, haverá cobrança conforme legislação. Atraso de 45 dias sujeito inclusão no CADIN. Cobrança de atividade acessória pode ser excluída da fatura. Desconsiderar o aviso caso tenha pago.

Referência	Valor (R\$)	Vencimento
05/2019	149,77	27/05/2019

Caso o pagamento já tenha sido efetuado, desconsiderar o aviso

IDENTIFICAÇÃO  
100205615Mês  
06/2019Vencimento  
27/06/2019Valor a Pagar  
152,21

Autenticação Mecânica

**COPEL**

8366000001 9 52210111000 8 00101020197 6 77951003526 3





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

8.180.805 8

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

01/09/1997

NOME

REINALDO ALVES VIANA

FILIAÇÃO

JOSE GERALDO ALVES VIANA

MARIA DOS ANJOS ALVES VIANA

NATURALIDADE

CURITIBA/PR

DATA DE NASCIMENTO

17/03/1985

DOC ORIGEM

COMARCA=CURITIBA/PR, CAJURU

C.NASC 19551, LIVRO=140, FOLHA=179

CPF

JOÃO RICARDO KEPES NORONHA

CURITIBA - PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

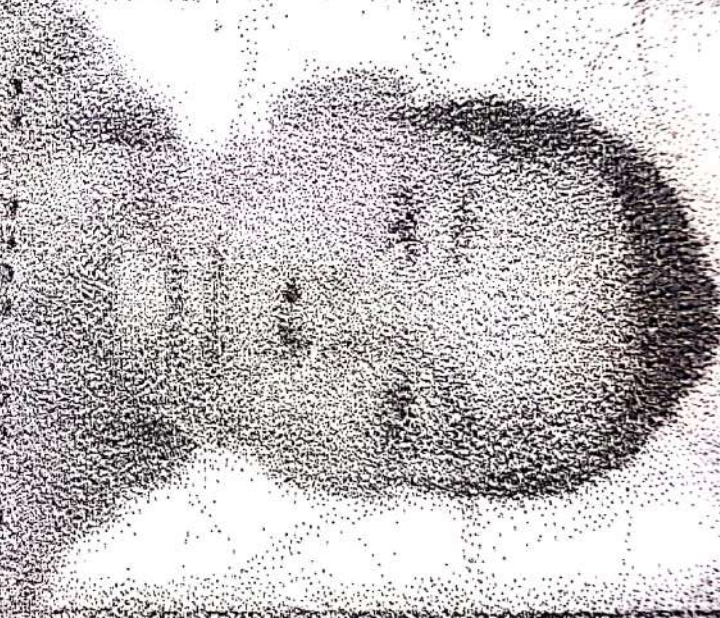


REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



PARANÁ



Reinaldo Alves Viana

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ANEXO



# MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	Retelecom Sulamerica Rodrigues RR Rodrigues Telecom			
Endereço:	Av. Amílcar N.º 37 96	CNPJ	3:0 847.601/0001-03	
Município:	Piraquara	UF	PR	CEP 8:3 311-090
Nome do representante legal:	Retelecom Sulamerica Rodrigues			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 06 de Agosto de 2019

Retelecom Sulamerica Rodrigues  
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no caso de empresa Ltda cópia contrato social/no caso de empresa individual Eireli contrato social e Mei declaração de Associações Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante, e comprovante de endereço da entidade ou empresa apoiadora.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEGAR DIREITO



Resilene Dalovski

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SEI 091 FOM 000 000 000 000



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

7.585.916-3

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

12/09/1995

NOME

ROSILENE DELOVSKI

FILIAÇÃO

PEDRO DELOVSKI

HELENA WALTHANN DELOVSKI

NATURALIDADE

RONCADOR/PR

DATA DE NASCIMENTO

07/05/1979

DOC. ORIGEM

CONAPCA=CAMPO NOURÃO/PR, RONCADOR

7.NASC 2505, LIVRO=A12, FOLHA=140

CPF

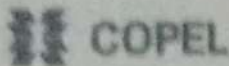
*Renato Souza Lobo*

CURTEIA - PR

Bol. Renato Souza Lobo

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 19/08/83



Copel Distribuição S.A.  
Rua José Isidoro Bisceleti, 166  
81200-240 Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.898/0001-08  
IE 00.333.073-99 IM 423.862-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

ELIANE APARECIDA BORGES

R JURI DANILENKO, 110 - MD 02

CEP: 83311090

PIRAQUARA - PR

CPF: 02856102969

103537015

Vencimento

23/08/2019

Valor a Pagar

R\$ 235,15

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública. Município 08006001428

### Reaviso de Vencimento

Constatamos debitos que podem resultar no corte de energia s. espec este, em 3 meses no encerramento contratual da unidade com a Copel. Neste periodo, haverá cobrança conforme legislação. Atraso de 45 dias sujeita inclusao no CADIN. Cobrança de atividade acessoria pode ser excluída da fatura. Desconsidere o aviso, caso tenha pago.

Referencia	Valor
07/2019	223,30

### Informações Técnicas

No. Medidor: 0284208717 - MONOFASICO

Mes Referência: 08/2019

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
04/07/2019	05/08/2019	32 dias	1,00	240 kWh	7,50 kWh	05/08/2019
21827	22067	240 kWh				

Proxima Leitura Prevista: 04/09/2019

RESIDE/RESIDENCIAL

AS [1.6.88.2]

### Indicadores de Qualidade

Conjunto: PINHAIS

Mes 08/2019

Tensao Contratada:

	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	
Realizado Mensal:	3,62 h	3,00	1,60 h	57,90	127 volts
Limite Mensal:	4,71 h	3,17	2,60 h		Limite faixa adequada de Tensao:
Limite Trimestral:	9,43 h	6,36			117 - 133 / 117 - 133 volts
Limite Anual:	18,86 h	12,70			

MES	07/18	06/18	05/18	04/18	03/18	02/18	01/18	12/17	11/17	10/17	09/17	08/17
CONS	235	264	236	198	209	205	227	224	268	230	223	220
PGTO			15/07	16/06	14/05	16/03	12/03	07/02	07/01	29/11	24/10	25/09

### Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 90792764 Serie B

Emitida em 05/08/2019

Produto Descricao	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	240	0,793208	190,37	190,37	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. AMARELA	kWh			4,65	4,65	29,00%
03 ENERGIA CONS. B. VERMELHA	kWh			2,29	2,29	29,00%
04 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				29,00		
05 JUROS CONTA ANTERIOR				3,32		
06 BONUS ITAIPU ART.21 LEI N.10				-1,19		
07 MULTA SOBRE ILUMINACAO PUBLI				0,68		
08 ACRESCIIMO MORATORIO				2,41		
09 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				3,72		

Base de Calculo do ICMS:	197,31	Valor ICMS:	57,21	Valor Total da Nota Fiscal:	235,15
--------------------------	--------	-------------	-------	-----------------------------	--------

Composicao dos Valores

Energia	70,27
Distribulcao	37,21
Transmissao	4,87
Tributos	68,67
Encargos	16,39
TOTAL	197,31

Reservado ao Fisco

46E3.F0E3.381A.ABCE.45E6.D5D2.F5A0.8BB3

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 2,03 E COFINS R\$ 9,33, CONFORME RES. ANEEL 130/2005.  
ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTA SUJEITA A SUSPENSAO DE FORNECIMENTO  
A PARTIR DE 01/09/2019 - PIS/PASEP 1,04% e COFINS 4,76%.  
Atraso superior a 45 dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR  
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.



# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



## Identificação

### Nome Empresarial

ROSILENE DELOVSKI RODRIGUES 02715224966

### Nome do Empresário

ROSILENE DELOVSKI RODRIGUES

### Nome Fantasia

RR RODRIGUES RACOES

### Capital Social

15.000,00

### Número Identidade

75859163

### Orgão Emissor

SSP

### UF Emissor

PR

### CPF

027.152.249-66

## Condição de Microempreendedor Individual

### Situação Cadastral Vigente

ATIVO

### Data de Início da Situação Cadastral Vigente

04/07/2018

## Números de Registro

### CNPJ

30.847.601/0001-03

### NIRE

41-8-0669225-5

## Endereço Comercial

### CEP

83311-090

### Logradouro

RUA JURI DANILENKO

### Número

110

### Bairro

PLANTA SANTA LUCIA

### Município

PIRAQUARA

### UF

PR

## Atividades

### Data de Início de Atividades

04/07/2018

### Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

### Ocupação Principal

Comerciante independente de artigos de bebê

### Atividade Principal (CNAE)

47.89-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

### Ocupações Secundárias

Comerciante independente de artigos de caça, pesca e camping

Comerciante independente de flores, plantas e frutas artificiais

Comerciante independente de inseticidas e raticidas

Comerciante independente de plantas, flores naturais, vasos e adubos

### Atividades Secundárias (CNAE)

47.63-6/04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping

47.89-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

47.89-0/05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

47.89-0/02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais

## Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A

sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> Certificado emitido com base na Resolução no 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM. ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>

**Número do Recibo**

ME23929115

**Número do Identificador**

00002715224966

**Data de Emissão**

15/08/2019

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>30.847.601/0001-03</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>04/07/2018</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ROSILENE DELOVSKI RODRIGUES 02715224966</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RR RODRIGUES RACOES</b>			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais</b> <b>47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários</b> <b>47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R JURI DANILENKO</b>	NÚMERO <b>110</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>83.311-090</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>PLANTA SANTA LUCIA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>rosilene033@hotmail.com</b>		TELEFONE <b>(41) 3669-1030</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/07/2018</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2019** às **14:27:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA					
Razão Social:	João Paulo do S. S.				
Endereço:	Rua Estoril, 119			CNPJ:	12860 081.0001-89
Município:	Quatubú		UF:		CEP:
Nome do representante legal:	x João Paulo do S. S.				

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 31 de Julho de 2019

  
 Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

### **ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no caso de empresa Ltda cópia contrato social/no caso de empresa individual Eireli contrato social e Mei declaração de Associações Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante, e comprovante de endereço da entidade ou empresa apoiadora.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>12.860.081/0001-89</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>16/11/2010</b>
NOME EMPRESARIAL <b>JOAO PAULO DA SILVA 05855130908</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>73.19-0-02 - Promoção de vendas</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)</b>			
LOGRADOURO <b>R RIO SAO LUIZ</b>	NÚMERO <b>984</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>83.322-190</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>WEISSOPOLIS</b>	MUNICÍPIO <b>PINHAIS</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>joao@rassolim.com</b>		TELEFONE <b>(41) 9812-8000</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>16/11/2010</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2019** às **11:14:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

01 DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO - RUA GENERAL POLIDORO, 88 - BOTAFOGO - RIO DE JANEIRO/RJ - 22280-004.

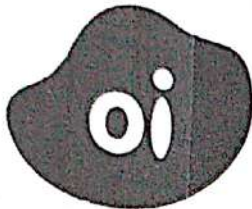
- ☐ 01. MUDOU-SE  
☐ 02. ENDEREÇO INSUFICIENTE  
☐ 03. NÃO EXISTE Nº INDICADO  
☐ 04. FALCADO  
☐ 05. DESCONHECIDO  
☐ 06. RECUSADO

- ☐ 07. AUSENTE  
☐ 08. NÃO PROCURADO  
☐ 09. OBJETO DANIFICADO  
☐ 10. END. DESCONHECIDO NA LOCALIDADE  
☐ 11. FALTA COMPLEMENTO (COLETIV./GUI)  
☐ 12. CAIXA POSTAL CANCELADA

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: / /

PÚBLICA DA RESPONSABILIDADE:

MATRÍCULA:



**MUDE PARA A  
CONTA ONLINE.**

VOCÊ ACESSA SUA CONTA DE ONDE ESTIVER.  
SAIBA MAIS EM [OI.COM.BR/MINHAOI](http://OI.COM.BR/MINHAOI).



64114258

CTCE CURITIBA PR PL3  
JOAO PAULO DA SILVA  
R BETONEX 00119 LJ1  
GUARITUBA  
83314-180 PIRAQUARA - PR



721351282004652000001694630290719

**FALE COM A GENTE - GRÁTIS**  
DO CELULAR.....1053 DO FIXO..... 103 14  
INTERNET ..... [OI.COM.BR](http://OI.COM.BR)  
AUXÍLIO À LISTA..... 102\*  
\*Serviço sujeito a cobrança. Consulte sua operadora.

**INFORMAÇÕES**

ANATEL - 1331

**COLOQUE SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO  
E GANHE BENEFÍCIOS.**

Com o Débito Automático, você não corre o risco de perder a data do vencimento.  
LIGUE 103 14 OU ACESSE [OI.COM.BR/MINHAOI](http://OI.COM.BR/MINHAOI) E SAIBA MAIS.



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

PREENCHA ESTE CUPOM, DESTAQUE E ENTREGUE EM UMA AGÊNCIA CREDENCIADA. VOCÊ SÓ TEM A GANHAR.

**AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO**

Autorizo o débito mensal, em minha conta corrente, do valor total da minha conta.

NOME \_\_\_\_\_ CPF / CNPJ \_\_\_\_\_

BANCO \_\_\_\_\_ AGÊNCIA \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE Nº \_\_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_

**CÓDIGO PARA  
DÉBITO AUTOMÁTICO**

822.567.425-0



# Certificado de Registro de Microempreendedor Individual



## Identificação

### Nome Empresarial

JOAO PAULO DA SILVA

### Nome do Empreendedor

JOAO PAULO DA SILVA

### Nome Fantasia

### Capital Social

R\$ 0,00

### Número Identidade

99723793

### Órgão Emissor

DETRAN

### UF Emissor

PR

### CPF

058.551.309-08

## Condição de Microempreendedor Individual

### Situação Cadastral Vigente

ATIVO

### Data de Início da Situação Cadastral Vigente

16/11/2010

## Números de Registro

### CNPJ

12.860.081/0001-89

### NIRE

41-8-0032320-7

## Endereço Comercial

### CEP

83322-190

### Bairro

WEISSOPOLIS

### Logradouro

RUA RIO SAO LUIZ

### Município

PINHAIS

### Número

984

### UF

PR

## Atividades

### Data de Início de Atividades

16/11/2010

### Forma de Atuação

Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes



## MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA					
Razão Social:	Luciane do Roso Corani Denton de Paula.				
Endereço:	R. betone 281.	CNPJ:	26.231.444/0001-21		
Município:	Piraquara	UF:	PR	CEP:	83.314-180.
Nome do representante legal:	x Luciane.				

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 07 de Agosto de 2019.

Luciane  
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no caso de empresa Ltda cópia contrato social/no caso de empresa individual Eireli contrato social e Mei declaração de Associações Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante, e comprovante de endereço da entidade ou empresa apoiadora.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
LUCIANE DO ROCIO CANANI DANTAS DE PAULA



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
6322242-9 SESP PR

CPF DATA NASCIMENTO  
581.756.101-82 15/09/1971

FILIAÇÃO  
RAIMUNDO CIRILO DANTAS

SANTALINA CANANI  
DANTAS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AB

Nº REGISTRO  
02774220974

VALIDADE  
04/11/2021

1ª HABILITAÇÃO  
12/02/2003

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
PINHAIS, PR

DATA EMISSÃO  
04/11/2016

ASSINATURA DO EMISSOR

94706347252  
PR911806463

DETRAN-PR (PARANÁ)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO



# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



## Identificação

### Nome Empresarial

LUCIANE DO ROCIO CANANI DANTAS DE PAULA 58175610182

### Nome do Empresário

LUCIANE DO ROCIO CANANI DANTAS DE PAULA

### Nome Fantasia

KANANIS RESTAURANTE

### Capital Social

1.000,00

### Número Identidade

63222429

### Órgão Emissor

SESP

### UF Emissor

PR

### CPF

581.756.101-82

## Condição de Microempreendedor Individual

### Situação Cadastral Vigente

ATIVO

### Data de Início da Situação Cadastral Vigente

23/09/2016

## Números de Registro

### CNPJ

26.231.444/0001-21

### NIRE

41-8-0462525-9

## Endereço Comercial

### CEP

83314-180

### Logradouro

RUA BETONEX

### Número

281

### Bairro

GUARITUBA

### Município

PIRAQUARA

### UF

PR

## Atividades

### Data de Início de Atividades

23/09/2016

### Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

### Ocupação Principal

Proprietário(a) de restaurante, independente

### Atividade Principal (CNAE)

56.11-2/01 - Restaurantes e similares

## **Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:**

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> Certificado emitido com base na Resolução no 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM. ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>

### Número do Recibo

ME00068782

### Número do Identificador

00058175610182

### Data de Emissão

15/08/2019

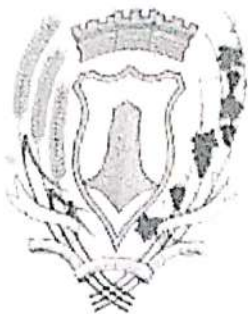
		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.231.444/0001-21</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>23/09/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>LUCIANE DO ROCIO CANANI DANTAS DE PAULA 58175610182</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>KANANIS RESTAURANTE</b>			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>56.11-2-01 - Restaurantes e similares</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R BETONEX</b>	NÚMERO <b>281</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>83.314-180</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(41) 3557-2641</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>23/09/2016</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2019** às **11:11:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





# MUNICIPIO DE PIRAQUARA

Estado do Paraná  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
SETOR DE TRIBUTAÇÃO

## ALVARÁ DE LICENÇA

2017

RAZÃO SOCIAL:

LUCIANE DO ROCIO CANANI DANTAS DE PAULA

Insc. Municipal

17605

NOME FANTASIA:

KANANIS RESTAURANTE

CNPJ/CPF: 26.231.444/0001-21

INÍCIO DE ATIVIDADE: 13/01/2017

ENDEREÇO: RUA - BETONEX, 281

CEP.: 83314-180

BAIRRO: JAD GUARITUBA

ATIVIDADES

RESTAURANTES E SIMILARES

CONTADOR/CONTABILIDADE RESPONSÁVEL

PROT. INICIAL/ANO

PROT. ALTERAÇÃO/ANO

NO CASO DE ENCERRAMENTO, PARALISAÇÃO, MUDANÇA DE ENDEREÇO, RAMO DE ATIVIDADE OU QUALQUER OUTRA ALTERAÇÃO, O CONTRIBUINTE SERÁ OBRIGADO COMUNICAR A PREFEITURA NO PRAZO DE 30 (TRINTA DIAS, CONFORME CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL)

DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/01/2017

DATA DE VALIDADE: 31/03/2018.

Visto do Funcionário

Secretária Municipal de Finanças  
DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

EXIBIR ESTE DOCUMENTO EM LUGAR VISÍVEL - ART. 1º § 2º - LEI 2162/2004



**CVE - CERTIFICADO DE VISTORIA EM ESTABELECIMENTO**  
**3.1.01.16.0001005395-29**

O Serviço de Prevenção Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, vistoriou o estabelecimento ocupado por LUCIANE DO ROCIO CANANI DANTAS DE PAULA 58175610182, certificando que a execução das medidas de segurança contra incêndio e pânico estão de acordo com as normas:

Localização:

R BETONEX, 281  
GUARITUBA  
PIRAQUARA - PR

Inscrição Imobiliária:

Indicação Fiscal:

Ramo Atividade Econômica (de acordo com CNAE)

5611/2-01 - RESTAURANTES E SIMILARES

- Este documento não gera direito a liberação para exercício da atividade econômica junto a outros órgãos, cabendo ao interessado cumprir a legislação específica de cada órgão.
- A certificação perde a validade, a qualquer tempo, caso ocorram alterações das condições observadas no momento da vistoria, tais como ampliações, mudanças de ocupação, entre outras.
- O Corpo de Bombeiros poderá fiscalizar o estabelecimento a qualquer tempo.

Área Ocupada: 100,00 m<sup>2</sup>

Capacidade de Público: 50 PESSOAS

Projeto NIB:

Lauda NIB:

Ocupação: F-8 - LOCAL PARA REFEIÇÃO

Uso de GLP liberado: ATÉ 3 RECIPIENTES P-13 EM ABRIGO EXTERNO

Medidas de Segurança: ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA, SAÍDAS DE EMERGÊNCIA E EXTINTORES.

Nota:

**VALIDADE DO DOCUMENTO: 2 de Dezembro de 2017**

f3b7d1d8.6d4dabc0.301811db.8310572e-1

A autenticidade deverá ser confirmada no endereço  
[www.prevfogo.pr.gov.br](http://www.prevfogo.pr.gov.br)

PINHAIS, PR, 7 de Junho de 2017

A assinatura nos documentos expedidos por meio eletrônico, através do Sistema Prevfogo, fica dispensada nos termos da NPT 001/2011.

SOLDADO JADERSON FAVORETTO  
Serviço de Prevenção



2 TENENTE DAVI DA SILVA  
Chefe do Serviço de Prevenção



# MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	Vanderson conduto do norte			
Endereço:	BC-TONCT n. 119	CNPJ:	23.055.242/0001-94	
Município:	Piraquara	UF:		CEP:
Nome do representante legal:	Vanderson conduto do norte			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 31 de julho de 2019

Vanderson conduto do norte  
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## **ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no caso de empresa Ltda cópia contrato social/no caso de empresa individual Eireli contrato social e Mei declaração de Associações Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante, e comprovante de endereço da entidade ou empresa apoiadora.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>23.055.272/0001-94</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>13/08/2015</b>
NOME EMPRESARIAL <b>VANDERSON CANDIDO DOS SANTOS</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R BETONEX</b>	NÚMERO <b>119</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>83.314-180</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>V.ANDERSONCANDIDO@HOTMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(41) 9631-3831</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>13/08/2015</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2019** às **11:12:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
41803547548		XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações)			
VANDERSON CANDIDO DOS SANTOS			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
BRASILEIRA		SOLTEIRO(A)	
SEXO	REGIME DE BENS (se casado)		
Masculino	XXX		
FILHO DE (pai)		(mãe)	
JAIR JOSE DOS SANTOS		ROZELY DIAS DOS SANTOS	
NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF
04/11/1994	135444936	SESP	PR
CPF (número)			
099.661.959-39			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)			NÚMERO
RUA BETONEX			270
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	GUARITUBA	83314-180	006460 - Piraquara
MUNICÍPIO			UF
Piraquara			PR
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
002 - ALTERAÇÃO		XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		XXX	
NOME EMPRESARIAL			ENQUADRAMENTO
VANDERSON CANDIDO DOS SANTOS			ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
RUA Betonex			119
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	Guarituba	83314-180	006460 - Piraquara
MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Piraquara	PR	BRASIL	V.ANDERSONCANDIDO@HOTMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)		
10.000,00	dez mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto		
Atividade Principal	Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios - Mercadorista/vendedor		
4712100			
Atividade Secundária			
XXX			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF
13/08/2015	23.055.272/0001-94		
DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
04/07/2018			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		PR2180001833511	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/08/2018 08:15 SOB Nº 20183270150.  
PROTOCOLO: 183270150 DE 31/07/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11803178730. NIRE: 41803547548.  
VANDERSON CANDIDO DOS SANTOS

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 07/08/2018  
www.empresafacil.pr.gov.br

## MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	<i>Marilene Gomes dos Santos</i>			
Endereço:	<i>Av. Betanaz, 270-14</i>	CNPJ:	<i>30.115.053.0001-19</i>	
Município:	<i>Piraquara</i>	UF:	<i>PR</i>	CEP:
Nome do representante legal:		× <i>Marilene Gomes dos Santos</i>		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 31 de Julho de 19

  
 Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no caso de empresa Ltda cópia contrato social/no caso de empresa individual Eireli contrato social e Mei declaração de Associações Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante, e comprovante de endereço da entidade ou empresa apoiadora.



		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>30.115.053/0001-19</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>05/04/2018</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MARILENE GOMES DOS SANTOS 03366752599</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>KS COSMETICOS</b>			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R BETONEX</b>	NÚMERO <b>270</b>	COMPLEMENTO <b>LOJA 4</b>	
CEP <b>83.314-180</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>marisantos909@gmail.com</b>		TELEFONE <b>(41) 9840-4297</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>05/04/2018</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2019** às **11:13:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

# Certificado da Condição de Microempendedor Individual



## Identificação

### Nome Empresarial

MARILENE GOMES DOS SANTOS 03366752599

### Nome do Empresário

MARILENE GOMES DOS SANTOS

### Nome Fantasia

KS COSMETICOS

### Capital Social

5.500,00

### Número Identidade

152279981

### Orgão Emissor

SESPAPIIP

### UF Emissor

PR

### CPF

033.667.525-99

## Condição de Microempendedor Individual

### Situação Cadastral Vigente

ATIVO

### Data de Início da Situação Cadastral Vigente

05/04/2018

## Números de Registro

### CNPJ

30.115.053/0001-19

### NIRE

41-8-0634136-3

## Endereço Comercial

### CEP

83314-180

### Bairro

GUARITUBA

### Logradouro

RUA BETONEX

### Município

PIRAQUARA

### Número

270

### UF

PR

### Complemento

LOJA 4

## Atividades

### Data de Início de Atividades

05/04/2018

### Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

### Ocupação Principal

Comerciante independente de cosméticos e artigos de perfumaria

### Atividade Principal (CNAE)

47.72-5/00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

## Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldomicroempendedor.gov.br/> Certificado emitido com base na Resolução no 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM. ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>

Número do Recibo  
ME27996320

Número do Identificador  
30115053000119

Data de Emissão  
18/10/2018



# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 <p><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b></p>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>30.115.053/0001-19</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>05/04/2018</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MARILENE GOMES DOS SANTOS 03366752599</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>KS COSMETICOS</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>		
LOGRADOURO <b>R BETONEX</b>	NÚMERO <b>270</b>	COMPLEMENTO <b>LOJA 4</b>
CEP <b>83.314-180</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>marisantos909@gmail.com</b>		UF <b>PR</b>
TELEFONE <b>(41) 9840-4297</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>05/04/2018</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 18/10/2018 às 10:58:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



COPEL Distribuição S.A.  
Rua José Izidoro Biazotto, 158  
81200-240 - Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.898/0001-09  
IE 00.233.073-99 IM 423.992-4



www.copel.com  
0800 51 00 116

DANIEL DIAS DE ALMEIDA  
R BETONEX, 270 - MO 04

CEP: 83314100  
CPF: 53967960930

PIRAQUARA - PR

Unidade Consumidora

101827202

Vencimento  
21/07/2019

Valor a Pagar  
R\$ 39,49

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública: Município 03006001428

**Revisão de Vencimento**  
Constatamos débitos que podem resultar no corte de energia e, após este, em 3 meses no encerramento contratual da unidade com a Copel. Neste período, haverá cobrança conforme legislação. Atraso de 45 dias sujeita inclusão no CADIN. Cobrança de atividade acessória pode ser excluída da fatura. Desconsidere o aviso, caso tenha pago.

Referência 06/2019  
Valor 40,12

No. Medidor: 0362231900 - BIFASICO

### Informações Técnicas

Leitura Anterior: 04/06/2019 313  
Leitura Atual: 03/07/2019 341  
Medido: 29 dias 28 kWh  
Constante de Multiplicação: 1,00  
Total Faturado: 50 kWh  
Consumo Médio/Dia: 0,97 kWh  
Data Apresentação: 03/07/2019  
Mes Referência: 07/2019  
COMERCIO LOJAS DE VARIEDADES, EXC LOJAS DE DEP

Conjunto: PINHAIS

### Indicadores de Qualidade

Realizado Mensal: DIC 0,00 h FIC 0,00 DMIC 0,00 h  
Limite Mensal: 4,71 h 3,17 2,60 h  
Limite Trimestral: 9,43 h 6,35  
Limite Anual: 18,86 h 12,70  
Tensão Contratada: AS [1.6.89.2]  
EUSD (R\$) 127 / 220 volts  
Limite faixa adequada de Tensão: 117 - 133 / 202 - 231 volts

### Historico de Consumo e Pagamento

Media 3 meses: 50 kWh  
MÊS 06/19 05/19 04/19 03/19 02/19 01/19 12/18 11/18 10/18 09/18 08/18 07/18  
CONS 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50  
PGTO 03/05 05/04 19/03 28/02 28/12 04/12 19/10 15/10 16/08 19/07

### Valores Faturados

Produto Descrição	Emitida em 03/07/2019		Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
	Un.	Consumo				
01 CUSTO DISP SISTEMA	kWh	50	0,787600	39,38	39,38	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. AMARELA	kWh			0,11	0,11	29,00%
Base de Calculo do ICMS:		39,49	Valor ICMS:	11,45	Valor Total da Nota Fiscal: 39,49	
Composicao dos Valores						
Energia	14,24					
Distribuicao	7,51					
Transmissao	1,18					
Tributos	13,88					
Encargos	2,88					
TOTAL	39,49					
Reservado ao Fisco						
A390.3826.E091.9963.CE17.FB98.2F6A.2E5D						
INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 0,43 E COFINS R\$ 2,00. CONFORME RES. 130/2011						
ESTA UNIDADE CONSOME:						

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 0,43 E COFINS R\$ 2,00, CONFORME RES. ANEEL 130/2005.  
ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTA SUJEITA A SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO  
A PARTIR DE 01/07/2019 - PIS/PASEP 1,03% e COFINS 4,72%.  
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados  
a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.  
REAJUSTE TARIFARIO: EFEITO MEDIO 3,41% A PARTIR DE 24/06 RES. ANEEL 2559/2019  
Atraso superior a 45 dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR  
Novo agente de arrecadacao de faturas: Farmacias Nissei  
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.  
DEBITOS: 05/2019 R\$ 40,60 06/2019 R\$ 40,12  
Periodos Band. Tarif.: Verde: 05/06-30/06 Amarela 01/07-03/07

Vencimento: 21/07/2019

Valor a pagar: R\$ 39,49

Controle 01-20197880831758-7  
Numero de identificacao 101827202

Mes 07/2019  
AS [1.5.88.2]

83680000000 9 39490111000 4 00101020197 6 88083175807 8





# MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social:	Miriam dos Santos Gonçalves		
Endereço:	Rua Hulton Ribeiro dos	CNPJ:	14937763000178
Município:	Vila Furt Santos	UF:	CEP: 83052480
Nome do representante legal:	Miriam dos Santos Gonçalves		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 07 de Agosto de 2019

  
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## **ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no caso de empresa Ltda cópia contrato social/no caso de empresa individual Eireli contrato social e Mei declaração de Associações Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante, e comprovante de endereço da entidade ou empresa apoiadora.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>14.937.763/0001-78</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>25/01/2012</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MIRIAM DOS SANTOS GONCALVES 00485305909</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>96.02-5-01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios</b> <b>96.02-5-02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R HILTON RIBEIRO DOS SANTOS</b>	NÚMERO <b>42</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>83.305-248</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VILA FUCK</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>IURD.MIRIAM@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(41) 3669-3816</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>25/01/2012</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2019** às **11:11:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## **SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS**

Ao

**MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretária de Radiodifusão

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: **Manifestação de apoio**

Processo: **01250.041589/2019-35**

Referente: **Edital n. 82 de 19/06/2019**

Prezado Senhor

**ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n. 26.053.559/0001-73, situada na Rua Maria Lobato Amaral, n.10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, por seu representante legal, em atendimento ao edital de seleção acima descrito, bem como para instrução do processo em epígrafe, requer a juntada das Manifestações de Apoio a iniciativa da Entidade.

Nestes termos,  
pede e espera deferimento.

Piraquara (PR), 16 de agosto de 2019

.....  
**ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**  
CNPJ n. 26.053.559/0001-73

# MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Maristela Oliveira Santos.			
Endereço:	AVENIDA BETOVEX 270			
Município:	PIRAQUARA	UF:	PR	CEP:
RG:	13.836.420-8	Órgão Emissor:	COMARCA	CPF: 1080633910

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 23.119.633/0001-19, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 07 de AGOSTO de 2019

Maristela Oliveira Santos -  
Assinatura do(a) apoiador(a)

## **ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia autenticada da identidade e do comprovante de endereço do apoiador com menos de 60 dias.



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 13.836.420-8 DATA DE EXPEDIÇÃO: 03/05/2013

NOME: MARISTELA OLIVEIRA DOS SANTOS

FILIAÇÃO: EDEMILSON ANTUNES DOS SANTOS  
ROSANE DE OLIVEIRA

NATURALIDADE: COLOMBO/PR DATA DE NASCIMENTO: 20/05/1997

DOC. ORIGEM: COMARCA=COLOMBO/PR, ROÇA GRANDE  
C.NASC=2049, LIVRO=7A, FOLHA=249

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.11 9/08/87

É PROIBIDO PLATIFICAR

**COPEL** Copel Distribuição S.A.  
Rua José Isidoro Biazetto, 158  
81200-240 Curitiba - PR  
CNPJ 04.368.898/0001-06  
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4

**DANIEL DIAS DE ALMEIDA**  
R BETONEX, 270 - MD 03

CEP: 83314180 PIRAQUARA - PR  
CPF: 63967960930

www.copel.com  
0800 51 00 116

Unidade Consumidora  
101827130

Vencimento  
21/08/2019

Valor a Pagar  
R\$ 40,91

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública: Município 08006001428

**Reaviso de Vencimento**

**Informações Técnicas** No. Medidor: 0362634681 - BIFÁSICO Mes Referência: 09/2019

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de	Total	Consumo	Data
03/07/2019	02/08/2019	30 dias	Multiplicação	Faturado	Medio/Dia	Apresentação
1160	1177	17 kWh	1,00	60 kWh	0,67 kWh	02/08/2019

Proxima Leitura Prevista: 03/09/2019

COMERCIO/COM VAREJA DE OUTROS PRODUTOS

**Indicadores de Qualidade** Mes Referência: 09/2019

Conjunto: PINHAIS

Realizado Mensal:	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	Limite faixa adequada de Tensão:
0,00 h	0,00	0,00 h	10,96	117 - 133 / 202 - 231 volts	
Limite Mensal:	4,71 h	3,17	2,60 h		
Limite Trimestral:	9,43 h	6,35			
Limite Anual:	18,86 h	12,70			

**Historico de Consumo e Pagamento** Media 3 meses: 50 kWh

MES	07/19	06/19	05/19	04/19	03/19	02/19	01/19	12/18	11/18	10/18	09/18	08/18
CONS	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	67
PGTO	11/07	17/06	13/06	23/04		18/03	04/02	05/12	19/10	20/09	16/08	

**Valores Faturados**

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 CUSTO DISP SISTEMA	kWh	60	0,792000	39,64	39,64	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. AMARELA	kWh		1,07	1,07	1,07	29,00%
03 ENERGIA CONS. B. VERMELHA	kWh		0,20	0,20	0,20	29,00%

Valor Total de Nota Fiscal: 40,91



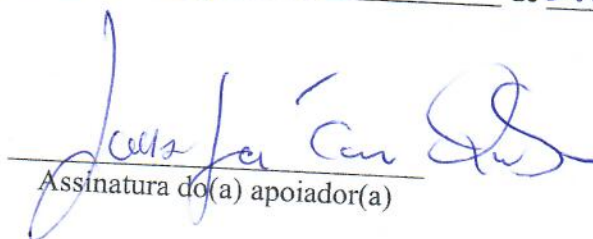
## MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	JACKSON DA SILVA (Aurora)			
Endereço:	RUA BETOMEX 296.			
Município:	Piraquara	UF:	PR	CEP:
RG:	7.160.950-2	Órgão Emissor:		CPF:
		45866589168		

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 23.119.633/0001-19, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Piraquara (PR), 30 de Julho de 2019.

  
 Assinatura do(a) apoiador(a)

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia autenticada da identidade e do comprovante de endereço do apoiador com menos de 60 dias.



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 1 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	PR	PIRAQUARA	53900.008025/2015	0	25S2715	49W0847	RAQ	ASSOCIACAO DE PROTECAO E DESENVOLVIMENTO MORADORES
0.00	PR	PIRAQUARA	01250.041589/2019	82	25S2715	49W0847	EMA	ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO
1.77	PR	PINHAIS	53000.064633/2006	21	25S2621	49W0908	ARQDE F	Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Triângulo
3.40	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.001218/2011	31	25S2834	49W1012	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO E CULTURA AMIGOS DO JD ALEGRIA E ARAGUARI
3.70	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.009769/2011	31	25S2912	49W0819	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA, CULTURAL, ARTISTICA E SOCIAL GUATUPE - "ACCASG"
3.91	PR	PINHAIS	53000.033619/2010	0	25S2614	49W1050	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL SANTA CRUZ
4.36	PR	CURITIBA	53000.060066/2006	0	25S2616	49W1109	RAQ	ASSOCIAÇÃO O PEQUENO SEMEADOR
4.49	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53740.000662/2002	31	25S2936	49W0926	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE SARA NOSSA TERRA
4.93	PR	PINHAIS	53000.062166/2011	0	25S2529	49W1059	ARQPO T	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
4.95	PR	PINHAIS	01250.045008/2019	4	25S2529	49W1100	POS	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
4.95	PR	PINHAIS	53900.007170/2015	4	25S2529	49W1100	ARQPO T	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
4.95	PR	PINHAIS	53740.001174/1998	4	25S2529	49W1100	LDE	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
5.03	PR	PINHAIS	53900.017316/2015	4	25S2528	49W1103	RAUT	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 2 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
5.03	PR	PINHAIS	53000.066580/2013	4	25S2528	49W1103	ARQPOS	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
5.52	PR	CURITIBA	53000.004768/2004	0	25S2821	49W1151	RAQ	ASSOCIACAO CULTURA DE RUA E CIDADANIA
5.70	PR	CURITIBA	53740.001624/1998	4	25S2757	49W1206	LDE	ASSOCIACAO CRISTA DE ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO CAJURU
5.70	PR	CURITIBA	53000.056202/2013	4	25S2757	49W1206	ARQPOS	ASSOCIACAO CRISTA DE ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO CAJURU
5.70	PR	CURITIBA	53900.041938/2015	4	25S2757	49W1206	PER	ASSOCIACAO CRISTA DE ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO CAJURU
5.93	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.069945/2007	31	25S3026	49W0826	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO JARDIM CRISTAL
5.93	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.006393/2010	31	25S3026	49W0826	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO JARDIM CRISTAL
6.00	PR	CURITIBA	53740.000856/1999	6	25S2724	49W1222	ARQDEF	A M. C. ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA CRISTÃ
6.09	PR	PINHAIS	53000.051574/2012	21	25S2403	49W0758	ARQPOS	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA NOVA PINHAIS
6.09	PR	PINHAIS	53000.022119/2005	21	25S2403	49W0758	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA NOVA PINHAIS
6.36	PR	CURITIBA	53000.026314/2013	4	25S2754	49W1231	ARQPO T	ASSOCIACAO CRISTA DE ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO CAJURU
6.68	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.068307/2010	31	25S3044	49W0948	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILADELFIA - ACFIL
6.81	PR	CURITIBA	53000.080596/2006	0	25S2912	49W1214	RAQ	PROJETO MAO AMIGA DE CURITIBA - PMAC





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 3 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
6.96	PR	CURITIBA	53000.059808/2005	0	25S2847	49W1235	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO UBERABA DE CIMA - ACOMUC
7.08	PR	CURITIBA	53900.001809/2015	0	25S2846	49W1240	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO UBERABA DE CIMA - ACOMUC
7.48	PR	COLOMBO	53000.039665/2006	21	25S2323	49W1004	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES E EMPRESARIOS DO CENTRO INDUSTRIAL MAUA
7.58	PR	COLOMBO	53000.007021/2009	0	25S2314	49W0939	RAQ	ASSOCIACAO DE MORADORES E EMPRESARIOS DO CENTRO INDUSTRIAL MAUA
7.58	RJ	RIO DE JANEIRO	53000.052198/2009	29	25S2314	49W0939	ARQDE F	PROJETO CULTURA EDUCACAO E LIBERDADE
7.93	PR	QUATRO BARRAS	53000.042510/2007	24	25S2701	49W0403	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RODRIGO KNAPIK RIBEIRO
8.06	PR	CURITIBA	53000.008076/2008	30	25S2610	49W1327	LPE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA SOM DAS AGUAS
8.06	PR	CURITIBA	53900.019155/2016	30	25S2610	49W1327	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA SOM DAS AGUAS
8.19	PR	CURITIBA	53900.047522/2015	30	25S2611	49W1332	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA SOM DAS AGUAS
8.44	PR	CURITIBA	53000.063249/2005	0	25S2449	49W1303	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE HIGIENÓPOLIS
8.52	PR	PINHAIS	53000.036232/2005	21	25S2324	49W1134	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL SANTA CRUZ
8.56	PR	CURITIBA	53000.059164/2006	0	25S2829	49W1343	RAQ	MOVIMENTO PRÓ-UBERABA
8.59	PR	PIRAQUARA	53000.025393/2013	1	25S2637	49W0342	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA DO MAR



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 4 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
8.59	PR	PIRAQUARA	53000.059923/2013	1	25S2637	49W0342	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA DO MAR
8.66	PR	PIRAQUARA	53000.048742/2012	1	25S2633	49W0340	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA DO MAR
8.66	PR	PIRAQUARA	53740.001106/1998	2	25S2633	49W0340	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA BOM JESUS DOS PASSOS
8.66	PR	PIRAQUARA	53000.004752/2012	0	25S2633	49W0340	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA DO MAR
8.66	PR	PIRAQUARA	53000.053986/2011	0	25S2633	49W0340	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA DO MAR
8.66	PR	PIRAQUARA	53900.012684/2014	1	25S2633	49W0340	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA DO MAR
8.66	PR	PIRAQUARA	53740.001030/1998	1	25S2633	49W0340	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA DO MAR
8.75	PR	CURITIBA	53000.028121/2010	30	25S2320	49W1142	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DA CEASA DE CURITIBA
9.67	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53740.000409/1999	5	25S3122	49W1220	ARQDE F	IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DE S J DOS PINHAIS
10.03	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.052137/2008	31	25S3148	49W0532	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA, CULTURAL E ARTISTICA DE BORDA DO CAMPO - ACCABC
10.03	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.010071/2011	31	25S3148	49W0532	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA, CULTURAL E ARTISTICA DE BORDA DO CAMPO - ACCABC
10.09	PR	COLOMBO	53000.046701/2003	21	25S2216	49W1113	ARQDE F	ASSOC. COMUNIT. P/ O DESENV. ARTÍSTICO CULTURAL E ECOLÓGICO ADONAI
10.19	PR	PIRAQUARA	53740.000251/2002	0	25S2942	49W0320	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRICOLA DE PIRAQUARA



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 5 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
10.21	PR	CURITIBA	53900.042148/2015	0	25S2740	49W1452	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO UBERABA DE CIMA - ACOMUC
10.27	PR	CURITIBA	53000.031695/2003	0	25S2649	49W1454	RAQ	COMUNIDADE GIRA SOL
10.29	PR	CURITIBA	53740.000618/2002	0	25S2642	49W1454	RAQ	CLUBE DE MAES UNIAO VILA DAS TORRES
10.35	PR	COLOMBO	53000.063672/2006	21	25S2209	49W1118	ARQDE F	ASSOCIACAO EL-SHADAI RIO VERDE COLOMBO
10.39	PR	CURITIBA	53000.071119/2006	0	25S2504	49W1430	RAQ	GRUPO DIGNIDADE- PELA CIDADANIA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNICOS
10.44	PR	CURITIBA	53000.007685/2013	6	25S3006	49W1410	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E ARTISTICA FOLHA DO BOQUEIRAO
10.48	PR	CURITIBA	53740.000507/1999	0	25S2945	49W1424	RAQ	AAPB - ASSOCIACAO DOS AMIGOS PRO-BOQUEIRAO
10.48	PR	CURITIBA	53740.000006/2000	6	25S2945	49W1424	ARQDE F	AAPB - ASSOCIACAO DOS AMIGOS PRO-BOQUEIRAO
10.51	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.007864/2011	31	25S3208	49W1159	REC	ASSOCIACAO PRO-DESENVOLVIMENTO SOCIO-CULTURAL E EDUCACIONAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS - ACEPIN
10.68	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	01250.077239/2018	17	25S3203	49W1219	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DE SAO JOSE DOS PINHAIS
10.75	PR	CURITIBA	53516.003926/2017	6	25S2935	49W1440	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E ARTISTICA FOLHA DO BOQUEIRAO
10.75	PR	CURITIBA	53000.070491/2013	6	25S2935	49W1440	INDRE N	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E ARTISTICA FOLHA DO BOQUEIRAO
10.75	PR	CURITIBA	53000.059251/2013	6	25S2935	49W1440	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E ARTISTICA FOLHA DO BOQUEIRAO





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 6 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
10.75	PR	CURITIBA	53740.000717/1999	6	25S2935	49W1440	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E ARTISTICA FOLHA DO BOQUEIRAO
10.77	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.050082/2006	0	25S3207	49W1218	RAQ	ASSOCIACAO DE MORADORES DA VILA IDALINA.
10.80	PR	COLOMBO	53000.029076/2003	21	25S2150	49W1110	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA ADONAY DE COLOMBO
10.80	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53740.000596/2001	17	25S3206	49W1222	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DE SAO JOSE DOS PINHAIS
10.80	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53900.057914/2016	17	25S3206	49W1222	RAUT	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DE SAO JOSE DOS PINHAIS
10.80	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	01250.003823/2017	17	25S3206	49W1222	ARQPO S	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DE SAO JOSE DOS PINHAIS
10.80	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	01250.019583/2019	17	25S3206	49W1222	POT	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DE SAO JOSE DOS PINHAIS
10.82	PR	COLOMBO	53000.056418/2006	21	25S2149	49W1109	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA MARACANA
10.90	PR	COLOMBO	01250.038732/2018	0	25S2138	49W1043	ARQCD I	UNIAO COMUNITARIA COLOMBENSE
10.97	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	53000.013158/2007	24	25S2149	49W0611	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.02	PR	CURITIBA	53740.000640/1999	6	25S2528	49W1504	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO TORRE FORTE
11.11	PR	COLOMBO	01250.050068/2018	0	25S2131	49W1043	CDI	UNIAO COMUNITARIA COLOMBENSE
11.15	PR	COLOMBO	53000.025027/2004	21	25S2137	49W1107	ARQDE F	ASSOCIACAO COLOMBENSE DE CICLISMO



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 7 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
11.29	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.059877/2007	0	25S3227	49W0516	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BORDA DO CAMPO (ASCOBORCAMP)
11.29	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.027845/2010	31	25S3227	49W0516	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BORDA DO CAMPO (ASCOBORCAMP)
11.45	PR	CAMPO LARGO	53000.034674/2003	0	25S2816	49W1532	RAQ	ASSOCIACAO ATIVA CULTURAL E PAZ
11.49	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.014891/2010	0	25S3248	49W1151	RAQ	AMA - ASSOCIACAO MAO AMIGA
11.49	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	53000.034829/2007	24	25S2118	49W0651	ARQDE F	ASSOC. CULTURAL E EDUC. DE RÁDIO COMUNITÁRIA INTERATIVA FM
11.49	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53740.000396/2002	17	25S3248	49W1151	ARQDE F	AMA - ASSOCIACAO MAO AMIGA
11.59	PR	QUATRO BARRAS	53000.008966/2007	24	25S2210	49W0445	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA QUATRO BARRAS
11.67	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	01250.044022/2019	31	25S2108	49W0708	POS	ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCATIVA DA RADIO COMUNITARIA INTERATIVA FM
11.67	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	53000.020885/2010	31	25S2108	49W0708	AUT	ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCATIVA DA RADIO COMUNITARIA INTERATIVA FM
11.74	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	53740.001559/1998	4	25S2106	49W0706	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES DE COMUNIDADES VIZINHAS - ASENCOVIZ
11.87	PR	COLOMBO	53740.001403/1998	3	25S2126	49W1145	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO CULTURAL ESPACO LIVRE
11.93	PR	QUATRO BARRAS	53900.033561/2014	24	25S2209	49W0426	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL DA INTEGRACAO E DESENVOLVIMENTO DE QUATRO BARRAS
11.93	PR	QUATRO BARRAS	53000.070248/2006	24	25S2209	49W0426	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL DA INTEGRACAO E DESENVOLVIMENTO DE QUATRO BARRAS



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 8 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
11.95	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	01250.042245/2019	82	25S3337	49W0956	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO DE SAO JOSE DOS PINHAIS
12.17	PR	CURITIBA	53740.000652/1999	6	25S2845	49W1552	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VILA FANNY
12.23	PR	QUATRO BARRAS	53000.024931/2010	30	25S2337	49W0241	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RODRIGO KNAPIK RIBEIRO
12.50	PR	QUATRO BARRAS	53000.027166/2007	24	25S2202	49W0403	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RODRIGO KNAPIK RIBEIRO
12.62	PR	COLOMBO	53900.015350/2016	0	25S2106	49W1201	ARQCD I	COLETIVO DE ACAA CULTURAL DE COLOMBO - COACOL
12.72	PR	CURITIBA	53740.000010/2000	6	25S2619	49W1619	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO REBOUÇAS
12.79	PR	CURITIBA	53740.000715/1999	6	25S2955	49W1550	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA AMIGOS DO XAXIM
12.91	PR	CURITIBA	53740.000576/1999	6	25S2718	49W1630	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ÁGUA VERDE
12.96	PR	CURITIBA	53900.049643/2016	6	25S2555	49W1623	PER	BOCA MALDITA
12.96	PR	CURITIBA	53740.000605/1999	6	25S2555	49W1623	LDD	BOCA MALDITA
13.00	PR	CURITIBA	53740.001372/1998	6	25S2513	49W1613	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO E CRECHE JESUS DE NAZARÉ
13.02	PR	CURITIBA	53000.054222/2007	0	25S2425	49W1554	RAQ	FEMOTIBA - FEDERACAO DEMOCRATICA DAS ASSOCIACOES DE MORADORES, CLUBES DE MAES, ENTIDADES BENEFICENTES E SOCIAIS DE CURITIBA
13.04	PR	CURITIBA	53000.019281/2007	0	25S2541	49W1623	RAQ	ASSOC. CULT. DE NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR DOS AGENTES DE PASTORAIS NEGROS-ACNAP





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 9 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
13.05	SC	SÃO MIGUEL DO OESTE	53740.002104/1999	4	25S2540	49W1623	APA	ASSOCIACAO RADIO CULTURA COMUNITARIA FM DE SAO MIGUEL DO OESTE
13.06	PR	CURITIBA	53000.057102/2006	30	25S2146	49W1341	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM ALIANCA
13.31	PR	CURITIBA	53740.001087/1998	0	25S2551	49W1635	RAQ	ASSOCIACAO MOVIMENTO COMUNITARIO RADIO VIDA NOVA
13.46	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.025533/2007	31	25S3406	49W1128	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA UNIAO - ASCOU
14.18	PR	CURITIBA	53740.000791/1999	0	25S2233	49W1528	RAQ	SOCIEDADE RECREATIVA CULTURAL SANTA EFIGENIA
14.56	PR	CURITIBA	53000.045392/2007	0	25S3037	49W1639	RAQ	ASSOCIAÇÃO DAS PADARIAS E COZINHAS COMUNITÁRIAS FERMENTO NA MASSA
14.67	PR	CURITIBA	53740.000881/1998	4	25S2756	49W1731	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL ÁGUA VERDE
14.76	PR	CURITIBA	53900.042130/2015	0	25S2849	49W1726	RAQ	ASSOCIACAO DOS MORAD E AMIG DE B DA V GUSO E JARDIM PR
14.77	PR	CURITIBA	53900.065394/2015	0	25S2927	49W1716	ARQCD I	ASSOCIACAO DE MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO NOVO MUNDO
14.78	PR	CURITIBA	53740.001150/1998	4	25S3113	49W1627	ARQDE F	ORGANIZACAO DAS ASSOCIACOES DE MORADORES DO XAPINHAL
15.11	PR	CURITIBA	53000.049737/2005	0	25S3242	49W1530	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL LIVRE ABC
15.20	PR	CURITIBA	53740.001740/1998	6	25S3234	49W1542	LDE	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SITIO CERCADO
15.20	PR	CURITIBA	53516.004574/2017	6	25S3234	49W1542	ARQPOS	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SITIO CERCADO



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 10 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
15.20	PR	CURITIBA	01250.081105/2017	6	25S3234	49W1542	EXIREN	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SITIO CERCADO
15.20	PR	CURITIBA	53000.027674/2013	6	25S3234	49W1542	ARQPOS	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SITIO CERCADO
15.26	PR	CURITIBA	53000.035182/2004	30	25S2600	49W1748	ARQDEF	PRO RENAL - BRASIL - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA EM ENFERMIDADES RENAI E METABOLICAS
15.26	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	53000.011104/2011	31	25S1936	49W0525	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E ARTISTICA ESPORTIVA DE CAMPINA GRANDE DO SUL
15.30	PR	CURITIBA	53000.051539/2006	30	25S2152	49W1543	ARQDEF	AVOCAR - ASSOCIACAO DOS VOLUNTARIOS DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO
15.36	PR	CURITIBA	53000.034359/2003	0	25S3236	49W1548	RAQ	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA BAIRRO NOVO
15.50	PR	CURITIBA	01250.065000/2017	6	25S3244	49W1547	ARQPOST	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SITIO CERCADO
15.63	PR	CURITIBA	53740.001236/1998	30	25S2837	49W1800	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ITATIAIA
15.77	PR	CURITIBA	53000.058796/2004	0	25S3235	49W1608	RAQ	ASSOC. BENEF. DOS MORAD. E AMIGOS DAS MORADAS SÍTIO CERCADO I, II E III (DENOMINADA ABEMOAM)
15.97	PR	CURITIBA	53000.058370/2005	0	25S3228	49W1623	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL LIVRE SITIO CERCADO
16.26	PR	CURITIBA	53000.063398/2007	0	25S3222	49W1641	RAQ	ASSOCIACAO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM NOVA AURORA
16.45	PR	CURITIBA	01250.021526/2017	0	25S3155	49W1709	ARQCDI	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CIDADE FM CURITIBA ARCCFMC
16.61	PR	CURITIBA	53740.000653/1999	6	25S3110	49W1743	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO SUL CURITIBA



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 11 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
16.80	PR	CURITIBA	53000.055077/2004	0	25S3134	49W1737	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO JARDIM ESPERANÇA
16.98	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	53000.001961/2010	30	25S2059	49W1611	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL E BENEFICENTE XADAI DE ALMIRANTE TAMANDARE - PR
17.06	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	53000.002380/2010	30	25S2056	49W1612	PAN	ASSOCIACAO CULTURAL E BENEFICENTE XADAI DE ALMIRANTE TAMANDARE - PR
17.09	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	53900.015490/2014	0	25S2054	49W1611	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL E BENEFICENTE XADAI DE ALMIRANTE TAMANDARE - PR
17.09	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	01250.041931/2019	82	25S2054	49W1611	EMA	ASSOCIACAO CULTURAL E BENEFICENTE XADAI DE ALMIRANTE TAMANDARE - PR
17.20	PR	CURITIBA	53740.000734/1999	0	25S2606	49W1859	RAQ	ASSOCIACAO DA COMUNIDADE SANTA RITA
17.68	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.001197/2011	31	25S3642	49W1015	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO INTEGRACAO ARTISTICA CULTURAL DA REGIAO DE SAO MARCOS
17.79	PR	CURITIBA	53000.009990/2009	30	25S2827	49W1920	ARQDE F	ASSOCIACAO CENTRAL NACIONAL DE DEFESA DOS TRABALHADORES DO BRASIL
17.94	PR	CURITIBA	53740.000704/1999	0	25S2548	49W1923	RAQ	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SANTO INÁCIO
18.18	PR	CURITIBA	53000.080597/2006	0	25S2812	49W1936	ARQCD I	ONG PROJETO JONATAS DE CURITIBA
18.23	PR	CURITIBA	53000.087112/2006	0	25S2857	49W1931	RAQ	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO SOCIAL E RADIODIFUSAO LIVRE FAZENDINHA FM
18.41	PR	CURITIBA	53740.001240/1998	30	25S2900	49W1937	ARQDE F	UNIAO DAS ENTIDADES COMUNITARIAS DO BAIRRO FAZENDINHA
18.75	PR	CURITIBA	53000.015623/2004	0	25S3302	49W1759	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO VALE DO IVAÍ





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 12 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
18.88	PR	CURITIBA	53000.062679/2005	30	25S2850	49W1956	ADR	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO SOCIAL E RADIODIFUSAO LIVRE FAZENDINHA FM
19.02	PR	CAMPO LARGO	53000.005036/2010	30	25S2415	49W1939	ARQDE F	ASSOCIACAO ATIVA CULTURAL E PAZ
19.16	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	53000.052830/2010	30	25S1947	49W1642	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E DE RADIODIFUSAO PLENITUDE DE VIDA
19.41	PR	CURITIBA	53000.019637/2009	30	25S2912	49W2011	ARQDE F	CLUBE DE MAES JARDIM INDEPENDENCIA VILA COLOMBO I EII E ADJACENCIAS
19.44	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	53740.000887/1998	1	25S1933	49W1640	ARQDE F	INSTITUTO VIDA - VIGILANTES INDEPENDENTES DO MEIO AMBIENTE
19.59	PR	CURITIBA	53000.035884/2008	30	25S2738	49W2029	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CAMPO COMPRIDO - NOVA CIC
19.65	PR	COLOMBO	53000.053109/2006	21	25S1732	49W1329	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO COMUNITARIA COLOMBO
19.70	PR	CURITIBA	53000.047975/2008	30	25S2818	49W2030	ARQDE F	ASSOCIACAO FILANTROPICA COMUNITARIA DO CAMPO COMPRIDO
20.08	PR	CURITIBA	53000.050891/2010	30	25S2731	49W2047	ARQDE F	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DO CAMPO COMPRIDO INDEPENDENCIA FM
20.08	PR	CURITIBA	53000.053512/2006	30	25S2731	49W2047	PAN	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DO CAMPO COMPRIDO INDEPENDENCIA FM
20.17	PR	CURITIBA	53000.067647/2007	30	25S2621	49W2047	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DE MUSICOS E CANTORES DE CAMPO COMPRIDO
20.19	PR	CURITIBA	53740.001094/2000	0	25S2558	49W2045	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL DE RADIOFUSAO AMIGOS DO ORLEANS
20.70	PR	CURITIBA	53000.059667/2010	30	25S2548	49W2102	AUT	ASSOCIACAO UNIVERSITARIA DE CURITIBA



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 13 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
20.74	PR	CURITIBA	53740.000922/1998	30	25S2925	49W2056	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES DO CONJUNTO DIADEMA I
20.90	PR	CURITIBA	53740.000338/1999	6	25S2924	49W2102	ARQDE F	GRÊMIO ESPORTIVO RECREATIVO E BENEFICENTE DO CONJUNTO DIADEMA I - II E REGIÃO
21.18	PR	CURITIBA	53000.054022/2004	30	25S2859	49W2117	ARQDE F	ASSOC M DAS VLAS COLOMBO I E II E JARDIM INDEPENDENCIA
21.51	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	01250.041878/2019	82	25S1909	49W1758	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL ARTISTICA E ECOLOGICA DE ALMIRANTE TAMANDARE ACCAEAT
21.79	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	53740.000905/1998	1	25S1833	49W1731	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA TIMONEIRA (ARCT)
21.85	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	53000.055518/2010	30	25S1848	49W1752	ARQDE F	ASSOCIACAO CAMINHO MISTICO DA CIDADE DE ALMIRANTE TAMANDARE DO ESTADO DO PARANA
21.85	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	53000.054437/2010	30	25S1848	49W1752	PAN	ASSOCIACAO CAMINHO MISTICO DA CIDADE DE ALMIRANTE TAMANDARE DO ESTADO DO PARANA
21.90	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	53740.000888/1998	1	25S1846	49W1752	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AGRIMACOLF
22.12	PR	CURITIBA	53000.091637/2006	0	25S3249	49W2028	RAQ	INSTITUTO CIDADÃO EM PROGRESSO
22.25	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53900.067222/2015	0	25S3903	49W1110	ARQCD I	ACIJAM - ASSOCIACAO COMUNITARIA INDEPENDENTE DO JARDIM MONTREAL
22.79	PR	CURITIBA	53000.038782/2005	30	25S3342	49W2022	ARQDE F	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO SOCIAL LIVRE TATUQUARA
22.99	PR	CURITIBA	53740.000685/2002	30	25S2149	49W2107	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES ALTO BELA VISTA
23.05	PR	CAMPO MAGRO	53000.013213/2010	29	25S2237	49W2133	ARQDE F	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 14 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
23.07	PR	CURITIBA	53000.007130/2003	30	25S3453	49W1940	ARQDE F	INSTITUTO SOLIDARIEDADE
23.11	PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	01250.003186/2016	0	25S1831	49W1837	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL ARTISTICA E ECOLOGICA DE ALMIRANTE TAMANDARE ACCAEAT
23.42	PR	CURITIBA	53000.061372/2010	30	25S3359	49W2037	ARQDE F	CENTRO DE CONVIVENCIA MORADIAS SANTA RITA
25.15	PR	CURITIBA	53000.009094/2006	0	25S3247	49W2230	RAQ	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO SOCIAL E RADIO DE FUSAO LIVRE DIVISA
25.15	PR	CURITIBA	53000.064281/2009	0	25S3247	49W2230	RAQ	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO SOCIAL E RADIO DE FUSAO LIVRE DIVISA
25.52	PR	CAMPO MAGRO	53000.010819/2011	29	25S2154	49W2249	DEN	ASSOCIACAO COMUNITARIA BENEFICENTE E CULTURAL DE CAMPO MAGRO
25.52	PR	CAMPO MAGRO	53000.058353/2008	29	25S2154	49W2249	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA BENEFICENTE E CULTURAL DE CAMPO MAGRO
25.55	PR	CAMPO LARGO	53000.064834/2005	20	25S2738	49W2402	FLD	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA FERRARIA
25.59	PR	CURITIBA	53900.036272/2015	6	25S3137	49W2317	EXT	CENTRO DE ATENDIMENTO COMUNITARIO SAO JORGE
25.59	PR	CURITIBA	53740.000213/1999	6	25S3137	49W2317	LDE	CENTRO DE ATENDIMENTO COMUNITARIO SAO JORGE
25.82	PR	CAMPO MAGRO	53000.004935/2011	29	25S2220	49W2312	DEN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO INTEGRACAO SOCIAL CULTURAL DE CAMPO MAGRO PR
25.93	PR	FAZENDA RIO GRANDE	53000.009587/2007	0	25S3821	49W1812	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JARDIM SIDON
26.22	PR	CAMPO MAGRO	53000.013444/2010	29	25S2226	49W2330	AUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO INTEGRACAO SOCIAL CULTURAL DE CAMPO MAGRO PR





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 15 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
26.27	PR	FAZENDA RIO GRANDE	53000.026044/2003	0	25S3804	49W1855	RAQ	CLUBE DA AMIZADE SEM FRONTEIRA
26.58	PR	FAZENDA RIO GRANDE	53000.030293/2003	0	25S3852	49W1805	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO
26.82	PR	CAMPO MAGRO	53740.000034/2002	25	25S2256	49W2404	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES JARDIM VIVIANE
27.03	PR	ARAUCÁRIA	01250.041614/2019	82	25S3309	49W2333	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BAIRRO INDUSTRIAL DA CIDADE DE ARAUCARIA
27.14	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.001199/2011	31	25S4153	49W0843	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CONTENDA
27.54	PR	FAZENDA RIO GRANDE	53740.000690/1999	0	25S3850	49W1905	RAQ	COMUNIDADE EVANGÉLICA FLORES DA VIDEIRA
27.63	PR	ARAUCÁRIA	53000.012921/2014	0	25S3358	49W2331	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E ARTISTICA DE ARAUCARIA-ACCAA
27.76	PR	ARAUCÁRIA	53740.000862/1998	1	25S3558	49W2216	LDE	RADIODIFUSAO COMUNITARIA GRALHA AZUL FM
27.81	PR	BOCAIUVA DO SUL	53000.058386/2011	40	25S1221	49W0654	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA PROGRESSO DE BOCAIUVA DO SUL
27.95	PR	BOCAIUVA DO SUL	53000.008678/2008	25	25S1214	49W0723	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA PROGRESSO DE BOCAIUVA DO SUL
27.95	PR	BOCAIUVA DO SUL	53000.007728/2008	25	25S1214	49W0723	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA PROGRESSO DE BOCAIUVA DO SUL
28.49	PR	FAZENDA RIO GRANDE	53740.001342/1998	3	25S3953	49W1828	LDD	ASSOCIACAO FRATERNAL E CULTURAL DE FAZENDA RIO GRANDE
28.63	SC	NOVA TRENTO	53000.011535/2012	30	25S1712	48W5549	DEN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DE NOVA TRENTO



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 16 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
28.70	PR	MORRETES	53000.045390/2007	29	25S3111	48W5212	ARQDE F	ASSOCIACAO PROSPERIDADE DA COMUNIDADE PANTANAL
29.14	PR	CAMPO MAGRO	53900.059366/2015	0	25S2233	49W2523	CDI	ASSOCIACAO COMUNITARIA ARTISTICA E CULTURAL DE CAMPO MAGRO - PR ACCACM
29.22	PR	ARAUCÁRIA	53000.020828/2007	0	25S3555	49W2322	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VITÓRIA
29.62	PR	ARAUCÁRIA	53900.016729/2015	0	25S3520	49W2403	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL, ESPORTIVA E RECREATIVA ARAUCARIENSE
29.65	PR	ARAUCÁRIA	53740.001610/1998	0	25S3520	49W2404	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL, ESPORTIVA E RECREATIVA ARAUCARIENSE
30.45	PR	ARAUCÁRIA	53000.026045/2003	0	25S3406	49W2519	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ARAUCARIA FM - PARANÁ
30.67	PR	ARAUCÁRIA	53740.000387/2002	0	25S3535	49W2437	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PACIENTES DE HEMODIALISE EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - APHD
30.82	PR	MORRETES	53740.000557/2002	0	25S2843	48W5027	RAQ	ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA DO MAR FM
30.82	PR	MORRETES	53740.001714/1998	1	25S2844	48W5027	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA DO MAR FM
30.92	PR	MORRETES	53000.022324/2010	29	25S2858	48W5025	AUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE MORRETES
31.00	PR	MORRETES	01250.015692/2019	29	25S2840	48W5020	POT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE MORRETES
31.05	PR	CAMPO LARGO	53740.000552/2002	20	25S2621	49W2718	ARQDE F	ASSOC DE MORADORES DE CERCADINHO V POMPEIA E SANTA NELY
31.32	PR	MORRETES	53000.016680/2008	29	25S2805	48W5006	ARQDE F	ASSOCIACAO DE ASSENTADOS TERRA TOMBADA



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 17 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
31.44	PR	MORRETES	53000.013520/2010	29	25S2838	48W5004	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO A PROMESSA FM
31.69	PR	FAZENDA RIO GRANDE	53740.000112/1999	3	25S4139	49W1859	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO ACACIA DA LIBERDADE FM
31.76	PR	MORRETES	53000.055414/2012	0	25S2842	48W4953	DEN	ASSOCIACAO COMUNITARIA E ARTISTICA DE MORRETES
31.86	PR	MORRETES	53000.021351/2008	29	25S2850	48W4950	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E ARTISTICA DE MORRETES
32.04	PR	MORRETES	53740.001072/1998	1	25S2854	48W4944	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE MORRETES
32.10	PR	CAMPO MAGRO	53000.064867/2005	25	25S2207	49W2705	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO MAGRO
32.35	PR	ARAUCÁRIA	53900.012364/2014	0	25S3743	49W2415	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL ARTISTICA E AMIGOS DE ARAUCARIA
32.49	PR	FAZENDA RIO GRANDE	53740.000154/1999	3	25S4124	49W2014	LDE	ASSOC. DE DESENV. COMUNIT. DA CULT. ESPORTE E LAZER DE FAZENDA GRANDE
32.91	PR	ITAPERUÇU	53000.058101/2011	0	25S1322	49W2101	EXIREN	ASSOCIACAO RADIODIFUSAO COMUNITARIA ITAPERUCU
32.91	PR	ITAPERUÇU	53740.001235/1998	2	25S1322	49W2101	LDE	ASSOCIACAO RADIODIFUSAO COMUNITARIA ITAPERUCU
32.91	PR	ITAPERUÇU	01250.049013/2019	2	25S1322	49W2101	POT	ASSOCIACAO RADIODIFUSAO COMUNITARIA ITAPERUCU
33.23	PR	ITAPERUÇU	53740.000167/2001	0	25S1300	49W2048	RAQ	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SÃO DOMINGOS - ITAPERUÇU
33.24	PR	CAMPO LARGO	53000.064839/2005	20	25S2652	49W2838	LDD	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA CAMBUI





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 18 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.00	PR	RIO BRANCO DO SUL	53000.058100/2011	0	25S1122	49W1855	RENDE F	ASSOCIACAO O BOM SAMARITANO "ABS"
34.26	PR	RIO BRANCO DO SUL	53740.001326/1998	3	25S1131	49W1930	LDE	ASSOCIACAO O BOM SAMARITANO "ABS"
37.86	PR	MORRETES	53000.009976/2010	29	25S3242	48W4659	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA, ARTISTICA E CULTURAL DE MORRETES
37.95	PR	CAMPO LARGO	53740.000854/1999	0	25S2715	49W3127	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO FUSÃO SUL ITAQUI
38.08	PR	CAMPO LARGO	53000.010559/2008	0	25S2617	49W3130	RAQ	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO JARDIM SANTA LUZIA AMOSL
38.37	PR	CAMPO LARGO	53000.050839/2007	0	25S2731	49W3142	RAQ	GRANDE LOJA DA MACONARIA FEMININA DO BRASIL
38.37	PR	CAMPO LARGO	53740.001627/1998	4	25S2706	49W3142	LDE	FUNSEPI FUNDACAO NOSSA SENHORA DA PIEDADE
38.37	PR	CAMPO LARGO	53000.004593/2014	4	25S2706	49W3142	ARQPO S	FUNSEPI FUNDACAO NOSSA SENHORA DA PIEDADE
38.37	PR	CAMPO LARGO	53900.017558/2015	4	25S2706	49W3142	RECRE N	FUNSEPI FUNDACAO NOSSA SENHORA DA PIEDADE
39.24	PR	ANTONINA	53900.000217/2014	20	25S2607	48W4523	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL
39.24	PR	ANTONINA	53900.019996/2014	20	25S2607	48W4523	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL
39.24	PR	ANTONINA	53900.038524/2014	20	25S2607	48W4523	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL
39.24	PR	ANTONINA	53900.014597/2016	20	25S2607	48W4523	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 19 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
39.24	PR	ANTONINA	53000.014961/2012	0	25S2607	48W4523	ARQPOS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL
39.24	PR	ANTONINA	53000.061510/2005	20	25S2607	48W4523	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL
40.10	PR	MANDIRITUBA	53000.034015/2009	0	25S4627	49W1949	ARQCDI	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL E SOCIAL MANDIRITUBENSE
40.40	PR	CAMPO LARGO	53000.039553/2004	20	25S2825	49W3253	PAN	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTISTICA DE CAMPO LARGO
40.67	PR	ANTONINA	53000.062672/2005	20	25S2558	48W4432	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL
41.05	PR	MANDIRITUBA	53740.000149/1999	3	25S4717	49W1914	ARQDEF	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA DE MANDIRITUBA
41.40	PR	CAMPO LARGO	53000.062278/2005	20	25S2838	49W3328	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTISTICA DE CAMPO LARGO
41.58	PR	CAMPO LARGO	53000.024666/2008	0	25S2911	49W3332	RAQ	SOBERANO SANTUARIO DA MACONARIA BRASILEIRA
42.08	PR	ARAUCÁRIA	53000.027111/2012	47	25S3305	49W3305	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIODIFUSAO ARTISTICA CULTURAL INTEGRADA
42.25	PR	ANTONINA	53740.001764/1998	3	25S2523	48W4338	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENV.CULTURAL E ARTISTICO DE ANTONINA-ASCULAN
43.23	PR	ANTONINA	53740.001381/1998	3	25S2600	48W4300	ARQDEF	A P.I.A PASTORAL DO IDOSO DE ANTONINA
43.74	PR	ANTONINA	53000.057577/2013	20	25S2543	48W4243	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA ANTONINENSE
43.93	PR	MANDIRITUBA	01250.053136/2019	3	25S4848	49W1942	REN	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MANDIRITUBA



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

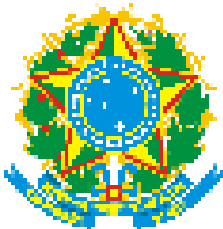
Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 20 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
43.93	PR	MANDIRITUBA	01250.013472/2018	3	25S4848	49W1942	ARQPO T	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MANDIRITUBA
43.93	PR	MANDIRITUBA	53740.001411/1998	3	25S4848	49W1942	LDE	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MANDIRITUBA
44.18	PR	ANTONINA	53000.010615/2003	20	25S2519	48W4229	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA ANTONINENSE
44.56	PR	MANDIRITUBA	01250.041686/2017	3	25S4908	49W1948	ARQPO S	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MANDIRITUBA
44.56	PR	MANDIRITUBA	01250.021171/2017	3	25S4908	49W1948	ARQPO S	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MANDIRITUBA
45.49	PR	TIJUCAS DO SUL	53000.056585/2010	0	25S5147	49W0847	ARQCD I	ASSOCIACAO DE APOIO AS INICIATIVAS DE PROTECAO AO MEIO AMBIENTE DE TIJUCAS DO SUL
45.66	PR	CONTENDA	53000.003273/2004	20	25S4005	49W3205	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO ECOLOGICO, ARTISTICO E CULTURAL DE CONTENDA - PARANA
46.19	PR	CONTENDA	53000.063254/2005	20	25S4026	49W3213	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA CONTENDA FM
46.43	PR	CONTENDA	53000.063141/2005	20	25S4056	49W3202	LDE	CENTRAL DE ORGANIZACOES POPULARES DE CONTENDA - PR
46.43	PR	CONTENDA	01250.052084/2017	20	25S4056	49W3202	ARQPO S	CENTRAL DE ORGANIZACOES POPULARES DE CONTENDA - PR
46.43	PR	CONTENDA	01250.022705/2018	20	25S4056	49W3202	ARQPO S	CENTRAL DE ORGANIZACOES POPULARES DE CONTENDA - PR
46.43	PR	CONTENDA	01250.002051/2019	20	25S4056	49W3202	POS	CENTRAL DE ORGANIZACOES POPULARES DE CONTENDA - PR
48.15	PR	BALSA NOVA	53000.052470/2005	21	25S3011	49W3722	LDD	ASSOCIACAO DE INTEGRACAO E DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DE BALSA NOVA





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

10/17/19 2:48 PM

Página 21 de 21

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
48.84	PR	MANDIRITUBA	53000.063850/2009	0	25S5120	49W2038	ARQCD I	FUNDACAO EDUCACIONAL MENINOS E MENINAS RUA PROF-ELIAS
49.76	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	53000.031281/2005	24	25S0631	48W4956	LDE	ASSOCIACAO DE MORADORES DA LOCALIDADE DE JAGUATIRICA E ADJACENCIAS
Nº de Linhas: 0								



## DESPACHO

Processo nº: **01250.041589/2019-35.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação Aurora de Comunidade** entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Piraquara** constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem o disposto no art 7º, parágrafo único da Lei N° 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/S/ANATEL publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC publicada no DOU de 9/4/2018.





Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 21/10/2019, às 08:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4752227** e o código CRC **A07417E9**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI nº 4752227



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.053.559/0001-73</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>15/07/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARIA LOBATO AMARAL</b>	NÚMERO <b>10</b>	COMPLEMENTO <b>CASA</b>
CEP <b>83.310-450</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>
UF <b>PR</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ZILMAVALENTE2@HOTMAIL.COM</b>	
TELEFONE <b>(41) 9643-7606/ (41) 9905-2624</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>02/08/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/06/2020** às **15:32:37** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**CNPJ:** **26.053.559/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 15:53:20 do dia 24/06/2020 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)



Imprimir

Voltar



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.053.559/0001-73

Certidão nº: 14697743/2020

Expedição: 24/06/2020, às 15:37:00

Validade: 20/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.053.559/0001-73**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



# Situação de Regularidade do Empregador

Inscrição (CNPJ ou CEI): 26.053.559/0001-73

Empregador não cadastrado.

Para cadastrá-lo dirija-se a uma das [Agências da CAIXA](#) munido dos documentos de constituição da empresa.

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

**DESPACHO**Processo nº: **01250.041589/2019-35**.Entidade: **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**.Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações**.

1. Após análise do processo nº 01250.041589/2019-35, de interesse da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, na localidade de Piraquara/PR, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 24 de junho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 24/06/2020, às 16:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5618121** e o código CRC **17EFB228**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCTIC nº 5618121

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

**DESPACHO**Processo nº: **01250.041589/2019-35**.Entidade: **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**.Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Piraquara/PR e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 24 de junho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 24/06/2020, às 16:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5618130** e o código CRC **304C3314**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCTIC nº 5618130

Município/UF: PIRAQUARA/PR **EXIGÊNCIAS**

Processo nº: 01250.041589/2019-35 CNPJ: 26.053.559/0001-73

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**

Nº do edital/ano: **82/2019 publicado no DOU em 19/06/2019.**

**Prazo de inscrição: de 21/06/2019 a 19/08/2019**

1. Data de postagem/SEI: 16/08/2019 - CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM ( ) NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (4507871)

4. Estatuto Social: fl. 4/11 (4507871) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

5. Ata de constituição: fl. 12/14 (4507871) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6. Ata de eleição: 12/14 (4507871) para o período de 30/09/2015 a 30/09/2019 **vencida**

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: fl. (4507871)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Joscelino Borges dos Santos – f. 15	não	048383270698 02/12/1969	724.330.199-15	Não
Secretário: Alcimar Leite da Cunha – f. 20	Não	049045500647 10/09/1970	873.229.439-53	Não
Tesoureiro: Eron Mileski Cardoso – f. 19	não	072358190604 25/08/1980	029.874.669-78	não

8. Manifestações em apoio: (4507954, 4507998)

9. Vínculo: ( ) SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 23 (4507871)

11. Pesquisa Anatel (5618082) e Radar (5618121)

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5618130)

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (5618078), Certidão FGTS (**5618120**), Certidão PGFN ( ) , Certidão CNDT (5618117):

**OBSERVAÇÕES:** 24/06/2020: Ata de eleição venceu em 30/09/2019. Pesquisas de vínculos, TSE, TRF4 e TJPR ok.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**



- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

#### **1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

#### **2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: ( )
- 2.2 Certidão FGTS: ( )
- 2.3 Certidão PGFN : ( )
- 2.4 Certidão CNDT: ( )
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ( )

#### **3. Pesquisa Anatel ( ) e Radar ( )**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ( )

#### **OBSERVAÇÕES:**

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2020 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 1.915, DE 28 DE ABRIL DE 2020

Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal e, em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Sem prejuízo do disposto no art. 6º-C da Lei nº 13.979, de 6 fevereiro de 2020, ficam suspensos, de 20 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, os prazos nos processos administrativos em trâmite no âmbito da Secretaria de Radiodifusão (SERAD) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), para apresentação de defesa, recurso, resposta a exigências, cumprimento de diligências, aprovação de local (APL) e licenciamento de estações.

Parágrafo único. Após a data a que se refere o caput, os prazos fluirão pelo tempo remanescente.

Art. 2º Fica suspenso, até 31 de maio de 2020, o atendimento presencial de partes, advogados e interessados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/06/2020 | Edição: 103 | Seção: 1 | Página: 17

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 2.456, DE 29 DE MAIO DE 2020

Prorroga, até 30 de junho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de junho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária  
Divisão de Processos de Rádio Comunitária  
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 37/2020/MC

Brasília, 25 de junho de 2020.

Ao(À) Senhor(a)  
JOSELINO BORGES DOS SANTOS  
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO** (CNPJ nº 26.053.559/0001-73)  
Rua Maria Lobato Amaral, nº 10 - Bairro Guarituba  
83310-450 - PIRAQUARA - PR

**Assunto: PROCESSO Nº 01250.041589/2019-35. CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Piraquara/PR**, em razão do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União em 19/06/2019.

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, para atendimento das disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018. conforme descrição a seguir:

**2.1. Ata de eleição dos atuais dirigentes (art. 22, inciso IV):** A ata de eleição encaminhada venceu em **30/09/2019**. Assim, deve ser encaminhada ata de eleição válida.

Caso haja alteração no quadro diretivo, devem ser encaminhados também:

**2.1.1. Requerimento de Outorga**, contendo todas as declarações nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ter a qualificação completa e ser assinado por todos os dirigentes.

**2.1.2. Comprovante de maioria e nacionalidade de todos os diretores (art. 22, incisos V e VI)** A Entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade do(s) diretor(es).

**Observação 1:** a ata de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

**Observação 2:** os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.

**Observação 3:** serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 22, § 3º da Portaria:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

VII - passaporte.

**Observação 4:** não é necessário que sejam encaminhados os comprovantes de maioria e nacionalidade dos membros do **conselho fiscal**.

3. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

5. Nos termos das Portarias MCTIC nº 1.915 e nº 2456, publicadas no Diário Oficial da União em 30/04/2020 e 29/05/2020 (5619345), os prazos para cumprimento de exigências estão suspensos de 20/03/2020 até 30/06/2020, quando serão contados, pelo remanescente.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html). Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,

---

Anexos:

Portarias prazo 5619345



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 03/07/2020, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5619306** e o código CRC **85CF7427**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 37/2020/MC - Processo nº 01250.041589/2019-35 - Nº SEI: 5619306

**Correspondência Eletrônica - 5683906**

**Data de Envio:**

10/07/2020 11:26:19

**De:**

MC/SEARC (SEI-MC) <serco.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

ZILMAVALENTE2@HOTMAIL.COM  
sei@sistemaplug.com.br  
sistemaplugsei@gmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 01250.041589/2019-35

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_5619306.html  
Portaria\_5619345\_MCTIC\_\_\_Portarias\_prazo.pdf



## Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Alice Lorena de Barros San

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)[Pessoa física](#) [Pessoa jurídica](#)

### Informações da pessoa jurídica

CNPJ: 26.053.559/0001-73

Nome comercial:

Razão social: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO

Ano de constituição: 2016

Quantidade de empregados:

Capital social:

### Tipo de serviço

- ☐ Retransmissora de TV - RTV
- ☐ Televisão Digital - TVD
- ☐ Radiodifusão Comercial
- ☒ Radiodifusão Comunitária
- ☐ Radiodifusão Educativa
- ☐ Consignações da União
- ☐ Fiscalização
- ☐ Serviços Postais
- ☐ Governança de empresas vinculadas
- ☐ Solicitações Diversas
- ☐ Atendimento ao Público

03/11/2020

CADSEI :: [[versao]]

- ☐ Ouvidoria
- ☐ GESAC
- ☐ Telecentros
- ☐ Cidades Digitais
- ☐ Telecomunicações
- ☐ Radiodifusão sonora em frequência modulada
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas curtas
- ☐ Radiodifusão de sons e imagens
- ☐ Canal da cidadania
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas médias
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas tropicais
- ☐ Retransmissão de televisão
- ☐ Pronatec Comunicações
- ☐ Centros de Recondic. Computadores – CRC
- ☐ Inclusão digital para juventude rural
- ☐ Redes Digitais da Cidadania
- ☐ Conteúdos Digitais Criativos
- ☐ Radiodifusão Digital (TVD/RTVD)
- ☐ Tecnologia da informação e comunicações
- ☐ Solicitação Fornecedores
- ☐ Recursos Humanos
- ☐ Gestão de Pessoas
- ☐ Desenvolvimento de Pessoas
- ☐ Organização Institucional
- ☐ Solicitações FUNTTEL
- ☐ Radiodifusão Ancilar (RTV)
- ☐ CTNBio: Solicitações Diversas
- ☐ Vista de Processos ou Documentos
- ☐ Lei de Informática
- ☐ Fomento a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- ☐ Indicações de Representantes
- ☐ Atividades Jurídicas
- ☐ Convites
- ☐ Recomendações
- ☐ Legislações
- ☐ Transferências Voluntárias
- ☐ Recursos
- ☐ Pesquisa
- ☐ Fundos Setoriais

03/11/2020

CADSEI :: [[versao]]

- ☐ Indicações de Representantes
- ☐ Atividades Jurídicas
- ☐ Convites
- ☐ Recomendações
- ☐ Legislações
- ☐ Transferências Voluntárias
- ☐ Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em C&T: Implantação
- ☐ Recursos
- ☐ Pesquisa
- ☐ Fundos Setoriais
- ☐ PADIS
- ☐ Tecnologias da Informação e Comunicação
- ☐ PRODOC
- ☐ Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB)
- ☐ Liberação Comercial
- ☐ Liberação Planejada no Meio Ambiente
- ☐ Organismos Geneticamente Modificados (OGM)
- ☐ Innovation Management Process – IMP
- ☐ Indicadores Setoriais

#### Endereço da Sede

Endereço da Sede:

MARIA LOBATO AMARAL

Nº 10

Bairro/Distrito/Setor:

GUARITUBA

UF:

PR

Município:

PIRAQUARA

#### Representante legal

CPF:

724.330.199-15

Representante legal:

joscelino borges dos santos

RG:

51772121

Órgão expedidor:

SSP



03/11/2020

CADSEI :: [[versao]]

Comunicação oficial

Telefone: 41 - 96437606

Endereço para correspondência: MARIA LOBATO AMARAL

UF: PR

Município: PIRAQUARA

CEP: 83310450

Bairro: GUARITUBA

E-mail principal: ZILMAVALENTE2@HOTMAIL.COM

E-mail adicional 1: sei@sistemaplug.com.br

E-mail adicional 2: sistemaplugsei@gmail.com

E-mail adicional 3:

E-mail adicional 4:

Voltar

## SOLICITAÇÃO PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS

Ao

### **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 37/2020/MC - SEI 5619306

Assunto: Documentação Jurídica

Processo ° 01250.041589/2019-35.

Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício acima indicado e relativo a pendências contadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, devidamente inscrita no CNPJ nº 26.053.559/0001-73, situada à Rua Maria Lobato Amaral, nº 10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná segue em anexo toda a documentação solicitada.

➤ Documentação Jurídica

Piraquara (PR), 13 de agosto de 2020.

  
.....  
**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**  
CPF 724.330.199-15  
Presidente

**ANEXO 2**  
**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO				
Nome Fantasia:	"AURORA FM"	CNPJ:	26.053.559/0001-73		
Endereço de Sede:	Rua Maria Lobato Amaral, n° 10, Bairro Guarituba				
Município:	Piraquara	UF:	PR	CEP:	83310-450
Nome do representante legal:	Joscelino Borges dos Santos				
Endereço eletrônico (e-mail):	joscelino4470@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua Maria Lobato Amaral, n° 10, Bairro Guarituba				
Município:	Piraquara	UF:	PR	CEP:	83310-450

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Rua Maria Lobato Amaral, n° 49, Casa A, Bairro Guarituba				
Município:	Piraquara	UF:	PR	CEP:	83310-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	25°27'15" S		
	Longitude:	° W	49°08'47" W		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 82, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como



integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

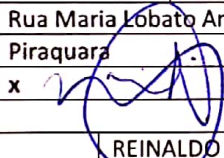
X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

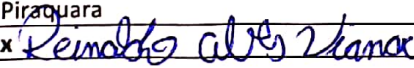
XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

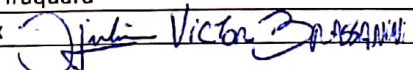
XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	JOSCELINO BORGES DOS SANTOS				
Cargo:	Presidente	Tit. Eleitor:	048383270698		
RG:	5177212-1	Órgão Emissor:	SESP/PR	CPF:	
Endereço:	Rua Maria Lobato Amaral, nº 49, Casa A, Bairro Guarituba				
Município:	Piraquara	UF:	PR	CEP:	83310-450
Assinatura:	x 				

Nome do dirigente:	REINALDO ALVES VIANA				
Cargo:	Secretário	Tit. Eleitor:	0845.9208.0671		
RG:	8180805-8	Órgão Emissor:	SESP/PR	CPF:	009.638.509-03
Endereço:	Rua Pedro Francisco Ramos, nº 27, Bairro Guarituba				
Município:	Piraquara	UF:	PR	CEP:	83310-453
Assinatura:	x 				

Nome do dirigente:	DJULIAN VICTOR BRASSANINI				
Cargo:	Tesoureiro	Tit. Eleitor:	0986.9168.0663		
RG:	9855000-3	Órgão Emissor:	SESP/PR	CPF:	079.792.949-55
Endereço:	Rua Maria Lobato Amaral, nº 49, Bairro Guarituba				
Município:	Piraquara	UF:	PR	CEP:	83310-450
Assinatura:	x 				

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ADMISSÃO DE NOVOS ASSOCIADOS; ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA; E, RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, CNPJ/MF Nº.26.053.559/0001-73, REALIZADA EM TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL DEZENOVE (30/09/2019).**

**1. DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove (30/09/2019), em segunda convocação, por volta das nove horas e trinta minutos, na Rua Maria Lobato Amaral, nº 10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, neste Município de Piraquara, Estado do Paraná **2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA:** A convocação da presente Assembleia Geral foi realizada conforme determina o parágrafo §4 do Artigo 12, através de edital fixado na sede social e em locais públicos. **3.**

**QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO:** Compareceram à Assembleia Geral Ordinária da Entidade, os associados os quais assinaram a competente lista de presença. Consigna-se que a assembleia foi instalada em 2ª convocação atendendo ao quórum de qualquer número de associados aptos a votar, nos termos do que dispõe o §3º do Art. 12 de seu Estatuto Social. **4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:**

Presidente da Assembleia: JOSCELINO BORGES DOS SANTOS; e, Secretário da Assembleia "ad hoc": REINALDO ALVES VIANA.

**5. ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL: Item I** - Homologar a admissão de novos associados; **Item II** - Apreciar, homologar ou não o Relatório Anual da Diretoria Executiva, as contas e as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício social encerrado em novembro 2018 e aprovar a programação anual para o exercício seguinte. - **Item III** - Eleição e Posse da Diretoria para o mandato de 30/09/2019 à 30/09/2023. **Item IV** - Outros Assuntos de Interesse da Associação. **DELIBERAÇÕES: Item I.**

Iniciando os trabalhos o Presidente apresentou o rol de novos pretendentes associados, os quais apresentaram requerimento de associação em dezembro de 2018, e que foram aceitos por aclamação de todos os presentes, são eles: **REINALDO ALVES VIANA**, brasileiro, casado, empresário, natural de Curitiba/PR, nascido em 17 de março de 1985, filho de Maria dos Anjos Alves Viana e José Geraldo Alves Viana, residente e domiciliado à Rua Pedro Francisco Ramos, nº 27, Bairro Guarituba, CEP 83310-453, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade, RG nº8.180.805-8 SESP/PR, CPF/MF nº.009.638.509-03 e Título de Eleitor nº.0845.9208.0671; e, **DJULIAN VICTOR BRASSANINI**, brasileiro, solteiro, sem união estável, empresário, natural de Curitiba/PR, nascido em 21 de novembro de 1990, filho de Marise Cristhiane Martins Brassanini e Julio Cesar Brassanini, residente e domiciliado à Rua Maria Lobato Amaral, nº30, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade, RG nº9.855.000-3 SESP/PR, CPF/MF nº079.792.949-55 e Título de Eleitor nº.0986.9168.0663. **Item II** - O Presidente apresentou o Relatório Anual e da situação financeira da Associação, principalmente no que se refere à autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária junto ao Departamento de Outorga de Serviços do Ministério das Comunicações. Após o relato foram aprovados por unanimidade todos os procedimentos executados. **Item III** - A única chapa inscrita para compor o quadro diretivo da entidade foi eleita por aclamação e por unanimidade pelos presentes, a qual terá



mandato de quatro (04) anos, de 30 de setembro de 2019 até 30 de setembro de 2023, quando da realização de nova Assembleia Geral. A seguir o Presidente da mesa diretora deu posse aos membros eleitos, ficando assim a composição da Diretoria. **DIRETORIA: Presidente: JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, autônomo, natural de Capitão Leônidas Marques/PR, nascido em 02 de dezembro de 1969, filho de Aurora Velur dos Santos e Francisco Borges dos Santos, residente e domiciliado à Rua Maria Lobato Amaral, nº49, Casa A, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade, RG nº 5.177.212-1 SESP/PR, CPF/MF nº724.330.199-15 e Título de Eleitor nº0483.8327.0698; **Secretário: REINALDO ALVES VIANA**, brasileiro, casado, empresário, natural de Curitiba/PR, nascido em 17 de março de 1985, filho de Maria dos Anjos Alves Viana e José Geraldo Alves Viana, residente e domiciliado à Rua Pedro Francisco Ramos, nº 27, Bairro Guarituba, CEP 83310-453, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade, RG nº8.180.805-8 SESP/PR, CPF/MF n.009.638.509-03 e Título de Eleitor n.0845.9208.0671; e, **Tesoureiro: DJULIAN VICTOR BRASSANINI**, brasileiro, solteiro, sem união estável, empresário, natural de Curitiba/PR, nascido em 21 de novembro de 1990, filho de Marise Cristhiane Martins Brassanini e Julio Cesar Brassanini, residente e domiciliado à Rua Maria Lobato Amaral, nº30, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade, RG nº9.855.000-3 SESP/PR, CPF/MF nº079.792.949-55 e Título de Eleitor n.0986.9168.0663. **Item IV** - Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. **6. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **7. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato contínuo o Presidente franqueou a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **8. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** E para constar. Eu, **REINALDO ALVES VIANA**, Secretário da assembleia, lavrei esta ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.

.....  
JOSCELINO BORGES DOS SANTOS  
Presidente Assembleia

DIRETORIA 2019/2023

.....  
JOSCELINO BORGES DOS SANTOS  
Presidente

.....  
REINALDO ALVES VIANA  
Secretário da Assembleia

.....  
REINALDO ALVES VIANA  
Secretário

.....  
DJULIAN VICTOR BRASSANINI  
Tesoureiro:

**CARTÓRIO DANGUI MATTÉ**  
Registro de Títulos e Documentos



PROTOCOLO Nº 0015435  
REGISTRO Nº 0013816  
LIVRO Nº B-054  
AVERBAÇÃO Nº 00

Piraquara -PR, 27 de agosto de 2020.

*Rita Dangui*  
**Rita Dangui Matté Grandó**  
**Oficial Substituta**

Selo Digital Nº GM2WI.NVbOc.IvcFh,  
Controle: KVHIG.qeF9u

Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas  
Jurídicas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba  
**FORO REGIONAL DE PIRAQUARA**  
**Terezinha de Jesus Dangui Matté**  
Titular

**Rita Dangui Matté Grandó**  
Substituta

**Aline Matté Grandó**  
Escrevente Juramentada  
FONE (41) 3673-1273 CX. POSTAL 83  
Rua Barão do Cerro Azul, 1120  
CEP 83301-000 Piraquara-PR

**CARTÓRIO DANGUI MATTÉ**

PROTOCOLO Nº 0015533  
REGISTRO Nº 0000725  
LIVRO Nº A-014  
AVERBAÇÃO Nº 02

Piraquara-PR, 15 de outubro de  
2020.

*Rita Dangui*  
**Rita Dangui Matté Grandó**  
**Oficial Substituta**

Selo Digital Nº mCff9.YnreP.IvoNL, Controle:  
FfH2R.t4Yxh

Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas  
Jurídicas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba  
**FORO REGIONAL DE PIRAQUARA**  
**Terezinha de Jesus Dangui Matté**  
Titular

**Rita Dangui Matté Grandó**  
Substituta

**Aline Matté Grandó**  
Escrevente Juramentada  
FONE (41) 3673-1273 CX. POSTAL 83  
Rua Barão do Cerro Azul, 1120  
CEP 83301-000 Piraquara-PR





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5.177.242-1 16/12/1987

JOSCELINO BORGES DOS SANTOS

FRANCISCO BORGES DOS SANTOS

AURORA VELHO DOS SANTOS

CAP. LEON. MARQUES/PR 02/12/1969

COMARCA=CASCADEL/PR, C. L. MARQUES

C. MAGG 1375, LIVRO=2A, FOLHA=045

LEI Nº 7.119 DE 29/09/65



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número

**724.330.199-15**

Nome

**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**

Nascimento

**02/12/1969**

**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**



 [imprimir]

9af277383eb772da9aeead50880b0fce



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS TRF**  
**CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**

OU

contra o CPF:  
**724.330.199/15**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos originários mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS em andamento e baixados, excetuados processos físicos com anotação de silêncio concedido à parte e processos eletrônicos com nível de sigilo maior que 2.

- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 19/10/2020 às 00:30
- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 00:01

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:17 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **9af277383eb772da9aeead50880b0fce**





37aa55a6dc639af8e3ee31cbd61492c3



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS  
CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, o art. 403, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**

OU

contra o CPF:  
**724.330.199/15**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 03:00
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 01:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 19/10/2020 às 03:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/10/2020 às 01:30
- Santa Catarina (Processo Papel) até 19/10/2020 às 02:30

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:14 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **37aa55a6dc639af8e3ee31cbd61492c3**





## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**, Título Eleitoral: **0483 8327 0698**, CPF: **724.330.199-15**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **IHWAEL3RJBNxyKKsad6lCe1vcH0=**  
Certidão emitida em **19/10/2020 10:20:01**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





**JUSTIÇA ELEITORAL**

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**CERTIDÃO**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**

Inscrição: **0483 8327 0698**

Zona: 155      Seção: 0453

Município: 77690 - PIRAQUARA

UF: PR

Data de nascimento: 02/12/1969

Domicílio desde: 21/01/2020

Filiação: - AURORA VELUR DOS SANTOS  
- FRANCISCO BORGES DOS SANTOS

Certidão emitida às 10:21 em 19/10/2020



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**CSOG.Q3NE./SNB.KYGM**



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**

Inscrição: **0483 8327 0698**

Zona: 155      Seção: 0453

Município: 77690 - PIRAQUARA

UF: PR

Data de nascimento: 02/12/1969

Domicílio desde: 21/01/2020

Filiação: - AURORA VELUR DOS SANTOS  
- FRANCISCO BORGES DOS SANTOS

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): REPRESENTANTE COMERCIAL

Certidão emitida às 10:23 em 19/10/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**XGJ7.PZYF./1ET.7T5V**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR  
**REINALDO ALVES VIANA**

DATA DE NASCIMENTO **17/03/1985** Nº INSCRIÇÃO **0845 9208 0671** ZONA **188** SEÇÃO **0247**

MUNICÍPIO / UF **PINHAIS/PR** DATA DE EMISSÃO **28/07/2015**

JUIZ ELEITORAL  
*Jucimar Novochado*  
Des. Jucimar Novochado

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

*Reinaldo Alves Viana*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376  
CEP 80.215-900 Curitiba - PR  
CNPJMF 76.484.013/0001-45  
Inscrição Estadual 101.80080-64  
Internet: www.sanepar.com.br

FONE SANEPAR: 0800 - 200 - 0115

# CONTA

NOME DO CLIENTE  
**JOSIANE APARECIDA ROSA**

ENDEREÇO  
**R PEDRO FRANCISCO RAMOS  
CASA 02**

CEP **83.310-453** LOCAL **PIRAQUARA**

ROTEIRO DE LEITURA  
**010-61-13-100-70325**

HIDRÔMETRO  
**513F014418-4-1**

CAT - RES - COM - IND - UTP - POP -  
**015 001**

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flor	Coll. Totais
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	98	27	98		98
Nº Amostras Realizadas	98	98	98	39	98
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	97	98	98	39	98

Definições no verso

CONCLUSÃO FORAM SOLUCIONADAS AS AMOSTRAS QUE NÃO ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
2019 PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO												
2020 X PAGO X X X X PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO PAGO	X	PAGO	X	X	X	X	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS	PREFEITURA(R\$)	SANEPAR(R\$)
TX LIXO PREFEITURA		
MULTA TX LIXO PREF	31,71	
	0,60	

ESGOTO ADESAO 36/14				
MULTA AGUA				6,94
DEMAIS SERVICOS				1,08
FAIXAS DE CONSUMO				1,67

RES Mínimo	VOLUME	VALOR M3/RS	AGUA	AGUA	ESGOTO
De 6 a 10m3	5				
	3	1,20	38,77	31,02	
			3,60	2,88	

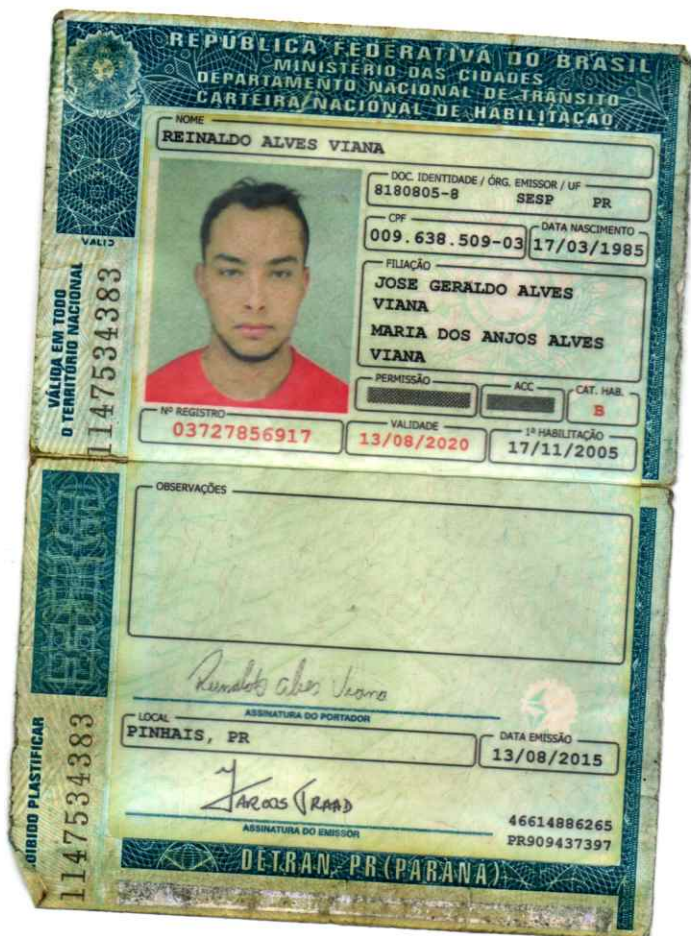
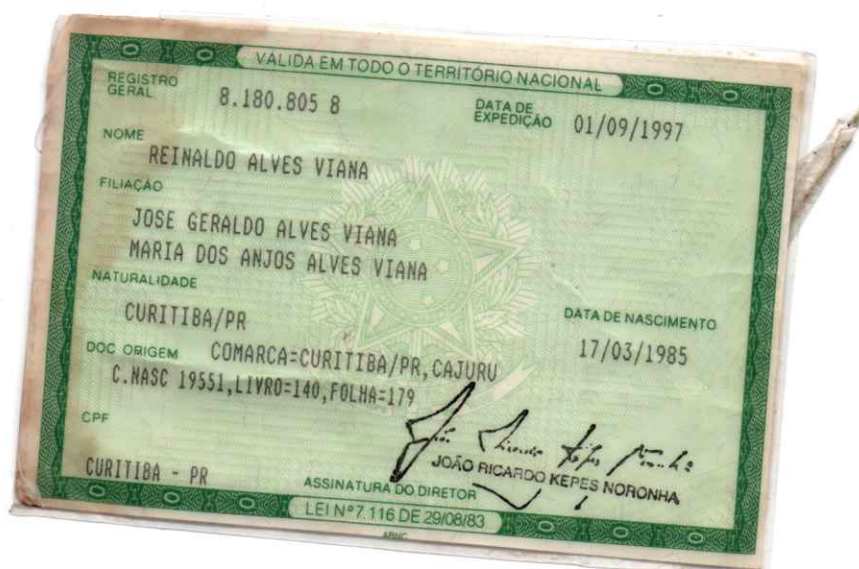
HISTÓRICO DE CONSUMO/m3	07/19	08/19	09/19	10/19	11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20
	7	6	7	11	6	7	7	10	8	11	8
DIAS DE CONSUMO - DATA LEITURA	32	30/06/2020									
LEITURA ANTERIOR	405										
LEITURA ATUAL	413										
CONSUMO/m3	8										
REFERÊNCIA	06/2020										
MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA											
MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 5 MESES	9										
VENCIMENTO	13/07/2020										
PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	31/07/2020										
AGUA	42,37										
ESGOTO	33,90										
SERVIÇOS	42,00										
TOTAL	118,27										

INFORMAÇÕES BLOQUEIO TAXA DE LIXO, 0800-200-0115.  
ATENDIMENTO: CURITIBARMCSANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R\$ 9,73  
AUTENTICAÇÃO NO VERSO OBSERVAÇÕES NO VERSO COMPROVANTE CLIENTE

AVISO DE VENCIMENTO - VALOR A SER DEBITADO  
EM SUA C/C - NAO VALE COMO RECIBO







**FUNARPEN**  
SELO DIGITAL Nº  
QzE0h.4VZrW.f6H8R  
Controle:  
XxTDw.pHzV3  
Consulte esse selo em  
<http://funarpen.com.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE CASAMENTO**  
**REINALDO ALVES VIANA**  
**JOSIANE APARECIDA ROSA VIANA**

Matrícula

084186 01 55 2017 2 00072 123 0018148 84

Nome completos de solteiro, datas e locais de nascimento, nacionalidade e filiações dos cônjuges

**REINALDO ALVES VIANA**, nascido aos 17 de março de 1985, natural de Curitiba-PR, de nacionalidade brasileiro, solteiro, representante comercial, filho de JOSÉ GERALDO ALVES VIANA e de MARIA DOS ANJOS ALVES VIANA, residente e domiciliado na Rua Rio Solimões, 1260, em Pinhais-PR \*\*

**JOSIANE APARECIDA ROSA**, nascida aos 10 de agosto de 1982, natural de Curitiba-PR, de nacionalidade brasileira, solteira, cabeleireira, filha de JUARES DE OLIVEIRA ROSA e de SUELI APARECIDA GOMES ROSA, residente e domiciliada na Rua Rio Solimões, 1260, em Pinhais-PR \*\*

Data do registro do casamento (por extenso)

Dezessete de março de dois mil e dezessete \*\*

Dia  
17

Mês  
03

Ano  
2017

Regime de bens do casamento

Comunhão Parcial de Bens \*\*

Nome que cada um dos cônjuges passou a utilizar (quando houver alteração)

JOSIANE APARECIDA ROSA VIANA \*\*

Observações / Averbações

Casamento celebrado neste Ofício, perante a Juíza de Paz Rosicler do Rocio Coradin. Emolumentos: R\$31,85 (VRC 175,00), Selo Funarpen: R\$2,20, ISS: R\$1,95 TOTAL: R\$36,00 \*\*

Nome do Ofício

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais  
acumulando, precariamente o Serviço de Títulos  
e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas

Oficial Registrador

Karen Lúcia Cordeiro Andersen

Município / UF


Município e Comarca de Pinhais - Estado do  
Paraná

Endereço

Rua Camilo di Lellis, 434  
CEP: 83.323-000 - Fone: (41)3033-3222

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Pinhais-PR, 17 de março de 2017.

  
Karen Lúcia Cordeiro Andersen  
Oficial Designada

Rosicler do Rocio Coradin



FUNARPEN AA 002008225 P



 [imprimir]

58984abbbe0aaf33c315780563c0d2ed



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS TRF**  
**CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**REINALDO ALVES VIANA**

OU

contra o CPF:  
**009.638.509/03**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos originários mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS em andamento e baixados, excetuados processos físicos com anotação de silêncio concedido à parte e processos eletrônicos com nível de sigilo maior que 2.

- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 19/10/2020 às 00:30
- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 00:01

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:26 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **58984abbbe0aaf33c315780563c0d2ed**



 [imprimir]

80c34c3c1af9db70a8f881e28e3119ec



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, o art. 403, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**REINALDO ALVES VIANA**

OU

contra o CPF:  
**009.638.509/03**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 03:00
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 01:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 19/10/2020 às 03:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/10/2020 às 01:30
- Santa Catarina (Processo Papel) até 19/10/2020 às 02:30

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:27 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **80c34c3c1af9db70a8f881e28e3119ec**



 [imprimir]

e8fcb48cc9ee57f0143b48c772974057



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

**REINALDO ALVES VIANA**

OU

contra o CPF:

**009.638.509/03**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal e de APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 19/10/2020 às 00:30
- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 00:01

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:36 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **e8fcb48cc9ee57f0143b48c772974057**





 [imprimir]

a4e319b73f284f74ac3db1c0fc25ec64



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL DE 1º GRAU PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, a Resolução nº 41/2010 do TRF4 e com o art. 411 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região certificamos que,

contra o NOME

**REINALDO ALVES VIANA**

OU

contra o CPF:

**009.638.509/03**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de EXECUÇÕES PENAS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES e RECURSOS CRIMINAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 03:00
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 01:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 19/10/2020 às 03:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/10/2020 às 01:30
- Santa Catarina (Processo Papel) até 19/10/2020 às 02:30

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:28 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **a4e319b73f284f74ac3db1c0fc25ec64**





## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **REINALDO ALVES VIANA**, Título Eleitoral: **0845 9208 0671**, CPF: **009.638.509-03**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **omjhuMOMM/XP1kkVzTZQgRtuwR0=**  
Certidão emitida em 19/10/2020 11:52:55

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
**DJULIAN VICTOR BRASSANINI**



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
**9855000-3 SESP PR**

CPF DATA NASCIMENTO  
**079.792.949-55 21/11/1990**

FILIAÇÃO  
**JULIO CESAR BRASSANINI**  
**MARISE CRISTHIANE**  
**MARTINS BRASSANINI**

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
 **B**

Nº REGISTRO  
**05137896178**

VALIDADE  
**07/08/2020**

1ª HABILITAÇÃO  
**09/02/2011**

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1145807640





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

# CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

**079.792.949-55**

Nome

**DJULIAN VICTOR BRASSANINI**

Nascimento

**21/11/1990**







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CARTÓRIO DISTRITAL DE UBERABA

Patricia Lazzarotto  
Escrivã

**Nascimento**

Certifico que no livro A-37, às folhas 149 e sob o termo 014051, consta o assento do nascimento de:

**DJULIAN VICTOR BRASSANINI**

nascido aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa, (21/11/1990), às 12:56, na Clínica e Maternidade Nossa Senhora do Rosário, Curitiba, Paraná, do sexo masculino, filho de JULIO CESAR BRASSANINI e de MARISE CRISTHIANE MARTINS BRASSANINI

Avós paternos: GILDO BRASSANINI e LISITA BRASSANINI.

Avós maternos: LOURIVAL ANTONIO DE OLIVEIRA e TANIA CORDEIRO MARTINS DE OLIVEIRA.

Foi declarante: JULIO CESAR BRASSANINI.

Testemunhas: as que constam no termo.

OBSERVAÇÕES: 2ª via extraída do assento de Nascimento lavrado aos 29/11/1990. R\$ 18,37 = VRC 175

Josaine

O Referido é verdade e dou fê.

Curitiba, Uberaba, 24 de Abril de 2003

*Marilene V. Freitag*  
Patricia Lazzarotto  
Oficial

MARILENE VARCHARI FREITAS  
Escrivente



**COMPROVANTE DE VOTAÇÃO**  
**ELEIÇÕES GERAIS 2018 - 2º TURNO**

**DATA: 28/10/2018**

**DJULIAN VICTOR BRASSANINI**

**Inscrição: 0986 9168 0663**

**UF: PR Zona: 0003 Seção: 0637**



 [imprimir]

23ad2292609fa871315625c1d863591e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS TRF**  
**CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**DJULIAN VICTOR BRASSANINI**

OU

contra o CPF:  
**079.792.949/55**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos originários mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS em andamento e baixados, excetuados processos físicos com anotação de silêncio concedido à parte e processos eletrônicos com nível de sigilo maior que 2.

- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 19/10/2020 às 00:30
- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 00:01

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:39 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **23ad2292609fa871315625c1d863591e**







0941db6c47cae8f70cde20cb53d7d2f2



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS  
CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, o art. 403, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**DJULIAN VICTOR BRASSANINI**

OU

contra o CPF:  
**079.792.949/55**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 03:00
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 01:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 19/10/2020 às 03:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/10/2020 às 01:30
- Santa Catarina (Processo Papel) até 19/10/2020 às 02:30

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:41 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **0941db6c47cae8f70cde20cb53d7d2f2**



 [imprimir]

ffcd57760ff3a996195a292be4e2a9b3



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL DE 1º GRAU PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, a Resolução nº 41/2010 do TRF4 e com o art. 411 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região certificamos que,

contra o NOME

**DJULIAN VICTOR BRASSANINI**

OU

contra o CPF:

**009.638.509/03**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de EXECUÇÕES PENAS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES e RECURSOS CRIMINAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 03:00
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 01:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 19/10/2020 às 03:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/10/2020 às 01:30
- Santa Catarina (Processo Papel) até 19/10/2020 às 02:30

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:46 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ffcd57760ff3a996195a292be4e2a9b3**



 [imprimir]

49d1d6c28116fbdd66b07423606b6382



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

**DJULIAN VICTOR BRASSANINI**

OU

contra o CPF:

**009.638.509/03**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal e de APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 19/10/2020 às 00:30
- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 19/10/2020 às 00:01

Certidão emitida em: 19/10/2020 às 11:45 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **49d1d6c28116fbdd66b07423606b6382**







## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **DJULIAN VICTOR BRASSANINI**, Título Eleitoral: **0986 9168 0663**, CPF: **079.792.949-55**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **j2EUvztKSWZPV2h2Gz2tX5RTxzk=**  
Certidão emitida em 19/10/2020 11:54:58

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA: PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, CNPJ 26.053.559/0001-73, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE (30/09/2019).**

**1. DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 13h30min, em segunda convocação, na sede da entidade, Município e Comarca de Piraquara, Estado do Paraná, situada na Rua Maria Lobato Amaral, nº 10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450.

**2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA:** A convocação da presente Assembleia Geral Extraordinária foi realizada conforme prevê o §2º, do Art. 12 do Estatuto Social. **3. QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO:**

Compareceram à Assembleia Geral Extraordinária da Entidade, os diretores e associados, os quais assinaram a competente lista de presença, obedecendo o quórum de pelo menos 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, previsto no § 1º, do Art. 12º do Estatuto Social. **4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:**

Iniciando os trabalhos, assumiu a presidência da Assembleia JOSCELINO BORGES DOS SANTOS; e, para secretariar "ad hoc" REINALDO ALVES VIANA. **5. ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**Item I** - Primeira Alteração no Estatuto Social. **Item II** - Outros Assuntos de Interesse da Associação **6. DELIBERAÇÕES:**

**Item I** - Haja vista que o pleito para obtenção de autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária, o Presidente expôs aos presentes, que em atendimento a legislação vigente, faz-se necessária a alteração no Estatuto Social da Entidade. Quais sejam: a) Revogação do §1º do Art. 2º; b) Nova redação ao Art. 5º e a revogação dos §§ 1º e 2º: (NR) "Art. 5º É garantido o ingresso gratuito,

como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela Diretoria ou à indicação por outro associado. a) É garantido o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas. b) É garantido às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos. c) Os associados serão admitidos após o preenchimento de formulário padronizado disponibilizado pela entidade e assunção do compromisso de respeitar o Estatuto Social"; c) Nova redação das alíneas "a" e "c" do inciso II, do Art. 14: (NR) "Art. 14 ... II) De cada dirigente: a) Compete ao Presidente: Administrar e representar ativa ou passivamente, judicialmente ou extrajudicialmente a Associação; Movimentar conta bancária conjunta da entidade, assinar juntamente com o tesoureiro as obrigações financeiras, cheques, balanços, contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação; Convocar e Presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e Assembleia Geral; Contratar e demitir funcionários, após, parecer e aprovação da Diretoria; Realizar todos os atos atinentes ao seu cargo e ao fiel cumprimento dos objetivos da Associação; Cumprir e divulgar todos os objetivos da Associação; Votar e deter o voto de desempate nas deliberações da Diretoria e em Assembleia Geral; e, Praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos. b) ... c) Compete ao Tesoureiro: Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, assinar, juntamente com o Presidente, as obrigações mercantis, cheques,



balanços e documentos que importem em responsabilidade financeira ou patrimonial da associação; Promover a arrecadação e contabilização das contribuições dos associados e demais receitas; e, Controlar os recursos, receitas e despesas da Associação, prestando contas das atividades financeiras na Assembleia Geral Anual"; d) Revogação dos §§ 1º e 2º do Art. 15; e) Inclusão do Art. 15 A: "Art. 15 A. Cabe ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções: a) Fiscalizar a programação da emissora; b) Solicitar a Diretoria da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros; c) Fazer recomendações a Diretoria da entidade autorizada; d) Realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida; e) Receber reclamações, denúncias e elogios; e, f) Submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação."; Para tal foi distribuído minuta das modificações, que estavam previamente prontas e após exaustivo debate, foram votadas e aprovadas por unanimidade. O Estatuto Social passará a vigorar com as referidas alterações após o devido arquivamento no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. **Item II** - Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. **7. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **8. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato contínuo o Presidente deu a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **9. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** E para constar. Eu, REINALDO ALVES VIANA, secretário da assembleia, lavrei esta ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.



.....

**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**

Presidente



.....

**REINALDO ALVES VIANA**

Secretário



.....

**DJULIAN VICTOR BRASSANINI**

Tesoureiro



.....

**DRA. MARÍLIA LUCCA**

**OAB 34.525/PR**



**CARTÓRIO DANGUI MATTÉ**  
**Registro de Pessoa Jurídica**



PROTOCOLO Nº 0015436  
REGISTRO Nº 0000725  
LIVRO Nº A-014  
AVERBAÇÃO Nº 01

Piraquara-PR, 27 de agosto de 2020.

*Grande*  
**Rita Dangui Matté Grando**  
**Oficial Substituta**

Selo Digital Nº vM2WI.4287O.lv8GL, Controle:  
FfHXf.8bqbd

Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas  
Jurídicas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba  
**FORO REGIONAL DE PIRAQUARA**  
**Terezinha de Jesus Dangui Matté**  
Titular

**Rita Dangui Matté Grando**  
Substituta

**Aline Matté Grando**  
Escrevente Juramentada  
FONE (41) 3673-1273 CX. POSTAL 83  
Rua Barão do Cerro Azul, 1120  
CEP 83301-000 Piraquara-PR

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL**

**CNPJ 26.053.559/0001-73**

**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

**Art. 1º A ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, com sede e Foro no Município de Piraquara, Estado do Paraná, situada à Rua Maria Lobato Amaral, nº10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, fundada em 30 de setembro de dois mil e quinze (30/09/2015).

Parágrafo único. A Entidade reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

**Art. 2º A ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e,
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; e,
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º (revogado)

§ 2º Será obrigatória à pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou



reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º A receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 5º É garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela Diretoria ou à indicação por outro associado.

- a) É garantido o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas.
- b) É garantido às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos.
- c) Os associados serão admitidos após o preenchimento de formulário padronizado disponibilizado pela entidade e assunção do compromisso de respeitar o Estatuto Social.

§ 1º (revogado)

§ 2º (revogado)

Art. 6º A Entidade será composta pelas seguintes categorias de associados:

- a) **Fundadores**, formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- b) **Contribuintes ou Efetivos**, os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia; e,
- c) **Honorários**, cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado.

Parágrafo único. O quadro de pessoal será constituído de, ao menos, dois terços de trabalhadores brasileiros.

Art. 7º As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

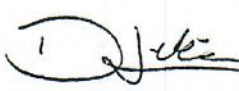
Art. 8º São direitos dos associados:

- a) O direito de todo associado, a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, em todas as suas instâncias, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 13;
- b) Utilizar-se de todos os serviços da associação e participar de suas atividades e promoções;
- c) Propor por escrito ou verbalmente à Diretoria, quaisquer medidas de provento para a Associação;
- d) Recorrer dos atos da Diretoria, quando os julgar prejudiciais aos seus direitos;
- e) Requerer informações sobre os assuntos que lhe digam respeito e solicitar esclarecimento sobre as atividades da Associação; e,
- f) Demitir-se voluntariamente do quadro social, protocolando seu pedido na Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

Art. 9º São deveres dos associados:

- a) Acatar os atos da Assembleia Geral e da Diretoria;
- b) Obedecer ao estatuto da entidade;




- 1 
- c) Participar e colaborar nas iniciativas da entidade;
  - d) Desenvolver o espírito de cooperação e unidade no seio da Associação;
  - e) Reembolsar a Associação dos prejuízos causados aos seus pertences patrimoniais;
  - f) Comparecer em reuniões, quando convidado pela Diretoria e Assembleias convocadas, acatando suas determinações, quando das mesmas forem aprovadas pela maioria absoluta dos associados presentes;
  - g) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral;
  - h) Desenvolver qualquer tipo de trabalho comunitário, de forma voluntária; e,
  - i) Colaborar com fins de angariar fundos para a Associação.

Art. 10. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringir este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a Diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.


Parágrafo único. O Associado que manifestar interesse em demitir-se ou excluir-se de algum dos cargos que ocupa, ou mesmo da qualidade Associado, este deve formalizar por escrito a sua solicitação dirigida à Diretoria da Entidade.

### CAPÍTULO III DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 11. A Associação exercerá suas funções através dos seguintes órgãos: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; e, c) Conselho Comunitário. 

Art. 12. A ASSEMBLEIA GERAL, órgão máximo de deliberação da Associação será composto por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 (quatro) anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.


§ 1º A ASSEMBLEIA GERAL poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da Diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§ 2º A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. 

§ 3º A ASSEMBLEIA GERAL deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições do §1º, Art. 12.

§ 4º A ASSEMBLEIA GERAL convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições do §1º, Art. 12.





§ 5º As decisões da ASSEMBLEIA GERAL obrigam todos os Associados, mesmo os discordantes ou ausentes.

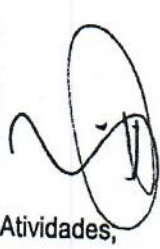
Art. 13. A Diretoria da Associação, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

§ 1º A Diretoria da Associação poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições do §1º, Art. 12.


§ 2º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 14. São atribuições:

I) Da Diretoria:


- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
  - b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
  - c) Representar a Associação em atos públicos ou internos.
  - d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação.
  - e) Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades,
  - f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
  - g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
  - h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
  - i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral.
- 

II) De cada dirigente:

- a) **Compete ao Presidente:** Administrar e representar ativa ou passivamente, judicialmente ou extrajudicialmente a Associação; Movimentar conta bancária conjunta da entidade, assinar juntamente com o tesoureiro as obrigações financeiras, cheques, balanços, contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação; Convocar e Presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e Assembleia Geral; Contratar e demitir funcionários, após, parecer e aprovação da Diretoria; Realizar todos os atos atinentes ao seu cargo e ao fiel cumprimento dos objetivos da Associação; Cumprir e divulgar todos os objetivos da Associação; Votar e deter o voto de desempate nas deliberações da Diretoria e em Assembleia Geral; e, Praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos.
  - b) **Compete ao Secretário:** Realizar todos os serviços atinentes ao funcionamento da secretaria, organizando fichários, cadastramento de associados, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a secretaria; e, Organizar relatório anual das atividades e encaminhar toda a correspondência da entidade e associados.
  - c) **Compete ao Tesoureiro:** Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, assinar, juntamente com o Presidente, as obrigações mercantis, cheques, balanços e documentos que importem em responsabilidade financeira ou patrimonial da associação; Promover a arrecadação e contabilização das contribuições dos associados e demais receitas; e, Controlar os recursos, receitas e despesas da Associação, prestando contas das atividades financeiras na Assembleia Geral Anual.
- 

Art. 15. O Conselho Comunitário é órgão autônomo, encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998,





eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente instituídas na comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores.

§ 1º (revogado)

§ 2º (revogado)

Art. 15 A. Cabe ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- a) Fiscalizar a programação da emissora;
- b) Solicitar a Diretoria da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- c) Fazer recomendações a Diretoria da entidade autorizada;
- d) Realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- e) Receber reclamações, denúncias e elogios; e,
- f) Submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

#### CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

Art. 16. As chapas para a Diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§ 1º É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§ 2º A Diretoria Executiva será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da ASSEMBLEIA GERAL.

#### CAPÍTULO V DA PROGRAMAÇÃO

Art. 17. A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único. Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

#### CAPÍTULO VI DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 18. O Patrimônio e Receita da Associação será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a



1   
conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

§ 1º Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela Diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

§ 2º A prestação de contas deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. Adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório, dando-se publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, apresentação do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, sendo levados, ao término da gestão, à Assembleia Geral para aprovação.

§ 3º A data de fechamento do exercício fiscal se dá no dia trinta e um do mês de dezembro de cada ano (31/12).

## **CAPÍTULO VII DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO**

Art. 19. Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

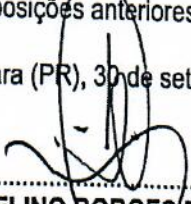
Art. 20. A dissolução da Associação ocorrerá segundo decisão da Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênera, definida na Assembleia, obedecendo à votação os mesmos critérios estabelecidos no artigo anterior.

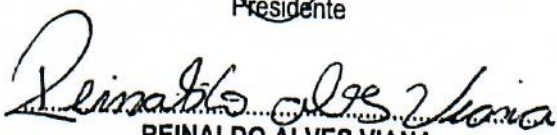
## **CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 21. Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso a ASSEMBLEIA GERAL, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 22. O presente estatuto foi aprovado na ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA de 30/09/2019 (trinta de setembro de dois mil e dezenove) e entra em vigor na data de sua averbação no cartório de pessoas jurídicas, tornando expressamente revogadas as disposições anteriores.

Piraquara (PR), 30 de setembro de 2019.

  
.....  
**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**  
Presidente

  
.....  
**REINALDO ALVES VIANA**  
Secretário

  
.....  
**DRA. MARLIA LUCCA**

**CARTÓRIO DANGUI MATTÉ**  
**Registro de Pessoa Jurídica**



PROTOCOLO Nº 0015436  
REGISTRO Nº 0000725  
LIVRO Nº A-014  
AVERBAÇÃO Nº 01

Piraquara-PR, 27 de agosto de 2020.

*Rita Dangui Matté Grando*  
**Rita Dangui Matté Grando**  
**Oficial Substituta**

Selo Digital Nº vM2WL42870.Iv8GL; Controle:  
FHXf.8bqbD

Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas  
Jurídicas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

**FORO REGIONAL DE PIRAQUARA**  
**Terezinha de Jesus Dangui Matté**

Titular  
**Rita Dangui Matté Grando**  
Substituta

**Alíne Matté Grando**  
Escrivente Juramentada

FONE (41) 3673-1273 CX. POSTAL 93  
Rua Barão do Cerro Azul, 1120  
CEP 83301-000 Piraquara-PR

CAPÍTULO VIII  
DISPOSIÇÕES FINAIS

JOSELINE BORGES DOS SANTOS

PRIMEI DO ALVES VIANA

DRA. HABILITA LUCO

OAB 34525/PR



**CARTÓRIO DANGUI MATTÉ**  
**Registro de Pessoa Jurídica**



PROTOCOLO Nº 0015438  
REGISTRO Nº 0000725  
LIVRO Nº A-014  
AVERBAÇÃO Nº 01

Piraquara-PR, 27 de agosto de 2020.

*Rita Danguí*  
**Rita Danguí Matté Grando**  
**Oficial Substituta**

Selo Digital Nº vM2Wl.4287O.Iv8GL, Controle:  
FfHXf.8bqbD

Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas  
Jurídicas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba  
**FORO REGIONAL DE PIRAQUARA**  
**Terezinha de Jesus Danguí Matté**  
Titular  
**Rita Danguí Matté Grando**  
Substituta  
**Aline Matté Grando**  
Escrevente Juramentada  
FONE (41) 3673-1273 CX. POSTAL 83  
Rua Barão do Cerro Azul, 1120  
CEP 83301-000 Piraquara-PR



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO**  
**CNPJ: 26.053.559/0001-73**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:05:04 do dia 19/10/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/04/2021.

Código de controle da certidão: **C09F.21CD.FD4B.23EC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.053.559/0001-73  
**Razão Social:** ASSOCIACAO AURORADECOMUNICACAO  
**Endereço:** RUAMARIALOBATOAMARAL10 / GUABIROTUBA / PIRAQUARA / PR / 83310-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/10/2020 a 01/11/2020

**Certificação Número:** 2020100303554240543775

Informação obtida em 05/10/2020 07:14:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**CNPJ:** **26.053.559/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

Emitida às 08:22:29 do dia 08/10/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 26.053.559/0001-73  
Certidão nº: 21011952/2020  
Expedição: 27/08/2020, às 10:25:04  
Validade: 22/02/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.053.559/0001-73**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.053.559/0001-73</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>15/07/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARIA LOBATO AMARAL</b>	NÚMERO <b>10</b>	COMPLEMENTO <b>CASA</b>
CEP <b>83.310-450</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>
UF <b>PR</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ZILMAVALENTE2@HOTMAIL.COM</b>	
TELEFONE <b>(41) 9643-7606/ (41) 9905-2624</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>02/08/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **18/11/2020** às **18:38:45** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





**CNPJ:** **26.053.559/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 18:42:49 do dia 18/11/2020 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO**  
**CNPJ: 26.053.559/0001-73**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:40:03 do dia 18/11/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/05/2021.

Código de controle da certidão: **96B8.F136.7E02.7F37**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.053.559/0001-73

Certidão nº: 30771194/2020

Expedição: 18/11/2020, às 18:41:12

Validade: 16/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.053.559/0001-73**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.053.559/0001-73

**Razão Social:** ASSOCIACAO AURORADECOMUNICACAO

**Endereço:** RUAMARIALOBATOAMARAL10 / GUABIROTUBA / PIRAQUARA / PR / 83310-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/11/2020 a 09/12/2020

**Certificação Número:** 2020111003364259228911

Informação obtida em 18/11/2020 18:42:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**Processo nº: **01250.041589/2019-35**.Entidade: **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**.Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Piraquara/PR, e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 18 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 18/11/2020, às 18:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6087867** e o código CRC **1907448B**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCOM nº 6087867



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**Processo nº: **01250.041589/2019-35**.Entidade: **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**.Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações**.

1. Após análise do processo nº 01250.041589/2019-35, de interesse da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, na localidade de Piraquara/PR, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 18 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 18/11/2020, às 18:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6087877** e o código CRC **BDC58F83**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCOM nº 6087877



COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

## FABRICANTE

\_\_\_\_\_

## POTÊNCIA

№

[illegible]

## FABRICANTE DA ANTENA

[illegible]

MODELO  
POLARIZAÇÃO

V ☐ C ☐ E ☐ H ☐

TIPO

[illegible]

GANHO max (Gt)  
ALTITUDE DO LOCAL

### ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

					dBd				,	m				,	m						,	m
--	--	--	--	--	-----	--	--	--	---	---	--	--	--	---	---	--	--	--	--	--	---	---

## 8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

## MODELO

[illegible]

COMPRIMENTO (L)  
EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\eta$ )

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

			,	m			,			dB				,			dB				,			
--	--	--	---	---	--	--	---	--	--	----	--	--	--	---	--	--	----	--	--	--	---	--	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

## 9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log ( \quad \times \quad \times \quad ) = \quad \text{dBk}$$

$$\eta = \text{Eficiência da linha de transmissão.}$$

\*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

## 10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \quad - 20 \log \quad = \quad \text{dBu}$$



$d(\text{km})$  = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

## 11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, <b>conforme estudo específico encaminhado em anexo</b> .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

--

NOME COMPLETO

[illegible]

ENDERECO

[illegible]

BAIRRO



Município/UF: PIRAQUARA/PR **INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.041589/2019-35

CNPJ: 26.053.559/0001-73

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**

Nº do edital/ano: **82/2019 publicado no DOU em 19/06/2019.**

**Prazo de inscrição: de 21/06/2019 a 19/08/2019**

1. Data de postagem/SEI: 16/08/2019 - CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM ( ) NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (4507871) **f. 2/3 (5998688)**

4. Estatuto Social: fl. 4/11 (4507871) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

**f. 35/43 (5998688)**

5. Ata de constituição: fl. 12/14 (4507871) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6. Ata de eleição: 12/14 (4507871) para o período de 30/09/2015 a 30/09/2019 **vencida**

**30/09/2019 a 30/09/2023 – f. 4/6 (5998688)**

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. (4507871) **(5998688)**

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Joscelino Borges dos Santos – f. <b>7</b>	não	048383270698 02/12/1969	724.330.199-15	Não
Secretário: Reinaldo Alves Viana – f. <b>16</b>	Não	084592080671 17/03/1985	009.638.509-03	Não
Tesoureiro: Djulian Victor Brassanini – f. <b>23</b>	não	098691680663 21/11/1990	079.792.949-55	não

8. Manifestações em apoio: (4507954, 4507998)

9. Vínculo: ( ) SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 23 (4507871)

11. Pesquisa Anatel (5618082) e Radar (5618121)

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5618130)

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (5618078), Certidão FGTS (**5618120**), Certidão PGFN ( ) , Certidão CNDT (5618117):

**OBSERVAÇÕES: 24/06/2020: Ata de eleição venceu em 30/09/2019. Pesquisas de vínculos, TSE, TRF4 e TJPR ok.**



18/11/2020: Ofício37/2020 recebido em 10/07/2020, resposta em 19/10/2020: ata de eleição com alteração da diretoria, Anexo 2 e documentos: exigências cumpridas. Para instrução.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

**1. Estatuto social:**

**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 5º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 5º
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 5º
- e) Órgão administrativo e cargos: 13
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 14
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 13 – 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 15/15A

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 5º, 8º, 10
- c) Direitos e deveres dos associados: 8º, 9º
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: 18
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: 12
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 12, 19
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 12
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: 10
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: 12
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 12
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 20

**2. Certidões:**

- 2.1 CNPJ: (6087863)
- 2.2 Certidão FGTS: (6087863)
- 2.3 Certidão PGFN : (6087863)
- 2.4 Certidão CNDT: (6087863)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (6087867)

**3. Pesquisa Anatel (6087863) e Radar (6087877)**

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

**OBSERVAÇÕES:** 18/11/2020: Estatuto social ok. pesquisas vínculos, TSE, TRF4 e TJPR ok. Apresentar anexo 6/ART.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 8900/2020/MCOM

Brasília, 18 de novembro de 2020.

Ao(À) Senhor(a)  
JOSCELINO BORGES DOS SANTOS  
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO** (CNPJ nº 26.053.559/0001-73)  
Rua Maria Lobato Amaral, nº 10 - Bairro Guarituba  
83310-450 - PIRAQUARA - PR

**Assunto: PROCESSO nº 01250.041589/2019-35. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Piraquara/PR**, em razão do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

5. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

**5.1.** A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (6087900).

**Observação 1:** o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).

**Observação 2:** o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).

6. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

8. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

9. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

10. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,

---

Anexos:

Formulário Dados Técnicos 6087900



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 20/11/2020, às 10:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6087907** e o código CRC **37D0A2BE**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8900/2020/MCOM - Processo nº 01250.041589/2019-35 - Nº SEI: 6087907

**Correspondência Eletrônica - 6095452**

**Data de Envio:**

20/11/2020 17:32:46

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mcom.gov.br>

**Para:**

ZILMAVALENTE2@HOTMAIL.COM  
sei@sistemaplug.com.br  
sistemaplugsei@gmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 01250.041589/2019-35

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_6087907.html  
Anexo\_6087900\_Anexo\_6.pdf



## SOLICITAÇÃO PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS

Ao  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

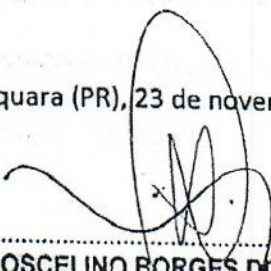
Assunto: Ofício 8900/202/HCOM - SEI nº 60 87 907

PROCESSO nº 01250.041589/2019-35

Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício acima indicado e relativo a pendências constatadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF nº 26.053.559/0001-73, situada à Rua Maria Lobato Amaral, nº 10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, segue em anexo toda a documentação solicitada.

➤ Documentação Técnica

Piraquara (PR), 23 de novembro de 2020.

  
.....  
**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**  
CPF 724.330.199-15  
Presidente

## DECLARAÇÃO

**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, autônomo, natural de Capitão Leônidas Marques/PR, nascido em 02 de dezembro de 1969, filho de Aurora Velur dos Santos e Francisco Borges dos Santos, residente e domiciliado à Rua Maria Lobato Amaral, nº49, Casa A, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade, RG nº 5.177.212-1, SESP/PR, CPF/MF nº724.330.199-15 e Título de Eleitor nº0483.8327.0698, na qualidade de Presidente da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF nº26.053.559/0001-73, situada à Rua Maria Lobato Amaral, nº 10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, **declaro para os devidos fins que meu endereço residencial se encontra na Rua Maria Lobato Amaral, nº49, Casa A, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas:**

**Latitude: 25°27'15.00"S**

**Longitude: 49° 8'46.00"O**

Piraquara (PR), 23 de novembro de 2020.

**JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**

CPF 724.330.199-15

Presidente



## INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF nº26.053.559/0001-73, situada à Rua Maria Lobato Amaral, nº 10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, por seu Presidente/Representante legal, **JOSCELINO BORGES DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, autônomo, natural de Capitão Leônidas Marques/PR, nascido em 02 de dezembro de 1969, filho de Aurora Velur dos Santos e Francisco Borges dos Santos, residente e domiciliado à Rua Maria Lobato Amaral, nº49, Casa A, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade, RG nº 5.177.212-1 SESP/PR, CPF/MF nº724.330.199-15 e Título de Eleitor nº0483.8327.0698, doravante denominado, **OUTORGANTE**:

Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus procuradores: **ROQUE LANDER MENEGAIS**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano, n.4003, Bairro Centro, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico: roque@sistemaplug.com.br, portador da Carteira de Identidade, RG n.13.057.075-5 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.782.211.889-72; e, **CEZAR BORGES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Agronomia, n.494, CEP 85819-240, Jardim Universitário, Município de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico: cezar@sistemaplug.com.br, OAB/PR n.85115, portador da cédula de identidade, RG n.6.434.555-9 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.015.126.159-86, concedendo-lhe poderes para: solicitar informações; requerer documentos; solicitar cópia parcial ou integral de autos de processos; solicitar vista ou cópia; assinar declarações e/ou anexos; solicitar reconsiderações, desarquivamento ou arquivamento; impetrar recursos; assinar laudos de vistorias técnicas; assinar anotações ou registro de responsabilidade técnica (ART/RRT); fazer requerimentos a qualquer juízo ou instância, bem como em qualquer órgão administrativo do governo ou esferas federal, estadual e municipal, em especial o **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES; MINISTÉRIO DA DEFESA E AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**; e finalmente, praticar todos os demais atos que entender necessário ao fiel desempenho deste mandato.

Os referidos poderes acima mencionados são em especial para **INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE OUTORGA DO SERVIÇO DE RADCOM; PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA; APROVAÇÃO DE LOCAL E EQUIPAMENTOS; SERVIÇO AUXILIAR DE RADIODIFUSÃO E CORRELATOS; ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS; LAUDOS DE VISTORIA; APURAÇÃO DE INFRAÇÕES OU DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO; DEFESA ADMINISTRATIVA; OU; FISCALIZAÇÕES.**

Piraquara (PR), 23 de novembro de 2020.

ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO  
Por seu representante legal.

*Tabelionato de Notas Pinhais*

Reconheço a(s) firma(s) por VERDADEIRA de:

[Jm1qkHy0]-JOSCELINO BORGES DOS SANTOS

Em testemunho da verdade.

Pinhais, 23 de Novembro de 2020

031-CRISTIANE DE FÁTIMA BORBELLA FERREIRA

ESCREVENTE JURAMENTADA - Us: JFC

FUNARPEN - SELO DIGITAL

0189524CVAA0000000578620F

Consulte o selo digital em <http://funarpem.com.br>



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 13862220

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.386/94)



*[Handwritten signature]*

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES







# ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
CEZAR BORGES DOS SANTOS

FILIAÇÃO  
JOÃO BORGES DOS SANTOS  
MARIA EVA DOS SANTOS

NATURALIDADE  
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES-PR

RG  
64345558 - SSP/PR

COADOR DE ASSINATURAS E TECIDOS

SIM

DATA DE NASCIMENTO

28/12/1978

CPF

016.126.159-86

VIA EXPERIÊNCIA EM

01 17/02/2017

JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA

PRESIDENTE

INSCRIÇÃO

85115

## DECLARAÇÃO

**ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF nº26.053.559/0001-73, situada à Rua Maria Lobato Amaral, nº 10, Casa 01, Bairro Guarituba, CEP 83310-450, Município de Piraquara, Estado do Paraná, através de seu bastante procurador, declara para os devidos fins, que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interromperei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

Piraquara (PR), 26 de novembro de 2020.

Cezar Borges dos Santos  
OAB/PR 85.115  
(41) 99128-7262

.....  
**CEZAR BORGES DOS SANTOS**  
OAB/PR 85115  
PROCURADOR

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 - ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE

- ☒ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução - Processo de Outorga  
☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas - Processo de Pós-Outorga

2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

26.053.559/0001-73

3 - LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

RUA MARIA LOBATO AMARAL, 10

BAIRRO

GUARITUBA

CIDADE

PIRAQUARA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

PR

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

25°27'12.00"S

49°08'58.00"W

4 - LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOURO

RUA MARIA LOBATO AMARAL, 49 - CASA A

BAIRRO

GUARITUBA

CIDADE

PIRAQUARA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

PR

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

25°27'15.00"S

49°08'47.00"W

5 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

RUA MARIA LOBATO AMARAL, 49 - CASA A

BAIRRO

GUARITUBA

CIDADE

PIRAQUARA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

PR

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

25°27'15.00"S

49°08'47.00"W

6 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - TELETRONIX

MODELO

SP 5025

POTÊNCIA DE SAÍDA

25,0

Watts

Nº HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

00680-03-00528

7 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE

AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - TELETRONIX

MODELO

PT 0dB-FM

POLARIZAÇÃO

V

X

C

E

H

TIPO

PLANO TERRA

GANHO máx (Gt)

0,0

dBd

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

30,0

m

ALTURA DA TORRE

30,0

m

ALTITUDE DO LOCAL

880,0

m

8 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

RFS - RÁDIO FREQUENCY SYSTEM

COMPRIMENTO (L)

32,0

m

ATENUAÇÃO EM 100m (AL)

2,020

dB

PERDAS NA LINHA (PL)

0,65

dB

MODELO

LCF 1/2-50JFN

EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\eta$ )

0,862

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = \frac{-(p/P)}{10}$$

9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP (dBk)} = 10 \log (\text{Pt} \cdot \text{Ght} \cdot \text{Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,862) = -16,667$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes.

$\eta$  = Eficiência da linha de transmissão.

\*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

Cezar Borges dos Santos  
OAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262



**10 - INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA**

$E \text{ (dB}\mu\text{)} = 107 + \text{ERP (dBk)} - 20 \log d \text{ (km)} = 107 + -16,667 - 20 \log 1,0 = 90,33 \text{ dB}\mu$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

\*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBμ.

**11 - DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA**

NÃO SIM

**DECLARAÇÃO**

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria 957/GC3, de 09 de julho de 2015, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	O contorno de 91 dBμ da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

**12 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA**

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo	00:00H	24:00h
Segunda-feira	00:00H	24:00h
Terça-feira	00:00H	24:00h
Quarta-feira	00:00H	24:00h
Quinta-feira	00:00H	24:00h
Sexta-feira	00:00H	24:00h
Sábado	00:00H	24:00h

**13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE****14 - DADOS DO (A) ENGENHEIRO (A) PROJETISTA**

NOME COMPLETO

ISAAC BINICIO ENCISO MENDOZA

REGISTRO NO CREA

PR-18998/D

ENDEREÇO

RUA MARECHAL DEODORO, 3624

BAIRRO

CENTRO

CEP

85.810-200

E-MAIL

isaac@sistemaplug.com.br

DDD

45

TELEFONE

3326-2509

DDD

FAX

LOCAL

CASCAVEL

DATA

27/11/2020

ASSINATURA

**15 - DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME COMPLETO

P.P. CEZAR BORGES DOS SANTOS

LOCAL

PIRAQUARA

DATA

27/11/2020

ASSINATURA

Cezar Borges dos Santos

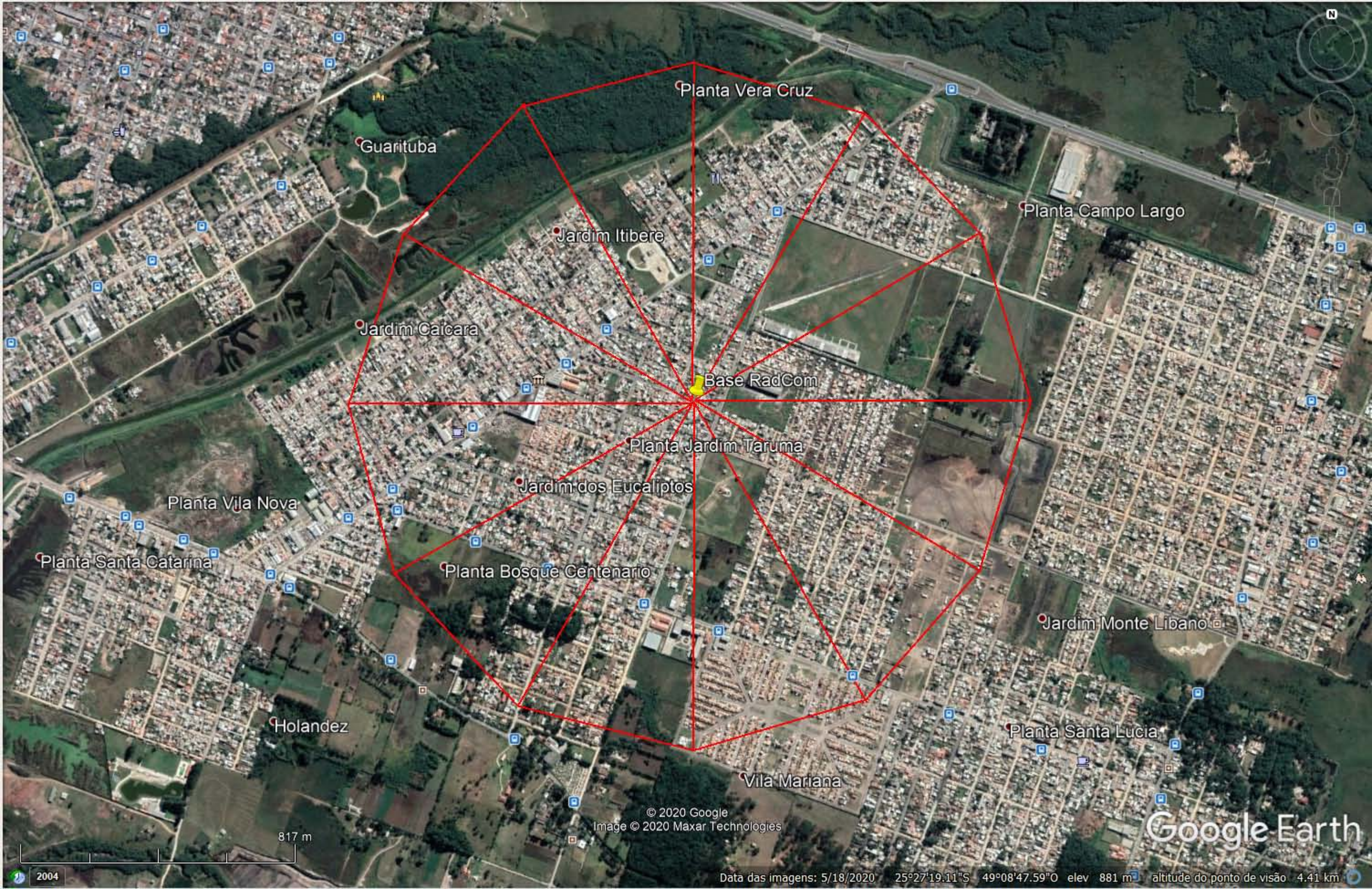
OAB/PR 85.115

(45) 99128-7262

**ATENÇÃO:**

Este formulário deve necessariamente contar com a assinatura do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto de radiodifusão.





Planta Vera Cruz

Guarituba

Planta Campo Largo

Jardim Itibere

Base RadCom

Jardim Caicara

Planta Jardim Taruma

Jardim dos Eucaliptos

Planta Vila Nova

Planta Santa Catarina

Planta Bosque Centenario

Jardim Monte Libano

Holandez

Vila Mariana

Planta Santa Lucia

© 2020 Google  
Image © 2020 Maxar Technologies

Google Earth

817 m

2004

Data das imagens: 5/18/2020 25°27'19.11"S 49°08'47.59"O elev 881 m altitude do ponto de visão 4.41 km



## SP5025

Transmissor FM - 25W



### RÁDIO COMUNITÁRIA COM TECNOLOGIA

O Transmissor FM de 25W Banda Larga – SP5025 Agile para rádio comunitária foi desenvolvido com a mais alta tecnologia existente no mercado, com a exclusiva tecnologia ALWAYS ON AIR, uma inteligência microcontrolada por software que permite que sua emissora fique sempre no ar, mesmo nas condições mais adversas, como incidência de potência refletida, altas temperaturas, além de outras.

Equipamento composto por um módulo de 25W, compacto, robusto e de altíssimo desempenho que proporciona à sua emissora segurança, eficiência e alta qualidade de transmissão.

Facilidade de operação através do painel frontal em LCD e teclas de fácil navegação que permitem navegar pelas leituras do equipamento verificando sua condição de operação e os 10 (dez) últimos alarmes ocorridos com informações de data, hora e causa da ocorrência, acesso ao menu de configurações que permite o ajuste de frequência na faixa de 87,0MHz a 108MHz e potência de operação de 0 a 25W ou zerá-la, estes ajustes são protegidos por um jumpeamento interno e por uma senha que é de uso exclusivo do proprietário da emissora e ou engenheiro responsável.

Visando proporcionar comodidade e facilidade este equipamento possui entradas MPX para transmissão estéreo, entradas de áudio em L e R com conectores tipo Cannon, pode ser habilitado para transmissão monofônica ou estereofônica dependendo da configuração de compra. Estas configurações são: SP5025 mono, SP5025 com gerador de estéreo e o SP5025 com gerador de estéreo e processador de áudio com placas internas adicionadas conforme cada configuração.



Cezar Borges dos Santos  
CAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262



Central de Atendimento:  
**35 3473.3700**  
contato@teletronix.com.br  
www.teletronix.com.br



## Especificações Técnicas



Visão Pannel Traseiro

Potência de saída (nominal)  
0 - 25W, incremento de 1W

Faixa de Frequência  
87,0MHz a 108,0MHz

Conector de saída  
UHF

Medidas (leitura painel frontal)  
Temperaturas, tensões, correntes, potência  
direta e refletida

Alarmes  
Refletida, sobrecorrentes, sobretemperaturas, LOCK

Gerador de estéreo  
Interno/externo, de acordo com o modelo do  
equipamento (opcional)

Proteções  
Potência refletida, sobretensão da fonte,  
sobrecorrente, lock, sobretemperatura

Refrigeração  
Forçada por ventilador (cooler)

Estabilidade de frequência @25°C  
+/-200Hz entre 0°C até 50°C

Atenuação de harmônicos e espúrios  
>60dB

Impedância de saída  
50Ω

Distorção harmônica total  
<0,5%

Nível de ruído da portadora  
>60dB com 100% modulação na portadora

Impedância de entrada de áudio mono  
10kΩ - MPX - L e R em 20Hz a 15kHz

Nível de entrada de áudio mono  
0dBm para 100% de modulação

Tipo de modulação  
Monofônica: 180KF3E; Estereofônica: 256KF3E

Pré-ênfase  
75uS (FCC)

Nível de entrada, MPX  
0dBm, conector BNC fêmea

Piloto  
19kHz +/-1Hz

Atenuação do filtro de gerador, filtro de 15kHz  
>40dB e 60dB a 19kHz

Separação  
>60dB

MPX - Resposta de frequência  
+/-0,5dB de 20Hz a 15kHz

Tipos de fontes  
Chaveadas, 24VDC, 12V, -12V

Indicador de modulação  
Gerado digitalmente com 10% de precisão,  
escala entre 30% a 120% de modulação

Detector de falta de LOCK  
Corta a potência em caso de perda de LOCK

ALC  
Travamento automático de potência

Ruído de modulação AM assíncrona  
Mínimo de 55dB abaixo de 100% de modulação  
AM, com sinal de 400Hz e 75uS de de-ênfase

Ruído de modulação AM síncrona  
Mínimo de 55dB abaixo de 100% de modulação  
AM, com sinal de 400Hz e 75uS de de-ênfase

Temperatura de operação (recomendada / máxima)  
Recomendada 22°C / Máxima 40°C



Humidade relativa  
Até 95%

Consumo em potência máxima  
45W

Tensão de alimentação  
90 - 240 VAC, 50/60Hz

Dimensões (A x L x P)  
44 x 482 x 430mm

Peso  
5,5 kg

  
  
Cezar Borges dos Santos  
CAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262

As especificações estão sujeitas a alterações. Para uma lista completa das especificações atualizadas visite nosso site: [www.teletronix.com.br](http://www.teletronix.com.br)





República Federativa do Brasil  
Agência Nacional de Telecomunicações

## Certificado de Homologação (Intransferível)

Nº 00680-03-00528

Validade: Indeterminada

Emissão: 22/06/2017

Fabricante:

AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.

PRACA DA PIRAMIDE, 175 N°S/N ARCO-IRIS

37540000 SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG

BRASIL

Este documento homologa, nos termos da regulamentação de telecomunicações vigente, o Certificado de Conformidade nº TEL II - 183, emitido pelo ACTA-SUPERV.TEC. INDEPENDENTE. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação de telecomunicações.

Tipo - Categoria:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária - II

Modelo - Nome Comercial (s):

SP5025

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,4 a 108,0	25,0	180KF3E
87,4 a 108,0	25,0	256KF8E

Potência de saída redutível até 8 W.

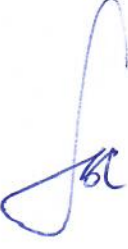
Quando do seu fornecimento, os produtos devem estar ajustados na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico.

Este certificado substitui o de mesmo número emitido em 20/04/2017.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos da regulamentação de telecomunicações, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

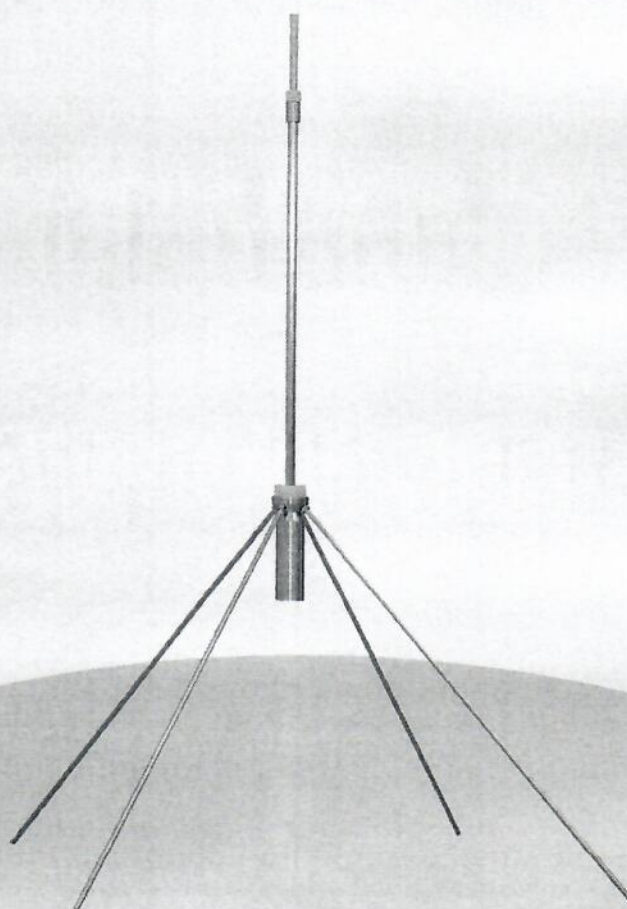
As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. ([www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)).

Marcos de Souza Oliveira  
Gerente de Certificação e Numeração

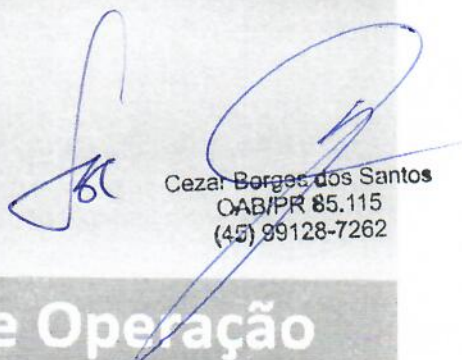
  
Cezar Borges dos Santos  
OAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262



# Antena Plano Terra



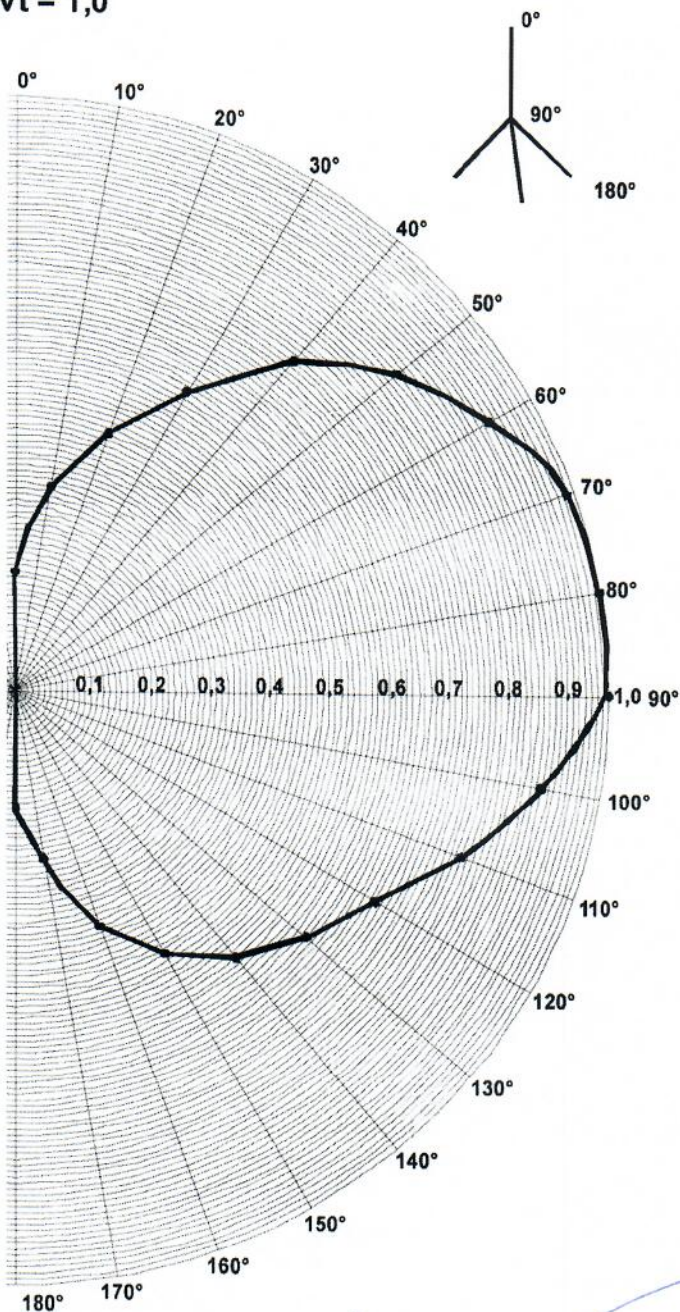
**PT0dB-FM**

  
Cezael Borges dos Santos  
OAB/PR 85.115  
(41) 99128-7262

**Manual de Operação**

**Diagrama de irradiação da antena Mod:PT/0dB(TELETRONIX)**

**Plano: VERTICAL; Esc. 1:1 Gvt = 1,0**



**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:**

- Fabricante: Auad Correa (Teletronix),
- Modelo: PT/ 0dB (Teletronix),
- Tipo: Antena Plano Terra de 1/4 de onda,
- Polarização: Linear (VERTICAL),
- Faixa de operação: ajust. de 87 a 108 MHZ
- Perda por retorno: >18 dB'S
- Ganho: 0 dBd
- Ght: 1,0
- Gvt: 1,0
- Diagrama de Irradiação: Onidirecional

Cezar Borges dos Santos  
CAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262

**Resp.Téc:** Eng. Rogerio Correa



**OBS:** O diagrama acima é para a antena livre de qualquer obstáculo a 10 metros de distância em todas as direções.

Folha 2 de 6



**Diagrama de irradiação da antena Mod: PT/0 dB(TELETRONIX)**
**Plano: VERTICAL; Esc. 1:1 Gvt = 1,0**

Graus	E/EMax	(dB)
0	0,15	-16,48
5	0,25	-12,04
10	0,34	-9,37
15	0,38	-8,40
20	0,45	-6,94
25	0,5	-6,02
30	0,56	-5,04
35	0,61	-4,29
40	0,67	-3,48
45	0,74	-2,62
50	0,82	-1,72
55	0,88	-1,11
60	0,93	-0,63
65	0,95	-0,45
70	1	0
75	1	0
80	1	0
85	1	0
90	1	0
95	0,9	-0,92
100	0,87	-1,21
105	0,82	-1,72
110	0,78	-2,16
115	0,75	-2,50
120	0,67	-3,48
125	0,61	-4,29
130	0,56	-5,04
135	0,53	-5,51
140	0,5	-6,02
145	0,48	-6,38
150	0,45	-6,94
155	0,43	-7,33
160	0,38	-8,40
165	0,34	-9,37
170	0,25	-12,04
175	0,2	-13,98
180	0,15	-16,48



 Cezar Borges dos Santos  
 CAB/PR 85.115  
 (45) 99128-7262

**Resp.Téc:** Eng. Rogerio Correa

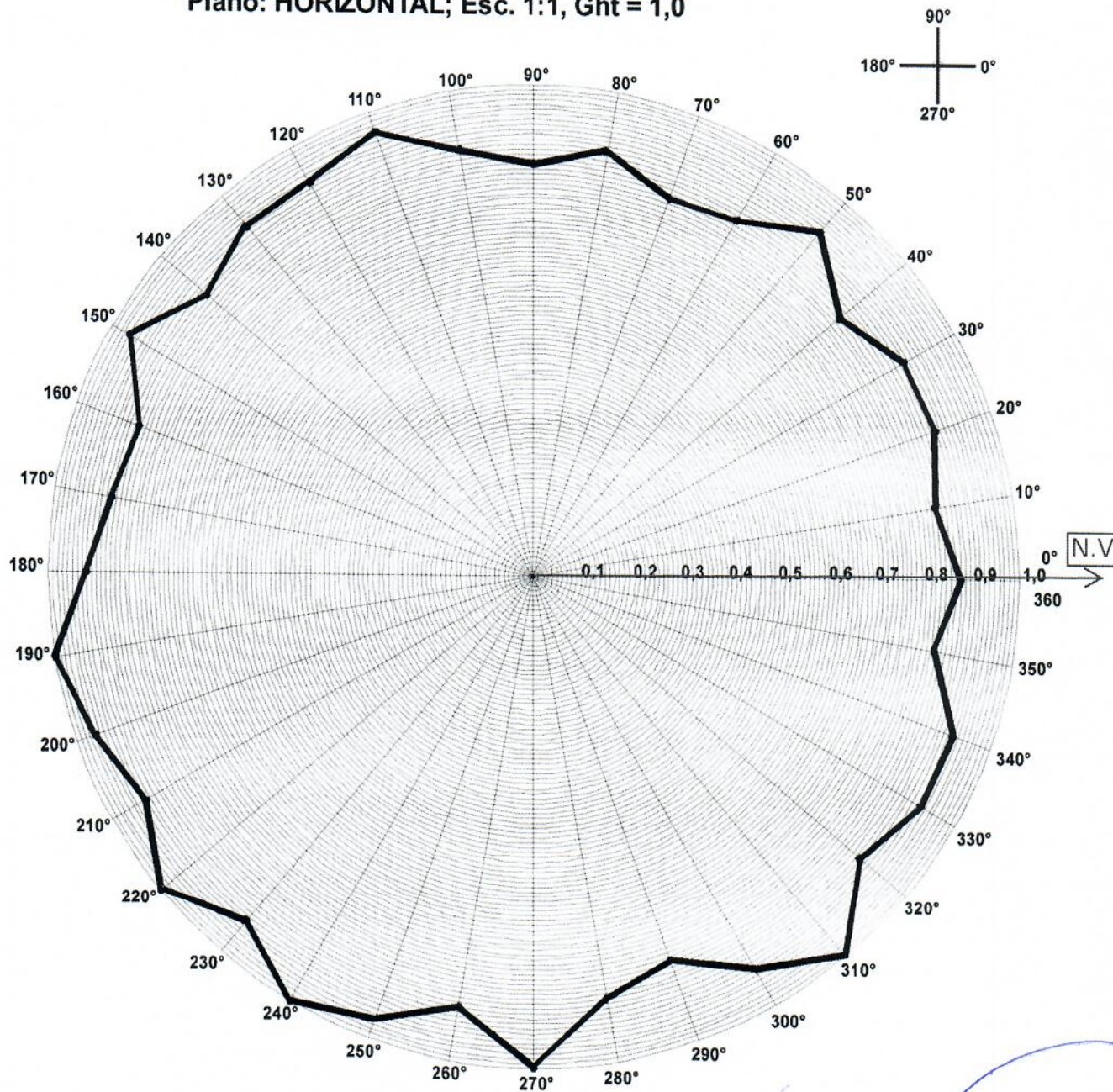
**OBS:** O diagrama acima é para a antena livre de qualquer obstáculo a 10 metros de distância em todas as direções.

Folha 3 de 6



**Diagrama de irradiação da antena Mod:PT/0dB (TELETRONIX)**

**Plano: HORIZONTAL; Esc. 1:1, Ght = 1,0**



Cezar Borges dos Santos  
OAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262

**Resp.Téc:** Eng:Rogerio Correa

**OBS:** O diagrama acima é para a antena livre de qualquer obstáculo a 10 metros de distância em todas as direções.

Folha 4 de 6



**Diagrama de irradiação da antena Mod: PT/0 dB(TELETRONIX)**

**Plano: HORIZONTAL; Esc. 1:1 Ght = 1,0**

Graus	E/EMax	(dB)
0	0,85	-1,41
5	0,84	-1,51
10	0,8	-1,94
15	0,85	-1,41
20	0,86	-1,31
25	0,87	-1,21
30	0,9	-0,92
35	0,8	-1,94
40	0,87	-1,21
45	0,86	-1,31
50	0,9	-0,92
55	0,85	-1,41
60	0,89	-1,01
65	0,91	-0,82
70	0,79	-2,05
75	0,84	-1,51
80	0,87	-1,21
85	0,79	-2,05
90	0,8	-1,94
95	0,8	-1,94
100	0,78	-2,16
105	0,86	-1,31
110	0,91	-0,82
115	0,98	-0,18
120	0,84	-1,51
125	0,87	-1,21
130	0,83	-1,62
135	0,79	-2,05
140	0,82	-1,72
145	0,84	-1,51
150	0,96	-0,35
155	0,82	-1,72
160	0,8	-1,94
165	0,8	-1,94
170	0,8	-1,94
175	0,82	-1,72
180	0,82	-1,72

Graus	E/EMax	(dB)
185	0,82	-1,72
190	0,99	-0,09
195	0,95	-0,45
200	0,93	-0,63
205	0,8	-1,94
210	0,85	-1,41
215	0,82	-1,72
220	0,99	-0,09
225	0,99	-0,09
230	0,9	-0,92
235	0,97	-0,26
240	0,99	-0,09
245	0,97	-0,26
250	0,9	-0,92
255	0,87	-1,21
260	0,85	-1,41
265	0,9	-0,92
270	1	0
275	0,89	-1,01
280	0,85	-1,41
285	0,83	-1,62
290	0,83	-1,62
295	0,85	-1,41
300	0,93	-0,63
305	0,91	-0,82
310	0,99	-0,09
315	0,93	-0,63
320	0,87	-1,21
325	0,78	-2,16
330	0,9	-0,92
335	0,9	-0,92
340	0,9	-0,92
345	0,85	-1,41
350	0,79	-2,05
355	0,85	-1,41
360	0,85	-1,41

Cezar Borges dos Santos  
CAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262

**Resp.Téc:** Eng:Rogerio Correa

**OBS:**O diagrama acima é para a antena livre de qualquer obstáculo a 10 metros de distância em todas as direções.

Folha 5 de 6

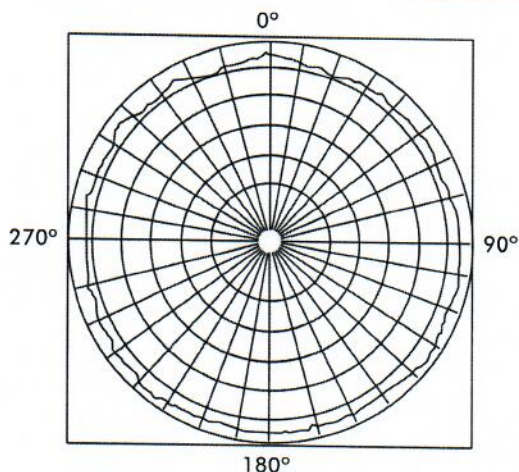
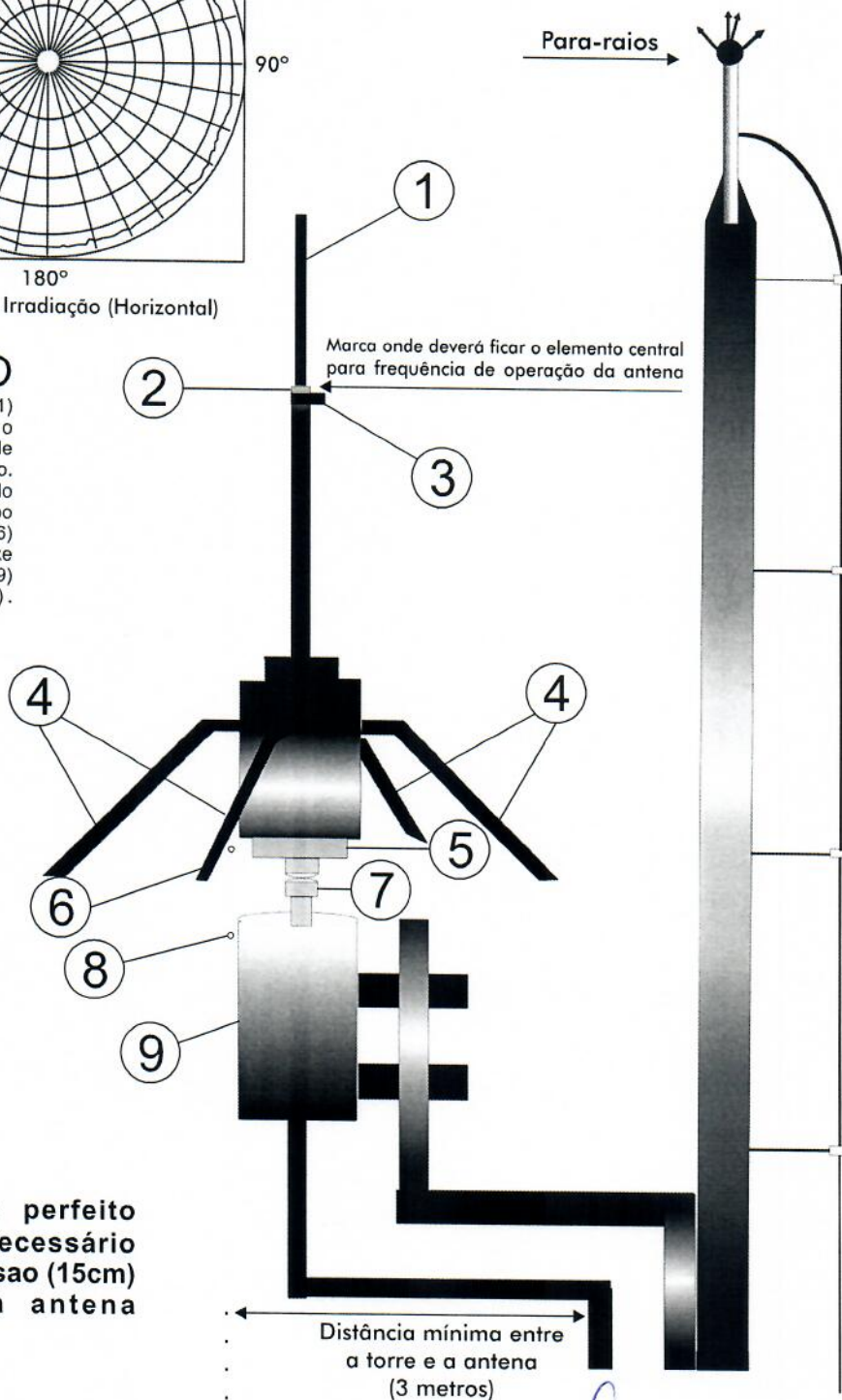


Diagrama de Irradiação (Horizontal)

Antena plano terra 0Db

## INSTALAÇÃO

Insira o elemento irradiante (1) até a marca (2); aperte bem o parafuso da braçadeira (3) e vede esta junção com fita de alta fusão. Monte os refletores (4) de acordo com o desenho, conecte o cabo RG213 (7) ao conector da antena (6) e vede com a fita de alta fusão. Fixe a base da antena ao suporte (9) e aperte o parafuso (8).



**ATENÇÃO:** Para perfeito funcionamento é necessário utilizar a fita de alta fusão (15cm) que acompanha a antena

Resp.Téc: Eng. Rogério Correa

Seguir atentamente as instruções de instalação

Folha 6 de 6





## 1/2" CELLFLEX® Low-Loss Foam-Dielectric Coaxial Cable

## Product Description

CELLFLEX® 1/2" low loss flexible cable; flame retardant/ halogen free jacket

Application: OEM jumpers, Main feed transitions to equipment, GPS lines, Riser-rated In-Building

## Features/Benefits

- **Low Attenuation**  
The low attenuation of CELLFLEX® coaxial cable results in highly efficient signal transfer in your RF system.
- **Complete Shielding**  
The solid outer conductor of CELLFLEX® coaxial cable creates a continuous RFI/EMI shield that minimizes system interference.
- **Low VSWR**  
Special low VSWR versions of CELLFLEX® coaxial cables contribute to low system noise.
- **Outstanding Intermodulation Performance**  
CELLFLEX® coaxial cable's solid inner and outer conductors virtually eliminate intermods. Intermodulation performance is also confirmed with state-of-the-art equipment at the RFS factory.
- **High Power Rating**  
Due to their low attenuation, outstanding heat transfer properties and temperature stabilized dielectric materials, CELLFLEX® cable provides safe long term operating life at high transmit power levels.
- **Wide Range of Application**  
Typical areas of application are: feedlines for broadcast and terrestrial microwave antennas, wireless cellular, PCS and ESMR base stations, cabling of antenna arrays, and radio equipment interconnects.

## Technical Features

## Structure

Inner conductor:	Copper-Clad Aluminum Wire	[mm (in)]	4.8 (0.19)
Dielectric:	Foam Polyethylene	[mm (in)]	11.9 (0.47)
Outer conductor:	Corrugated Copper	[mm (in)]	13.8 (0.54)
Jacket:	Polyethylene, PE, Metalhydroxite Filling	[mm (in)]	15.8 (0.62)

## Mechanical Properties

Weight, approximately	[kg/m (lb/ft)]	0.23 (0.16)
Minimum bending radius, single bending	[mm (in)]	70 (3)
Minimum bending radius, repeated bending	[mm (in)]	125 (5)
Bending moment	[Nm (lb-ft)]	6.5 (4.79)
Max. tensile force	[N (lb)]	1100 (247)
Recommended / maximum clamp spacing	[m (ft)]	0.6 / 1 (2 / 3.25)

## Electrical Properties

Characteristic impedance	[Ω]	50 +/- 1
Relative propagation velocity	[%]	88
Capacitance	[pF/m (pF/ft)]	76 (23.2)
Inductance	[μH/m (μH/ft)]	0.19 (0.058)
Max. operating frequency	[GHz]	8.8
Jacket spark test RMS	[V]	8000
Peak power rating	[kW]	38
RF Peak voltage rating	[V]	1950
DC-resistance inner conductor	[Ω/km (Ω/1000ft)]	1.57 (0.48)
DC-resistance outer conductor	[Ω/km (Ω/1000ft)]	2.7 (0.82)

## Recommended Temperature Range

Storage temperature	[°C (°F)]	-70 to 85 (-94 to 185)
Installation temperature	[°C (°F)]	-25 to 60 (-13 to 140)
Operation temperature	[°C (°F)]	-50 to 85 (-58 to 185)

## Other Characteristics

Fire Performance:	Flame Retardant, LS0H
VSWR Performance:	Premium for 410 - 470 MHz [dB (VSWR)] 23 (1.152)
Other Options:	Phase stabilized and phase matched cables and assemblies are available upon request.

1/2" CELLFLEX® Low-Loss Foam Dielectric Coaxial Cable

Frequency [ MHz ]	Attenuation		Power
	[ dB/100m ]	[ dB/100ft ]	[ kW ]
0.5	0.149	0.0454	38.0
1.0	0.211	0.0643	38.0
1.5	0.258	0.0788	32.9
2.0	0.298	0.0910	28.5
10	0.671	0.204	12.7
20	0.951	0.290	8.93
30	1.17	0.356	7.26
50	1.51	0.462	5.63
88	2.02	0.616	4.21
100	2.16	0.658	3.93
108	2.24	0.684	3.79
150	2.66	0.810	3.19
174	2.87	0.875	2.96
200	3.08	0.940	2.76
300	3.81	1.16	2.23
400	4.43	1.35	1.92
450	4.71	1.44	1.80
500	4.98	1.52	1.71
512	5.04	1.54	1.69
600	5.48	1.67	1.55
700	5.95	1.81	1.43
750	6.17	1.88	1.38
800	6.39	1.95	1.33
824	6.49	1.98	1.31
894	6.78	2.07	1.25
900	6.80	2.07	1.25
925	6.90	2.10	1.23
960	7.04	2.15	1.21
1000	7.20	2.19	1.18
1250	8.12	2.48	1.05
1400	8.64	2.63	0.983
1500	8.97	2.73	0.947
1700	9.61	2.93	0.884
1800	9.91	3.02	0.857
2000	10.5	3.20	0.809
2100	10.8	3.29	0.787
2200	11.1	3.38	0.765
2400	11.6	3.54	0.732
2500	11.9	3.62	0.714
2600	12.2	3.70	0.696
2700	12.4	3.78	0.685
3000	13.2	4.01	0.644
3500	14.4	4.38	0.590
4000	15.5	4.72	0.548
5000	17.6	5.37	0.483
6000	19.6	5.97	0.433
7000	21.4	6.54	0.397
8000	23.2	7.07	0.366
8800	24.6	7.49	0.345

Attenuation at 20°C (68°F) cable temperature  
Mean power rating at 40°C (104°F) ambient temperature

RFS The Clear Choice®

LCF12-50JFN-P1

Rev: D / 15.Aug.2013

Print Date: 28.02.2014

Please visit us on the internet at <http://www.rfsworld.com/>

Radio Frequency Systems

Cezar Borges dos Santos  
CAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262





1. Responsável Técnico

ISAAC BINICIO ENCISO MENDOZA

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA

RNP: 1704917921

Carteira: PR-18998/D

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO

CNPJ: 26.053.559/0001-73

R MARIA LOBATO AMARAL, 10

GUARITUBA - PIRAQUARA/PR 83310-450

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 27/11/2020

Valor: R\$ 1.500,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R MARIA LOBATO AMARAL, 49

CASA A GUARITUBA - PIRAQUARA/PR 83310-450

Data de Início: 27/11/2020

Previsão de término: 28/12/2020

Proprietário: ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO

CNPJ: 26.053.559/0001-73

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Projeto] de radiodifusão

Quantidade

25,00

Unidade

WATT

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO TÉCNICO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

PIRAQUARA, 30 de NOVEMBRO de 2020

Local

data

ISAAC BINICIO ENCISO MENDOZA - CPF: 358.369.039-72

Cezar Borges dos Santos

OAB/PR 85.115

(45) 99128-7262

ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO - CNPJ: 26.053.559/0001-73

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br).
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 88,78

Registrada em : 27/11/2020

Valor Pago: R\$ 88,78

Nosso número: 2410101720205404930



Cezar Borges dos Santos  
OAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262



COBRANÇA BANCÁRIA CAIXA

Reclamações e Sugestões

DISQUE CAIXA

0800 726 0101

OUVIDORIA

0800 725 7474

www.caixa.gov.br

Beneficiário

CONSELHO REG ENGENHARIA E AGRON PR

CPF/CNPJ

76.639.384/0001-59

Agência/Código do Cedente

0373/0081294

Endereço do Beneficiário

DOUTOR ZAMENHOF,35,-ALTO DA GLORIA/CURITIBA

UF

PR

CEP

80030-320

Data do Documento  
27/11/2020Nº do Documento  
20205404930Espécie  
OUTCarteira  
RGData do Processamento  
27/11/2020Nosso Número  
14010172020540493-0

Pagador

ISAAC BINICIO ENCISO MENDOZA

CPF/CNPJ

358.369.039-72

Endereço do Pagador

,,-/

UF

CEP

00000-000

Pagador/Avalista

CPF/CNPJ

TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE:

Guia referente a ART 1720205404930

NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO

Moeda

Quantidade

Valor

Vencimento

07/12/2020

Valor do Documento

R\$ 88,78

Autenticação Mecânica - Recibo do Sacado



104-0

10490.81290 43010.117240 02054.049370 5 84620000008878

Local de Pagamento

PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTERICAS ATÉ O VALOR LIMITE

Vencimento

07/12/2020

Beneficiário

CONSELHO REG ENGENHARIA E AGRON PR

CPF/CNPJ

76.639.384/0001-59

Agência/Código do Cedente

0373/0081294

Data do Documento  
27/11/2020Nº do Documento  
20205404930Espécie  
OUTAceite  
SIMData de Processamento  
27/11/2020Nosso Número  
14010172020540493-0

Uso do Banco

Carteira  
RGMoeda  
R\$

Quantidade

Valor

(=) Valor do Documento  
R\$ 88,78

TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE

Guia referente a ART 1720205404930

NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO

(-) Desconto

(-) Outras Deduções/Abatimento

(+) Mora/Multa/Juros

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO/CIDADE/UF/CEP:

ISAAC BINICIO ENCISO MENDOZA

358.369.039-72

,,-/

SACADOR/AVALISTA:

00000-000

Ficha de Compensação  
Autenticação no versoCezar Borges dos Santos  
OAB/PR 85.115  
(41) 99128-7262



COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: CEZAR BORGES DOS SANTOS \*  
AGENCIA: 3508-4 CONTA: 14.932-2

=====

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

-----

10490812904301011724002054049370584620000008878

BENEFICIARIO:

CONSELHO REG ENGENHARIA E AGRON PR

NOME FANTASIA:

CONSELHO REG ENGENHARIA E AGRON PR

CNPJ: 76.639.384/0001-59

BENEFICIARIO FINAL:

CONSELHO REG ENGENHARIA E AGRON PR

CNPJ: 76.639.384/0001-59

PAGADOR:

ISAAC BINICIO ENCISO MENDOZA

CPF: 358.369.039-72

-----

NR. DOCUMENTO 112.701

DATA DE VENCIMENTO 07/12/2020

DATA DO PAGAMENTO 27/11/2020

VALOR DO DOCUMENTO 88,78

VALOR COBRADO 88,78

=====

NR.AUTENTICACAO B.32F.120.D8E.555.233

=====

Central de Atendimento BB

4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas

0800 729 0001 Demais localidades.

Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB

0800 729 0722

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de  
produtos e servicos.

Ouvidoria

0800 729 5678

Reclamacoes nao solucionadas nos canais  
habituais agencia, SAC e demais canais de  
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao,  
outros produtos e servicos de Ouvidoria.

=====

Agora o BB fala com voce tambem pelo WhatsApp.  
Acesse [bb.com.br/bbzap](https://bb.com.br/bbzap), aceite receber mensagens  
e inicie uma conversa com o BB.

Cezar Borges dos Santos  
CAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

6/2/21 10:34 AM

Página 1 de 22

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	PR	PIRAQUARA	53900.008025/2015	0	25S2715	49W0847	RAQ	ASSOCIACAO DE PROTECAO E DESENVOLVIMENTO MORADORES
0.00	PR	PIRAQUARA	01250.041589/2019	82	25S2715	49W0847	EXINST	ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO
1.77	PR	PINHAIS	53000.064633/2006	21	25S2621	49W0908	ARQDE F	Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Triângulo
3.40	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.001218/2011	31	25S2834	49W1012	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO E CULTURA AMIGOS DO JD ALEGRIA E ARAGUARI
3.70	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.009769/2011	31	25S2912	49W0819	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA, CULTURAL, ARTISTICA E SOCIAL GUATUPE - "ACCASG"
3.91	PR	PINHAIS	53000.033619/2010	0	25S2614	49W1050	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL SANTA CRUZ
4.36	PR	CURITIBA	53000.060066/2006	0	25S2616	49W1109	RAQ	ASSOCIAÇÃO O PEQUENO SEMEADOR
4.49	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53740.000662/2002	31	25S2936	49W0926	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE SARA NOSSA TERRA
4.93	PR	PINHAIS	53000.062166/2011	0	25S2529	49W1059	ARQPO T	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
4.95	PR	PINHAIS	01250.045008/2019	4	25S2529	49W1100	POS	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
4.95	PR	PINHAIS	53900.007170/2015	4	25S2529	49W1100	ARQPO T	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
4.95	PR	PINHAIS	53740.001174/1998	4	25S2529	49W1100	LDE	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
5.03	PR	PINHAIS	53900.017316/2015	4	25S2528	49W1103	RAUT	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS



# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

6/2/21 10:34 AM

Página 2 de 22

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
5.03	PR	PINHAIS	53000.066580/2013	4	25S2528	49W1103	ARQPOS	ASSOCIACAO AMIGOS DE PINHAIS
5.52	PR	CURITIBA	53000.004768/2004	0	25S2821	49W1151	RAQ	ASSOCIACAO CULTURA DE RUA E CIDADANIA
5.70	PR	CURITIBA	53740.001624/1998	4	25S2757	49W1206	LDE	ASSOCIACAO CRISTA DE ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO CAJURU
5.70	PR	CURITIBA	53000.056202/2013	4	25S2757	49W1206	ARQPOS	ASSOCIACAO CRISTA DE ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO CAJURU
5.70	PR	CURITIBA	53900.041938/2015	4	25S2757	49W1206	PER	ASSOCIACAO CRISTA DE ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO CAJURU
5.93	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.069945/2007	31	25S3026	49W0826	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO JARDIM CRISTAL
5.93	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.006393/2010	31	25S3026	49W0826	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO JARDIM CRISTAL
6.00	PR	CURITIBA	53740.000856/1999	6	25S2724	49W1222	ARQDEF	A M. C. ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA CRISTÃ
6.09	PR	PINHAIS	53000.051574/2012	21	25S2403	49W0758	ARQPOS	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA NOVA PINHAIS
6.09	PR	PINHAIS	53000.022119/2005	21	25S2403	49W0758	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA NOVA PINHAIS
6.36	PR	CURITIBA	53000.026314/2013	4	25S2754	49W1231	ARQPO T	ASSOCIACAO CRISTA DE ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO CAJURU
6.68	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	53000.068307/2010	31	25S3044	49W0948	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA FILADELFIA - ACFIL
6.81	PR	CURITIBA	53000.080596/2006	0	25S2912	49W1214	RAQ	PROJETO MAO AMIGA DE CURITIBA - PMAC





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82  
Número do Processo: 012500415892019

6/2/21 10:34 AM

Página 3 de 22

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
6.96	PR	CURITIBA	53000.059808/2005	0	25S2847	49W1235	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO UBERABA DE CIMA - ACOMUC
7.08	PR	CURITIBA	53900.001809/2015	0	25S2846	49W1240	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO UBERABA DE CIMA - ACOMUC
7.48	PR	COLOMBO	53000.039665/2006	21	25S2323	49W1004	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORES E EMPRESARIOS DO CENTRO INDUSTRIAL MAUA
7.58	PR	COLOMBO	53000.007021/2009	0	25S2314	49W0939	RAQ	ASSOCIACAO DE MORADORES E EMPRESARIOS DO CENTRO INDUSTRIAL MAUA
7.58	RJ	RIO DE JANEIRO	53000.052198/2009	29	25S2314	49W0939	ARQDE F	PROJETO CULTURA EDUCACAO E LIBERDADE
7.93	PR	QUATRO BARRAS	53000.042510/2007	24	25S2701	49W0403	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RODRIGO KNAPIK RIBEIRO
8.06	PR	CURITIBA	53000.008076/2008	30	25S2610	49W1327	LPE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA SOM DAS AGUAS
8.06	PR	CURITIBA	53900.019155/2016	30	25S2610	49W1327	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA SOM DAS AGUAS
8.19	PR	CURITIBA	53900.047522/2015	30	25S2611	49W1332	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA SOM DAS AGUAS
8.44	PR	CURITIBA	53000.063249/2005	0	25S2449	49W1303	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE HIGIENÓPOLIS
8.52	PR	PINHAIS	53000.036232/2005	21	25S2324	49W1134	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL SANTA CRUZ
8.56	PR	CURITIBA	53000.059164/2006	0	25S2829	49W1343	RAQ	MOVIMENTO PRÓ-UBERABA
8.59	PR	PIRAQUARA	53000.025393/2013	1	25S2637	49W0342	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRA DO MAR

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Serviço de Engenharia de Radiodifusão

**DESPACHO****Processo nº: 01250.041589/2019-35.****Interessado: ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO.****Assunto: OFÍCIO Nº 8900/2020/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 6087907)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, na localidade de **PIRAQUARA/PR**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).  <b>OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</b>	6142055, págs. 06 a 07	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015:  <b>OBS.: Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a conta do terreno no mesmo processo.</b>	6142055 pág.08	SIM		
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	6142055, pág. 08	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	6142055, pág. 08			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	6142055, pág. 08	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	6142055, pág. 08	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	6142055, pág. 08	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	6142055, pág. 08	X		
4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, <b>juntamente com o comprovante de pagamento</b> da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	6142055, pág. 20,21 e 22	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação</b> , em anexo.	7512090-Rel Viz. 6142055, pág. 09	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais	7512090-Rel Viz.			X

distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), **conforme Relação de Processos Vizinhos.**

Desse modo, considerando que **a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC\_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 02 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 04/10/2021, às 17:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 05/10/2021, às 08:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7511774** e o código CRC **1394DC81**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCOM nº 7511774





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO**  
**CNPJ: 26.053.559/0001-73**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:24:32 do dia 08/06/2021 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 05/12/2021.

Código de controle da certidão: **D7DD.BA82.4E18.7513**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.053.559/0001-73</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>15/07/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARIA LOBATO AMARAL</b>	NÚMERO <b>10</b>	COMPLEMENTO <b>CASA</b>
CEP <b>83.310-450</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>
UF <b>PR</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ZILMAVALENTE2@HOTMAIL.COM</b>	
TELEFONE <b>(41) 9643-7606/ (41) 9905-2624</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>02/08/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/01/2022** às **09:31:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**CNPJ: 26.053.559/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 09:35:17 do dia 21/01/2022 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.053.559/0001-73

**Razão Social:** ASSOCIACAO AURORADECOMUNICACAO

**Endereço:** RUAMARIALOBATOAMARAL10 / GUABIROTUBA / PIRAQUARA / PR /  
83310-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 31/12/2021 a 29/01/2022

**Certificação Número:** 2021123102461613264283

Informação obtida em 21/01/2022 09:36:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO**  
**CNPJ: 26.053.559/0001-73**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:36:59 do dia 21/01/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/07/2022.

Código de controle da certidão: **5D7C.AAF2.9B90.5B9A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.053.559/0001-73

Certidão nº: 2377294/2022

Expedição: 21/01/2022, às 09:38:41

Validade: 19/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.053.559/0001-73**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**Processo nº: **01250.041589/2019-35**.Entidade: **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**.Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Piraquara/PR, e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI 9748189.

Brasília, 27 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 27/04/2022, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9274888** e o código CRC **F0DBEFFE**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCOM nº 9274888



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.053.559/0001-73</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>15/07/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARIA LOBATO AMARAL</b>	NÚMERO <b>10</b>	COMPLEMENTO <b>CASA</b>
CEP <b>83.310-450</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>
UF <b>PR</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ZILMAVALENTE2@HOTMAIL.COM</b>	
TELEFONE <b>(41) 9643-7606/ (41) 9905-2624</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>02/08/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **27/04/2022** às **08:50:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**CNPJ: 26.053.559/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 08:57:47 do dia 27/04/2022 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.053.559/0001-73

**Razão Social:** ASSOCIACAO AURORADECOMUNICACAO

**Endereço:** RUAMARIALOBATOAMARAL10 / GUABIROTUBA / PIRAQUARA / PR /  
83310-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/04/2022 a 26/05/2022

**Certificação Número:** 2022042708584480648418

Informação obtida em 27/04/2022 08:58:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO**  
**CNPJ: 26.053.559/0001-73**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:59:10 do dia 27/04/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/10/2022.

Código de controle da certidão: **B188.097C.D577.AD1A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.053.559/0001-73

Certidão nº: 13017698/2022

Expedição: 27/04/2022, às 08:59:50

Validade: 24/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.053.559/0001-73**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Associação Aurora de Comunicação

Adicionar filtro

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

JOSCELINO BORGES DOS SANTOS

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

REINALDO ALVES VIANA

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

DJULIAN VICTOR BRASSANINI

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

## Tarefas

### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

26053559000173

Adicionar filtro 

Campo

 Todos

### Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

&lt; &gt;

1

▼ Filtros

Adicionar filtro Campo Todos

Atividade de Inspeção

Uso do Espectro - Não Outorgado

72433019915

Opções

✓ Aplicar    ↺ Limpar    📁 Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para  Atom  CSV  PDF



# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

00963850903

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

07979294955

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 252715

Lon: 490847

Raio: Raio (km)

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

Nenhuma informação disponível



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**Processo nº: **01250.041589/2019-35**.Entidade: **ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO**.Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações**.

1. Após análise do processo nº 01250.041589/2019-35, de interesse da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, na localidade de Piraquara/PR, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 27 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 27/04/2022, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9748323** e o código CRC **55BDEFFF**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCOM nº 9748323



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa  
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento  
Gerência de Licitação

Impresso por: **RONALDO TONIOLI IGLEZIAS**

Data/Hora: **27/04/2022 09:40:55**

### Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: PR		Município: Piraquara	
Município		Canal	Frequência
Piraquara		200	87,9
Usuário: ronaldo.mc - RONALDO TONIOLI IGLEZIAS		Data: 27/04/2022	Hora: 09:40:55

## CHECKLIST

Município/UF: PIRAQUARA/PR

Processo nº: 01250.041589/2019-35 CNPJ: 26.053.559/0001-73

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO

Nº do edital/ano: 82/2019 publicado no DOU em 19/06/2019.

Prazo de inscrição: de 21/06/2019 a 19/08/2019

Canal e Frequência: 200 - 87,9 (9748513)

1. Data de postagem/SEI: 16/08/2019 – CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM ( ) NÃO

3. Requerimento de Outorga: pgs. 1/3 (4507871)

3.1. Reapresentação do Requerimento de Outorga (nova composição da diretoria): pgs. 2/3 (5998688)

4. Estatuto Social: pgs. 4/11 (4507871) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

4.1. Estatuto Social atualizado: pgs. 35/43 (5998688) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

5. Ata de constituição: pgs. 12/14 (4507871) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6. Ata de eleição: pgs. 12/14 (4507871) para o período de 30/09/2015 a 30/09/2019 Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

6.1. Ata de eleição atualizada: pgs. 04/06 (5998688) para o período de 30/09/2019 a 30/09/2023 Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM ( ) NÃO

7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: pgs. 7/31 (5998688)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: JOSCELINO BORGES DOS SANTOS	não filiado	048383270698 02/12/1969	Francisco Borges dos Santos Aurora Velur dos Santos	724.330.199-15	não
Secretário: REINALDO ALVES VIANA	não filiado	084592080671 17/03/1985	José Geraldo Alves Viana Maria dos Anjos Alves Viana	009.638.509-03	não
Tesoureiro: DJULIAN VICTOR BRASSANINI	não filiado	098691680663 21/11/1990	Julio Cesar Brassanini Marise Cristhiane Martins Brassanini	079.792.949-55	não

8. Manifestações em apoio: (4507954, 4507998)

9. Vínculo: ( ) SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: pg. 23 (4507871)

11. Pesquisa Anatel (5618082) e Radar (5618121) - atualizações na sessão seguinte "PARA INSTRUÇÃO"

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5618130) - atualizações na sessão seguinte "PARA INSTRUÇÃO"

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (5618078), Certidão FGTS (5618120), Certidão PGFN ( ) , Certidão CNDT (5618117) - atualizações na sessão seguinte "PARA INSTRUÇÃO"

**OBSERVAÇÕES (conforme o CHECKLIST 6087904):**

24/06/2020: Ata de eleição venceu em 30/09/2019. Pesquisas de vínculos, TSE, TRF4 e TJPR ok. 18/11/2020: Ofício37/2020 recebido em 10/07/2020, resposta em 19/10/2020: ata de eleição com alteração da diretoria, Anexo 2 e documentos: exigências cumpridas. Para instrução.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5º

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 5º, alínea "a"

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 5º, alínea "b"

e) Órgão administrativo e cargos: art. 13

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 14

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 13

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 15 e 15A

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

a) Denominação, fins e sede: arts. 1º e 2º



- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **arts. 5º; 8º, alínea "f"; e 10**
- c) Direitos e deveres dos associados: **arts. 8º e 9º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art. 18**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **art. 12**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **arts. 12 e 19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **art. 12**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **art. 10**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto), assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **art. 12**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art. 12, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art. 20**

## 2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: pg. 1 (9274871)
- 2.2 Certidão FGTS: pg. 3 (9274871)
- 2.3 Certidão PGFN: pg. 4 (9274871)
- 2.4 Certidão CNDT: pg. 5 (9274871)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (9274888)

## 3. Pesquisa Anatel (pg. 2 - 9274871) e FISCALIZA (9748323)

- 4. Anexo 6/ART: pgs. 7/8 (6142055)

## OBSERVAÇÕES:

18/11/2020 (**conforme o CHECKLIST 6087904**): Estatuto social ok. pesquisas vínculos, TSE, TRF4 e TJPR ok. Apresentar anexo 6/ART.

21/01/2022 - Aguarda retorno do sistema Radar para complementar a consulta.

27/04/2022 - Revisão Final



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 27/04/2022, às 09:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9274906** e o código CRC **500D6978**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MCOM**Processo nº: **01250.041589/2019-35.**Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Piraquara/PR**, em atendimento ao Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.

**ANÁLISE**

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 16/08/2019, via CADSEI, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
<b>ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO</b>
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Joscelino Borges dos Santos
Secretário: Reinaldo Alves Viana
Tesoureiro: Djulian Victor Brassanini
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Maria Lobato Amaral, 49 - Casa A - Guarituba Coordenadas geográficas: 25°27'15"S de latitude e 49°08'47"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Maria Lobato Amaral, 49 - Casa A - Guarituba

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 19/08/2019.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	pgs. 2/3 (5998688)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	pgs. 35/43 (5998688)

3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 12/14 (4507871)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 04/06 (5998688)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	pgs. 7/31 (5998688)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(4507954, 4507998)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	pg. 23 (4507871)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	pgs. 7/8 (6142055) - Despacho COESA_MCOM_ENG. (7511774)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	pg. 1 (9748189)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	pg. 2 (9748189)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	pg. 3 (9748189)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	pg. 4 (9748189)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	pg. 5 (9748189)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9748323) (9748302)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho COESA\_MCOM\_ENG (7511774), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (7512090).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Piraquara/PR, e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (9274888).

**CONCLUSÃO**



8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 27/04/2022, às 11:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 27/04/2022, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 27/04/2022, às 14:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/05/2022, às 14:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9748341** e o código CRC **00E83555**.

#### Minutas e Anexos

#### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

- Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.041589/2019-35, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5470/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
- Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
- Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA  
PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.041589/2019-35, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, cuja sede se situa na Rua Maria Lobato Amaral, nº 10 - Guarituba, na localidade de Piraquara, Estado do Paraná, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

---

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI nº 9748341

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão

Ofício Interno nº 19370/2022/MCOM

Brasília, 04 de maio de 2022

A Senhora  
**Carolina Scherer Bicca**  
Consultora Jurídica  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 5470/2022/SEI-MCOM (9748341)**

Senhora Consultora Jurídica,  
Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 5470/2022/SEI-MCOM (9748341), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.  
Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 05/05/2022, às 16:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9786408** e o código CRC **2755BB12**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 19370/2022/MCOM - Processo nº 01250.041589/2019-35 - Nº SEI: 9786408





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.041589/2019-35**

**INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**

**ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO**

**EMENTA:** I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Piraquara/PR**;

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MC (SEI 9748341)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;

III. Viabilidade jurídica do pedido, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, **desde que atendidas as recomendações dos itens 18 e 22** ;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em utilização, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Piraquara/PR**, com base no Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.

2. Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão -SERAD afirmou que não havia outros concorrentes, estando a Associação interessada habilitada. Ressalte-se que essa análise fora realizada e comunicada à parte através do **OFÍCIO Nº 8900/2020/MCOM (SEI 6087907)**.

3. A revisão final do processo de outorga foi realizada pela **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MC (SEI 9748341)**, que concluiu favoravelmente ao deferimento do pleito, remetendo o feito para análise desta Consultoria:

**CONCLUSÃO**

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

4. É o relatório, que permite o exame do caso.

**II - ANÁLISE JURÍDICA**

**II.1. Considerações iniciais**

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

## II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".

12. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.

13. Coube à já citada Lei nº 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".

14. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

### DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

#### ANEXO

#### REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

*Parágrafo único.* Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

15. Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

**PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015**

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

**Da Habilitação**

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

#### **Da Instrução**

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

#### **Do Recurso**

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

#### **Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária**

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.



16. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária

17. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "Checklist" (doc. SEI nº 9274906) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MC (SEI 9748341)**.

18. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, a entidade ora interessada foi considerada habilitada, uma vez que única interessada, em análise realizada no **OFÍCIO Nº 8900/2020/MCOM (SEI 6087907)**, sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.

19. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 82/2019 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, sendo o pedido da interessada tempestivo, vez que apresentado em 16/08/2019:

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 19/08/2019.

20. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

21. Impende destacar que, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 5661693**, a área técnica atestou que *"Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Aurora de Comunicação, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018"*.

Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MC (SEI 9748341)**:

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	pgs. 2/3 ( <a href="#">5998688</a> )
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	pgs. 35/43 ( <a href="#">5998688</a> )
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 12/14 ( <a href="#">4507871</a> )
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 04/06 ( <a href="#">5998688</a> )
5. Comproverantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	pgs. 7/31 ( <a href="#">5998688</a> )
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	( <a href="#">4507954</a> , <a href="#">4507998</a> )
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	pg. 23 ( <a href="#">4507871</a> )
8. Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	pgs. 7/8 ( <a href="#">6142055</a> ) - Despacho COESA_MCOM_ENG. ( <a href="#">7511774</a> )

9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	pg. 1 ( <a href="#">9748189</a> )
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	pg. 2 ( <a href="#">9748189</a> )
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	pg. 3 ( <a href="#">9748189</a> )
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	pg. 4 ( <a href="#">9748189</a> )
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	pg. 5 ( <a href="#">9748189</a> )
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	( <a href="#">9748323</a> ) ( <a href="#">9748302</a> )

22. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 15), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 599888 - fls. 35/43). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.

23. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom* (SEI **9274906**), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga.** O **Despacho COREC\_MCOM 9274888** também assegura a inexistência dos vínculos:

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Piraquara/PR, e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

24. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

25. A esse respeito, a área técnica afirmou a inexistência de outras entidades interessadas:

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

26. De igual modo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 7511774**, que considerou que "a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor".

27. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea "a", da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

28. Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada "idoneidade moral", antes prevista pela sobredita alínea "a" do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC\_MCOM 9748323**, constatou-se que "não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada".

29. Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010 -, ao

passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:

30. A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 38

(...)

*j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990”.*

31. No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g’, ‘h’, ‘i’, ‘j’, ‘k’, ‘l’, ‘m’, ‘n’, ‘o’, ‘p’ e ‘q’ da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (Petição SEI 4507871).

32. Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

### III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, desde que atendidas as recomendações dos itens 18, 22 e 32.

34. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

35. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MC (SEI 9748341)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.

36. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis

À consideração superior.

Brasília, 18 de maio de 2022.

TÔNIA LAVOGADE COSTA

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250041589201935 e da chave de acesso f8d9a88d

---

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 891068948 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 19-05-2022 22:12. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01087/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.041589/2019-35

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Aurora de Comunicação, na localidade de Piraquara/PR.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 18, 22 e 32 do PARECER n. 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Aurora de Comunicação, na localidade de Piraquara/PR, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 20 de maio de 2022.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250041589201935 e da chave de acesso f8d9a88d

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 892404770 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 20-05-2022 14:08. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

---

**DESPACHO n. 01097/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.041589/2019-35**

**INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 20 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250041589201935 e da chave de acesso f8d9a88d

---

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 892956585 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 20-05-2022 17:01. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão

**DESPACHO**

Processo nº: **01250.041589/2019-35**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9903885), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 23/05/2022, às 12:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9907030** e o código CRC **046BE479**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCOM nº 9907030

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga

**DESPACHO**

**Processo nº:** 01250.041589/2019-35

**Referência:** Parecer Jurídico nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9903885)

**Interessado:** Associação Aurora de Comunicação

**Assunto:** Outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos

**À CGOU**

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9903885) e providências cabíveis.

Brasília, 23 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 23/05/2022, às 17:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9907576** e o código CRC **5BA90C99**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCOM nº 9907576

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO DE DECISÃO nº 582 / 2022**

O **SECRETÁRIO DE RÁDIODIFUSÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, inciso XVIII do Anexo VII da Portaria nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2021, atendendo a sugestão proferida pelo Parecer n. 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, convalida o Resultado Definitivo da Fase de Habilitação divulgado por meio do Ofício nº 8900/2020/MCOM, constante do processo nº 01250.041589/2019-35, bem como ratifica todos os atos do processo, culminando com o deferimento da pretendida Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária pela **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, participante do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2019, na localidade de **Piraquara/PR**.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, **Secretário de Radiodifusão**, em 27/07/2022, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10169081** e o código CRC **B52DD72D**.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>26.053.559/0001-73</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>15/07/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARIA LOBATO AMARAL</b>	NÚMERO <b>10</b>	COMPLEMENTO <b>CASA</b>
CEP <b>83.310-450</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>GUARITUBA</b>	MUNICÍPIO <b>PIRAQUARA</b>
UF <b>PR</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ZILMAVALENTE2@HOTMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(41) 9643-7606/ (41) 9905-2624</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>02/08/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

**CNPJ:**

**26.053.559/0001-73**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

Emitida às 14:31:56 do dia 02/08/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.053.559/0001-73  
**Razão Social:** ASSOCIACAO AURORADECOMUNICACAO  
**Endereço:** RUAMARIALOBATOAMARAL10 / GUABIROTUBA / PIRAQUARA / PR / 83310-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 31/07/2022 a 29/08/2022

**Certificação Número:** 2022073102120189598177

Informação obtida em 02/08/2022 14:32:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.053.559/0001-73

Certidão nº: 24493987/2022

Expedição: 02/08/2022, às 14:33:03

Validade: 29/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.053.559/0001-73**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO**  
**CNPJ: 26.053.559/0001-73**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:33:16 do dia 02/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/01/2023.

Código de controle da certidão: **484C.3C78.1350.83DC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

### Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>		Adicionar filtro	<input type="text" value="Campo"/>	Todos
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>	+		
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUN"/>			

► Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>			Adicionar filtro	<input type="text" value="Campo"/>	Todos
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>	<input type="button" value="+"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>				
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="JOSELINO BORGES DOS SANTOS"/>				

Opções

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

REINALDO ALVES VIANA

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div><div>todos</div><div></div></div>		
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div><div>igual a</div><div></div></div>	<div><div>Atividade de Inspeção</div><div></div></div>	<div><div>+</div></div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div><div>contém</div><div></div></div>	<div><div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div><div>contém</div><div></div></div>	<div><div>REINALDO ALVES VIANA</div></div>	

Opções

Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para 

Atom

CSV

PDF

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

☒ Tipo

☒ Tipo de inspeção

☒ Identificação da não Outorgada

☒ CNPJ/CPF da Entidade

Adicionar filtro  Todos

Opciones

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:
 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral
 Atividade
 **Tarefas**
 Wiki
 Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

72433019915

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

✓ Aplicar
 🔄 Limpar
 💾 Salvar

⚠️ Nenhuma informação disponível

Exportar para
 Atom
 CSV
 PDF

## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

#### Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div>contém</div>	<div>00963850903</div>

#### Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



## 4. FISCALIZAÇÃO

Busca:  4. FISCALIZAÇÃO ▾

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

### Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="07979294955"/>

> Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

# 4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

## Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 

252715

Lon: 

490647

Raio: 

Raio (km)

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**Processo nº: **01250.041589/2019-35**.Entidade: **ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO**.Assunto: **Pesquisas em atendimento às recomendações da Conjur.**

Informo que, foram realizadas outras pesquisas em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10261400).

Por fim, foram renovadas as consultas no sistema de fiscalização FISCALIZA, e até esta data, **não existe**, na localidade de Piraquara/PR, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada conforme pesquisa em anexo (10261514).

Brasília, 02 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 02/08/2022, às 14:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10261575** e o código CRC **135DA6B9**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCOM nº 10261575

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**Processo nº: **01250.041589/2019-35.**Entidade: **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO.**Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do Parecer nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 9903885, e o cumprimento das diligências erigidas neste,

**Recomendação Conjur - 18.** Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, a entidade ora interessada foi considerada habilitada, uma vez que única interessada, em análise realizada no OFÍCIO Nº 8900/2020/MCOM (SEI 6087907), sem constar, portanto, a priori, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.

**Justificativa da área - Recomendação atendida por meio do Despacho de Decisão 582 em anexo (10169081).**

**Recomendação Conjur - 22.** Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 15), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI MCTIC - (Doc. SEI nº 599888 - fls. 35/43). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.

**Justificativa da área - Essa recomendação é atendida sempre antes da emissão da Licença de Funcionamento.**

**Recomendação Conjur - 32.** Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

**Justificativa da área -** em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), **conforme consta no DESPACHO COREC\_MCOM (10261400) e consulta Fiscaliza (10261514).**

2. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério no Parecer supracitado entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, deve-se dar prosseguimento ao Processo. Assim, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 03/08/2022, às 09:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/08/2022, às 18:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10261559** e o código CRC **3D30F525**.

**Minutas e Anexos****MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.041589/2019-35, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.



2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5470/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**  
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA**  
**PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.041589/2019-35, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, cuja sede se situa na Rua Maria Lobato Amaral, nº 10 - Guarituba, na localidade de Piraquara, Estado do Paraná, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**  
Ministro de Estado das Comunicações



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6339, DE 04 DE AGOSTO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL**, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.041589/2019-35, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, cuja sede se situa na Rua Maria Lobato Amaral, nº 10 - Guarituba, na localidade de Piraquara, Estado do Paraná, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO  
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual, em 05/08/2022, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10273464** e o código CRC **FEE8CF28**.

Brasília, 04 de agosto de 2022.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.041589/2019-35, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5470/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual, expediu a Portaria MCOM nº 6339, de 04 de Agosto de 2022, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO  
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual, em 05/08/2022, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10273480** e o código CRC **C07A7217**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 01/09/2022 07:52:35  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 9071196  
**Data prevista de publicação:** 02/09/2022  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
19860576	PORTARIA MCOM NA 6339.rtf	df38dc778909233f 93e19bfdde49fc9a	9,00	R\$ 350,28
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>8,63</b>	<b>R\$ 350,28</b>



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/09/2022 | Edição: 168 | Seção: 1 | Página: 18

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.339, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.041589/2019-35, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, cuja sede se situa na Rua Maria Lobato Amaral, nº 10 - Guarituba, na localidade de Piraquara, Estado do Paraná, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

BOA TARDE  
Alicionete da Siva LuzSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD &gt;&gt;&gt; RADCOM &gt;&gt;&gt; Consultas &gt;&gt;&gt; Geral | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	PR	Distrito:	
Município:	Piraquara	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Especifico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO	CNPJ:	26.053.559/0001-73
Nome Fantasia:		Bairro:	Guarituba
Logradouro:	Rua Maria Lobato Amaral	Número:	10
Telefone:	(41) 96437606	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

## Dados da Entidade

CNPJ:	26053559000173	Pesquisar
Razão Social:	ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO	
Tipo de Usuário:	Integral	

## Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	83310450	Logradouro:	Rua Maria Lobato Amaral		
Número:	10	Complemento:		Bairro:	Guarituba
Município:	Piraquara	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	41 96437606			Fax:	

## Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	41	96437606	Fax:		E-mail:
					ZILMAVALENTE2@HOTMAIL.COM

## Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	0125004158920193535	Fistel:	50443172927
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	6339	Portaria	MC	04/08/2022	02/09/2022	Outorga	Jur.



Tela Inicial



Imprimir

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**Processo nº: **01250.041589/2019-35**.Entidade: **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**.Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República**.

Haja vista a publicação da Portaria nº 6.339 de 04 de agosto de 2022, no Diário Oficial da União de 02/09/2022, que autoriza a ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO à executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR, e em atenção ao disposto no §3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o processo nº 01250.041589/2019-35, acompanhado do ato de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para providências quanto ao encaminhamento à Presidência da República.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 05/09/2022, às 09:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 05/09/2022, às 10:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10372949** e o código CRC **26BF3252**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI-MCOM nº 10372949

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão

Ofício Interno nº 25017/2022/MCOM

Brasília, 05 de setembro de 2022

À Senhora  
**Renata Machado Moreira**  
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10273480)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6339/2022/SEI-MCOM (10372238), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10273480), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 05/09/2022, às 14:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10375423** e o código CRC **965A2427**.



Brasília, 30 de Setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.041589/2019-35, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Piraquara/PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5.470/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual expediu a Portaria MCOM nº 6.339, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 02/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 26993/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.041589/2019-35.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 17/10/2022, às 16:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10469735** e o código CRC **EF9F3E4A**.

Brasília, 30 de Setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.041589/2019-35, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Piraquara/PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5.470/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual expediu a Portaria MCOM nº 6.339, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU de 02/09/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.



6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.041589/2019-35 INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO**

**EMENTA:** I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Piraquara/PR**;  
II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MC (SEI 9748341)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;  
III. Viabilidade jurídica do pedido, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, **desde que atendidas as recomendações dos itens 18 e 22** ;  
IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;  
V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em utilização, por ocasião da formalização da autorização; VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Piraquara/PR**, com base no Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.
2. Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão -SERAD afirmou que não havia outros concorrentes, estando a Associação interessada habilitada. Ressalte-se que essa análise fora realizada e comunicada à parte através do **OFÍCIO Nº 8900/2020/MCOM (SEI 6087907)**.
3. A revisão final do processo de outorga foi realizada pela **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MC (SEI 9748341)**, que concluiu favoravelmente ao deferimento do pleito, remetendo o feito para análise desta Consultoria:

**CONCLUSÃO**

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

4. É o relatório, que permite o exame do caso.

**II - ANÁLISE JURÍDICA**

**II.1. Considerações iniciais**

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública

Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

## II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.
10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".
11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".
12. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.
13. Coube à já citada Lei nº 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".
14. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

### DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998 ANEXO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

*Parágrafo único.* Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

- I - estatuto da entidade, devidamente registrado;
- II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;
- III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos; IV - comprovação de maioria dos diretores;
- V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;
- VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

15. Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

**PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015**

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

- I - publicação do edital;
- II - habilitação;
- III - seleção da entidade com maior representatividade;
- IV - instrução do processo selecionado; e
- V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

**Da Habilitação**

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#)) Art. 22. São documentos habilitantes:

- I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))
- II - estatuto social da entidade atualizado;
- III - ata de constituição da entidade;
- IV - ata de eleição dos atuais dirigentes;
- V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- VI - comprovação de maioria de todos os diretores; e
- VII - manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).
- VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento ou casamento;
- II - certificado de reservista;
- III - cédula de identidade;
- IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
- V - carteira profissional;
- VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

**Da Instrução**

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)



§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

- I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;
- II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;
- III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;
- V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e
- VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

#### **Do Recurso**

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

- I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou
- II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

#### **Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária**

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

- I - razão social da entidade;
- II - número de registro no CNPJ da entidade;
- III - serviço objeto da outorga;
- IV - Município e Unidade da Federação de execução do serviço;
- V - prazo de outorga e;
- VI - frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

16. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### **II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária**

17. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "*Checklist*" (doc. SEI nº 9274906) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MC (SEI 9748341)**.
18. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, a entidade ora interessada foi considerada habilitada, uma vez que única interessada, em análise realizada no **OFÍCIO Nº 8900/2020/MCOM (SEI 6087907)**, sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a

competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.

19. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 82/2019 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, sendo o pedido da interessada tempestivo, vez que apresentado em 16/08/2019:

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 19/08/2019.

20. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

21. Impende destacar que, por meio do **Despacho COREC\_MCOM\_RADCOM 5661693**, a área técnica atestou que "*Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Aurora de Comunicação, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018*".

Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MC (SEI 9748341)**:

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	pgs. 2/3 ( <a href="#">5998688</a> )
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	pgs. 35/43 ( <a href="#">5998688</a> )
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 12/14 ( <a href="#">4507871</a> )
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 04/06 ( <a href="#">5998688</a> )
5. Comproverantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	pgs. 7/31 ( <a href="#">5998688</a> )
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	( <a href="#">4507954</a> , <a href="#">4507998</a> )
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	pg. 23 ( <a href="#">4507871</a> )
8. Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEIMC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	pgs. 7/8 ( <a href="#">6142055</a> ) Despacho COESA_MCOM_ENG. ( <a href="#">7511774</a> )
9. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	pg. 1 ( <a href="#">9748189</a> )
10. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	pg. 2 ( <a href="#">9748189</a> )
11. Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	pg. 3 ( <a href="#">9748189</a> )

12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	pg. 4 ( <a href="#">9748189</a> )
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho.	pg. 5 ( <a href="#">9748189</a> )
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	( <a href="#">9748323</a> ) ( <a href="#">9748302</a> )

22. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 15), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEIMCTIC - (Doc. SEI nº 599888 - fls. 35/43). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.
23. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom (SEI 9274906)*, que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga. O Despacho COREC\_MCOM 9274888** também assegura a inexistência dos vínculos:
1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Piraquara/PR, e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
  2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral edocumentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.
24. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.
25. A esse respeito, a área técnica afirmou a inexistência de outras entidades interessadas:
5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.
26. De igual modo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA\_MCOM\_ENG 7511774, que considerou que "a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor".**
27. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea "a", da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.
28. Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada "idoneidade moral", antes prevista pela sobredita alínea "a" do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.
- No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC\_MCOM 9748323**, constatou-se que **"não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada".**
29. Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - **que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010 -, ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**
30. A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 38

(...)

*j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990".*

31. No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (Petição SEI 4507871).
32. Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

### **III - CONCLUSÃO**

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações dos itens 18, 22 e 32.**
34. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.
35. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEIMC (SEI 9748341)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.
36. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis

À consideração superior.

Brasília, 18 de maio de 2022.

TÔNIA LAVOGADE COSTA  
Advogada da União Coordenadora  
Jurídica de Radiodifusão Educativa e  
Comunitária

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250041589201935 e da chave de acesso f8d9a88d

---

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 891068948 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 19-05-2022 22:12. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS  
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,

BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01087/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.041589/2019-35

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Aurora de Comunicação, na localidade de Piraquara/PR.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 18, 22 e 32 do PARECER n. 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Aurora de Comunicação, na localidade de Piraquara/PR, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 20 de maio de 2022.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250041589201935 e da chave de acesso f8d9a88d

---

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 892404770 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 20-05-2022 14:08. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/892404770> 1/1 20/05/2022 18:16

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/892956585>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 20276119/6915

---

**DESPACHO n. 01097/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.041589/2019-35**

**INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 20 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250041589201935 e da chave de acesso f8d9a88d

---

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 892956585 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 20-05-2022 17:01. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## NOTA TÉCNICA Nº 5470/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.041589/2019-35.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Piraquara/PR**, em atendimento ao Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.

### ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 16/08/2019, via CADSEI, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
<b>ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO</b>
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Joscelino Borges dos Santos
Secretário: Reinaldo Alves Viana
Tesoureiro: Djulian Victor Brasanini
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Maria Lobato Amaral, 49 - Casa A - Guarituba
Coordenadas geográficas: 25°27'15"S de latitude e 49°08'47"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Maria Lobato Amaral, 49 - Casa A - Guarituba



3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 19/08/2019.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	pgs. 2/3 (5998688)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	pgs. 35/43 (5998688)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 12/14 (4507871)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	pgs. 04/06 (5998688)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	pgs. 7/31 (5998688)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(4507954, 4507998)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	pg. 23 (4507871)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	pgs. 7/8 (6142055) - Despacho COESA_MCOM_ENG. (7511774)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	pg. 1 (9748189)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	pg. 2 (9748189)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	pg. 3 (9748189)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	pg. 4 (9748189)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	pg. 5 (9748189)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9748323) (9748302)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho COESA\_MCOM\_ENG (7511774), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (7512090).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Piraquara/PR, e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (9274888).

## CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 27/04/2022, às 11:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 27/04/2022, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 27/04/2022, às 14:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/05/2022, às 14:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9748341** e o código CRC **00E83555**.

Minutas e Anexos

MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.041589/2019-35, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5470/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA  
PORTARIA**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.041589/2019-35, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, cuja sede se situa na Rua Maria Lobato Amaral, nº 10 - Guarituba, na localidade de Piraquara, Estado do Paraná, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações



01250.041589/2019-35

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Recursos Logísticos

Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 19 de outubro de 2022.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGAP e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se do requerimento da ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR, em atendimento ao Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 297 2022 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 19/10/2022, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3699937** e o código CRC **7A181F3D** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
Assessoria Especial

OFÍCIO Nº 2901/2022/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Secretário Executivo  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 297/2022 MCOM.**

Senhor Secretário-Executivo,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 297/2022 MCOM (3699916), do Ministério das Comunicações, que trata de outorga de autorização para que a entidade ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.053.559/0001-73, explore o serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, na localidade de Piraquara/PR.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*  
GIANCARLO BERNARDI POSSAMAI  
Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil  
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Giancarlo Bernardi Possamai, Assessor(a) Especial**, em 21/10/2022, às 19:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3700081** e o código CRC **4D3FA52C** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.041589/2019-35

SEI nº 3700081

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 — Telefone: 61-3411-1754  
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

01250.041589/2019-35

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 297/2022 MCOM (3699916), do Ministério das Comunicações ao Senhor Presidente da República. Anexos I (3699926), Parecer de Mérito I (3699928).

**Assunto:** Tratam os autos de proposta de outorga de autorização para que a entidade ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO, explore o serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, na localidade de Piraquara/PR.

**Trâmite do Processo:**

Despacho/DIPUBL/CODOC (3699937), para os protocolos da SAJ/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP e CC/PR.

OFÍCIO Nº 2901/2022/GM/CC/PR (3700081), pelo Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República.

Concluir o Processo na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo de Exposição de Motivos, por sua natureza, são tratados e tramitados via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF), e por ter sido encaminhado por meio do Despacho/DIPUBL/CODOC à SAJ/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP/PR e CC/PR, Pastas de competência do assunto.

CLAUDIO CESAR FELIPE  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Cesar Felipe, Chefe de Gabinete**, em 24/10/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3708718** e o código CRC **3C2D801D** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 227/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.041589/2019-35

**INTERESSADO:** Associação Aurora de Comunicação (CNPJ nº 26.053.559/0001-73)

**REFERÊNCIAS:** Exposição de Motivos nº 00297/2022 MCOM, de 30 de setembro de 2022 (3699916)

Parecer de Mérito I (3699928) – Nota Técnica nº 5470/2022/SEI-MCOM, de 27 de abril de 2022

Parecer Jurídico nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 18 de maio de 2022[1] (3699926)

**ASSUNTO:** Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Piraquara/PR

1. Trata-se da [PORTARIA MCOM Nº 6.339, DE 04 DE AGOSTO DE 2022](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR, pelo prazo de dez anos, com o uso do canal 200 na frequência de 87,9 MHz, sem direito a exclusividade, para a Associação Aurora de Comunicação, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 26.053.559/0001-73, de acordo com o disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária[2].

2. O Ministério das Comunicações (MCOM)[3] se manifestou favorável ao ato de outorga de autorização nos termos da Nota Técnica nº 5470/2022/SEI-MCOM, de 27 de abril de 2022 (3699928), e se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da Associação Aurora de Comunicação tendo em vista a completa instrução do feito.

3. O Parecer Jurídico nº 00332/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 18 de maio de 2022[4] (3699926), posiciona-se pela inexistência óbice legal e opina pelo prosseguimento da tramitação do feito, desde que atendidas as recomendações dos itens 18, 22 e 32 do referido Parecer, como a seguir:

*“18. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, a entidade ora interessada foi considerada habilitada, uma vez que única interessada, em análise realizada no **OFÍCIO Nº 8900/2020/MCOM (SEI 6087907)**, sem constar, portanto, a priori, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que a autoridade competente ratifique o ato de forma expressa.*

*22. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 15), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 599888 - fls. 35/43). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.*

*32. Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.” (grifos no original)*

4. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), com o Despacho (3699692), de 03 de agosto de 2022, registra, em atenção às recomendações da Consultoria Jurídica, que foram cumpridas da seguinte forma: a) quanto ao item 18, com a informação que a recomendação foi atendida por meio do Despacho de Decisão 582 em anexo (10169081); b) quanto ao item 22, avisando que essa recomendação é atendida sempre antes da emissão da Licença de Funcionamento; e c) quanto ao item 32, registrando que em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, PGFN, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme consta no DESPACHO COREC\_MCOM (10261400) e consulta Fiscaliza (10261514).

5. Os registros administrativos de cadastro da Associação Aurora de Comunicação devem ser mantidos pelo MCOM no Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD[5], cujos dados relativos à autorização do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piraquara/PR constam na Consulta Geral de RadCom (Relatório SRD\_outorga (3699697)), com o registro de situação de entidade não possui débitos.

6. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM e o *checklist* constante no item 4 da Nota Técnica nº 5470/2022/SEI-MCOM (3699928), com o complemento de informação nos termos do Despacho (3699692) e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede o prosseguimento do feito, bem como que há a necessidade de que seja providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, esta SAG não têm óbices ao prosseguimento do feito, conforme disposto no art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[6], e sugere o encaminhamento do presente processo à Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#).

À consideração superior,

EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO  
Assessor

De Acordo,

ANA PATRÍZIA GONÇALVES LIRA  
Subchefe Adjunta de Infraestrutura

Aprovo,

Brasília, na data da assinatura.

Brasília, na data da assinatura.



EDUARDO AGGIO DE SÁ  
Subchefe

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 26.053.559/0001-73  
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO AURORA DE COMUNICACAO  
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: JOSCELINO BORGES DOS SANTOS  
Qualificação: 16- Presidente

Nome/Nome Empresarial: DJULIAN VICTOR BRASSANINI  
Qualificação: 10- Diretor

Nome/Nome Empresarial: REINALDO ALVES VIANA  
Qualificação: 10- Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

(Emitido no dia 25/11/2022 às 11:26 (data e hora de Brasília)).

[1] Aprovado pelo Despacho nº 01097/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 20/05/2022, da Consultoria Jurídica junto ao MCOM.

[2] Aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[3] Nos termos do Anexo I do Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus ancilares.

[4] Aprovado pelo Despacho nº 01097/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 20/05/2022, da Consultoria Jurídica junto ao MCOM.

[5] O Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[6] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto, Assessor(a)**, em 25/11/2022, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro, Subchefe Adjunta**, em 01/12/2022, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Aggio de Sá, Subchefe**, em 01/12/2022, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3769039** e o código CRC **A3DFC6EF** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.041589/2019-35

SUPER nº 3769039

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.041589/2019-35

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 305 / 2022 / CGINF/SAINF/SAJ/SG/PR**

<b>Interessado:</b>	ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo nº:</b>	01250.041589/2019-35

Senhor Subchefe,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se do processo nº 01250.041589/2019-35, com **outorga** para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO AURORA DE COMUNICAÇÃO**, CNPJ nº 26.053.559/0001-73, na localidade de **Piraquara/PR**.
2. Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência<sup>[1]</sup> e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
3. Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Decreto nº 2.615/1998).
4. O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
5. Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
6. Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
7. É o relatório.

**II - ANÁLISE**

8. Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.

9. Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Decreto nº 2.615/1998, são competentes para executar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.
11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.
12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.
13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.
14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.
15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.
16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.
17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.
18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão[4]. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.
19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

### III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.041589/2019-35, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**FELIPE NOGUEIRA FERNANDES**

Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

APROVO.

**RODRIGO MATOS RORIZ**

Subchefe Adjunto Executivo para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

APROVO.

**RENATO DE LIMA FRANÇA**

Subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 22/12/2022, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nogueira Fernandes, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 22/12/2022, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Matos Roriz, Subchefe Adjunto Executivo**, em 22/12/2022, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato de Lima França, Subchefe**, em 22/12/2022, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3830150** e o código CRC **FD4EAE29** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



MENSAGEM Nº 750

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Portarias que outorgam autorização, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 2.225, de 5 de junho de 2015 - Associação Radiodifusão do Polvilho (ADIPO), no município de Cajamar - SP;
2. Portaria nº 52, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro), no município de Campo Magro - PR;
3. Portaria nº 887, de 10 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária Rio Vermelho FM, no município de Lagoa Grande - PE;
4. Portaria nº 1.794, de 10 de maio de 2016 - Instituto Técnico de Capacitação Humana - INTECH, no município de Paço do Lumiar - MA;
5. Portaria nº 1.871, de 7 de junho de 2017 - Associação Moria de Radiodifusão Comunitária de Macaraú - Santa Quitéria, no município de Santa Quitéria - CE;
6. Portaria nº 6.157, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Arte Cultura Unidos de Guaraqueçaba, no município de Guaraqueçaba - PR;
7. Portaria nº 1.694, de 4 de abril de 2018 - CEDESCOM - Centro de desenvolvimento Social Comunitário de Nova Campinas, no município de Duque de Caxias - RJ;
8. Portaria nº 3.973, de 28 de setembro de 2018 - Associação Tapurahense de Radiodifusão Comunitária, no município de Tapurah - MT;
9. Portaria nº 4.178, de 28 de setembro de 2018 - Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Lagoa Grande, no município de Lagoa Grande - PE;

10. Portaria nº 4.743, de 8 de novembro de 2018 - Associação Rádio Comunitária do Trairão, no município de Trairão - PA;
11. Portaria nº 4.746, de 8 de novembro de 2018 - Associação Rádio Comunitária Hipolitana FM, no município de Monsenhor Hipólito - PI;
12. Portaria nº 6.569, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Santanense, no município de Santana do Livramento - RS;
13. Portaria nº 4.983, de 24 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Tamoios, no município de Cabo Frio - RJ;
14. Portaria nº 5.880, de 7 de novembro de 2019 - Associação União de Radiodifusão Comunitária, no município de Zé Doca - MA;
15. Portaria nº 2.105, de 2 de março de 2021 - Associação Rádio Comunitária Interativa FM, no município de Betânia do Piauí - PI;
16. Portaria nº 5.484, de 4 de maio de 2022 - Associação de Comunicação Alto Astral FM, no município de Belo Horizonte - MG;
17. Portaria nº 6.081, de 29 de junho de 2022 - Associação de Cultura e Comunicação de Muriaé - ASCCOM, no município de Muriaé - MG;
18. Portaria nº 6.154, de 11 de julho de 2022 - Associação Comunitária e Cultural Amigos de Marcelino Ramos - ACCAMAR, no município de Marcelino Ramos - RS;
19. Portaria nº 6.232, de 20 de julho de 2022 - Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Ibitinguense, no município de Ibitinga - SP;
20. Portaria nº 6.335, de 3 de agosto de 2022 - Associação Comunitária e Cultural de Caxambu do Sul-Acocas, no município de Caxambu do Sul - SC;
21. Portaria nº 6.338, de 4 de agosto de 2022 - Associação Santa Luzia de Difusão Cultural, no município de Capão do Leão - RS;
22. Portaria nº 6.339, de 4 de agosto de 2022 - Associação Aurora de Comunicação, no município de Piraquara - PR;
23. Portaria nº 6.347, de 5 de agosto de 2022 - Associação Baiana de Ensino e Cultura, no município de Salvador - BA;
24. Portaria nº 6.357, de 8 de agosto de 2022 - Associação Comunitária de Comunicação de São José dos Pinhais, no município de São José dos Pinhais - PR;
25. Portaria nº 6.406, de 12 de agosto de 2022 - Associação Livre de Radiodifusão Comunitária de Teixeira de Freitas - ALRCTF, no município de Teixeira de Freitas - BA;

26. Portaria nº 6.432, de 17 de agosto de 2022 - Associação dos Moradores das Comunidades do Município de Aguiar - ASSOMAR, no município de Aguiar - PB;

27. Portaria nº 6.622, de 5 de setembro de 2022 - Associação Comunitária dos Amigos de União do Norte, no município de Peixoto de Azevedo - MT;

28. Portaria nº 6.623, de 5 de setembro de 2022 - Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Piauí, no município de São Francisco do Piauí - PI; e

29. Portaria nº 6.777, de 14 de setembro de 2022 - Associação Comunitária, Artística e Educativa de Inhacorá - ACAEI, no município de Inhacorá - RS.

Brasília, 29 de dezembro de 2022.